

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

LUZIENE APARECIDA DA LUZ

**A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE
SOCIAL NO S.U.A.S.: A REALIDADE DE SANTOS, SP.**

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

SÃO PAULO
2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

LUZIENE APARECIDA DA LUZ

**A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE
SOCIAL NO S.U.A.S.: A REALIDADE DE SANTOS, SP.**

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em **Serviço Social: Fundamentos e Prática Profissional do Serviço Social**, sob a orientação da **Prof^a. Dra. Maria Carmelita Yazbek**

SÃO PAULO
2015

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos e sobrinha, apoios constantes e sem os quais eu não conseguiria me perceber como sujeito da minha própria história.

Dedico, também, a todas às trabalhadoras e trabalhadores do S.U.A.S. pela sua garra e persistência na construção de uma Política Social que, de fato, assuma aportes de direito do cidadão e dever do Estado. Especialmente, aquelas e aqueles que veem, no seu trabalho, a possibilidade de contribuição para a construção de outra sociabilidade, sem opressão e desigualdade social.

AGRADECIMENTOS

Vivenciar a experiência deste doutorado foi algo intenso, rico e doloroso sob alguns aspectos. E dei-me conta disso, principalmente, quando fui procurar alguns documentos pertinentes à realização da pesquisa de campo e acabei encontrando tudo o que tinha de textos, anotações, livros, história vivida neste processo de estudo. Na verdade, ficou claro para mim o quanto cresci, aprendi, vivi, conheci pessoas maravilhosas, mas também o quanto tudo isso não pôde ser expresso no conteúdo do trabalho final: a tese. Não coube, não comportou. Isso, de certa forma, gerou-me frustração, porque eu realmente admirei aprender o que aprendi, ler o que li, discutir o que discuti e viver o que vivi.

Puxa... de quantas disciplinas, atividades programadas, eventos, núcleos de estudos e pesquisa eu participei neste processo. Mais que isso, quantas reflexões realizadas que me tiraram do lugar comum e me proporcionaram uma condição única de querer crescer, ávida por ir além de mim mesma, com o auxílio de excelentes docentes, amigos, estudantes e profissionais.

E mais, embora já soubesse, teoricamente, dei-me conta do quanto faço parte de uma minoria que teve esta possibilidade neste país marcado por tantas disparidades e desigualdades sociais. Claro, isso só se deu com o auxílio da CAPES que, pela segunda vez em minha vida (a primeira aconteceu na graduação), garantiu-me a continuidade dos estudos. Mesmo sabendo a contradição que isso carrega, eu agradeço pela oportunidade e também à própria PUC São Paulo, pois sei que estudei numa das melhores instituições do país na minha área.

E emocionei-me ao me dar conta de que neste final de processo a tese, o trabalho em si, não representa a riqueza de tudo isso. Na verdade, não chega nem perto!!

Mas enquanto ser humano, sujeito histórico, foi também durante este processo que vivi os momentos mais dolorosos de minha vida pessoal: a separação, após um casamento de 20 anos, o agravamento dos problemas de saúde física e emocional, a perda de uma casa, de uma história, e o afastamento do trabalho por longo tempo sem a menor condição de produtividade de qualquer natureza. Por fim, até uma cirurgia acabei fazendo como condição para não desenvolver doenças ainda mais graves num curto período de tempo.

E pensando nisso tudo eu constatei a humanidade e generosidade de algumas pessoas que, numa concepção de sociedade em que o detentor do saber, líder das cátedras, teria todas as condições para abusar de seu status e fazer valer hierarquias desiguais nas relações de poder com o aluno “sem luz”, fizeram o oposto e mostrando-me o quanto a sabedoria real traz à tona uma postura humilde e acolhedora própria de pessoas muito especiais neste mundo. Estou me referindo, primeiramente, à Profa. Maria Carmelita Yazbek, ou Carmela, como costumeiramente a chamamos de forma carinhosa. Como sou grata a esta pessoa e profissional por me auxiliar com os conhecimentos construídos de forma crítica, mas também por jamais me deixar esmorecer. Eu me tornei sua fã incondicional e vou levar as lembranças e gratidão a este ser humano maravilhoso por toda a minha vida! Obrigada mestre, orientadora e amiga!

Outras mulheres incríveis também se enquadraram neste perfil e nesta realidade durante este tempo. Dedico atenção, carinho e agradecimento especiais também à Martinelli, Raquel, Barroco, Malu, Bia e todas as demais professoras que tive o grande prazer de conhecer e conviver neste processo. Agradeço também aos professores “homens”, também aguerridos na luta pela qualificação do curso, da profissão e pela construção de um mundo melhor.

Nada disso se concretizaria sem o apoio dos demais trabalhadores da PUC – SP, que sempre me atenderam de forma solícita, competente e dedicada. Um agradecimento especial às secretárias do Programa, Vânia e Andrea, pessoas de grande compromisso ético e profissional com o curso e extremamente humanas no trato com as pessoas.

Assim também agradeço aos docentes convidados que muito contribuíram com meu crescimento.

Meu carinho e agradecimento também são infindáveis para com as amigas e amigos com quem tive o prazer de trocar ideias e convivência neste período dentro da PUC. Meu carinho especial dedicado à Fernanda, Valéria, Conceição, Áurea, Genú, Lucimara, Mirela, Dôra e Kleber pela amizade sincera.

Às demais amigas e amigos do dia a dia também agradeço, especialmente aqueles que souberam compreender meus limites nos momentos difíceis e me apoiaram sempre que possível. Costumo dizer que tenho uma família natural e outra do coração a quem devo muito. Minha especial dedicação, neste trabalho, à Márcia Maeda, Lígia, Rosemeire, Dagma, Leniter, Ednéia, Marlene, Sandra, Geca, Sônia,

Marcia Camilo, Lilian, Terê, Biga, Fátima, Ismênia, Andréia, Sonia Gerin, Ana, Joelma, Magda, Tomaz, Antônio, Célio, Anderson e todos os companheiros do CREAS –Campinas que me auxiliaram neste processo de forma intensa e amorosa. Também aos profissionais da proteção social básica e especial de Campinas com os quais trabalhei e tanto me auxiliaram no crescimento profissional a partir de ricas reflexões. Agradeço, também, o apoio da Prefeitura de Campinas, em especial aos gestores e trabalhadores da Secretaria Municipal Cidadania, de Assistência e Inclusão Social. E, claro, não poderia ser diferente com minha equipe atual de trabalho, obrigada aos companheiros do CREAS Noroeste.

Agradeço aos profissionais da Secretaria de Assistência Social do município de Santos que concordaram, prontamente, em me auxiliar neste estudo. Em especial, agradeço aos entrevistados: Andréia, Bruna, Camila, Dalila, Eliane, Fernanda, Luciana, Marceli, Ziza, Maria Libânia, Paulo, Rosana, Selma e à Magali, gestora que, além de contribuir com suas ideias, também oportunizou a realização da pesquisa de campo, não medindo esforços para me auxiliar em todas as etapas, seja no estabelecimento de contatos, viabilização de acesso à documentação e facilitação de realização dos agendamentos das entrevistas.

Agradeço, também, o apoio da Professora e amiga Anita Kurka, da UNIFESP Santos, por todo o apoio no contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social do município.

Às amigas-irmãs Cristiane, Dona Joana (ou Juanita), Ândria, Anny, Liselena, Jocymara, Soni, Fátima, Bete, Karen, Natália, Lucila, Amanda, Jaqueline, Marisa, Dina, Mariana, Juliana, Eliane, Andréia, Adriana, Eliete, Ângela, Silmara, Ana, Cristina, Débora, Mara, Raiane, Marcinha, Débora Parreira, Ingrid, Andrea menina, Fátima, Paula, Martha, Regiane, Ada, Danusa, Marlene, Dorinha, Fernanda, Suselle, Carla, Cláudia, Israild, Raquel e tantas outras. E meus amigos-irmãos Gustavo, Vilmar, Marcos, Krika, Tula, Humberto, Thiago, Guilherme, Fábio, Alessandro, Mogi e Wesley não poderiam ficar de fora.

Bruneide tem sido especial em todo este processo, me auxiliando nos enfrentamentos cotidianos, na busca por saúde mental e física e na construção de novos projetos, me fazendo acreditar que sou capaz de mudanças significativas na vida. Muito obrigada pelos incentivos.

Agradeço também à minha prima-irmã Ana Lúcia, suas filhotas Amanda e Júlia e a todos os amados da família Luz.

Aos meus ex alunos e professores da Faculdade Santa Lúcia e Unip, pelo carinho e compreensão de sempre.

Aos amigos do CEEA e da Celuca pelo apoio com vibrações de carinho e cuidado, recorrendo ao auxílio divino para me dar sustentação, paz e sabedoria sempre.

Ao meu atual namorado Luiz, que apesar do pouco tempo juntos, já demonstrou uma capacidade de compreensão, carinho e paciência no momento mais crítico de elaboração da tese, me dando forças para continuar na luta.

Apesar de toda a história dolorosa vivida por nós no meio do caminho, agradeço ao Maurício, que se fez presente em minha vida durante muito tempo e, conseqüentemente, nos primeiros anos do doutorado, me dando apoio e me auxiliando dentro das suas possibilidades. Penso que crescemos, apesar de tudo, e encontraremos caminhos para sermos felizes, onde quer que estejamos.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização de mais este projeto e dedico uma música que expressa, de certa forma, o pensamento aqui construído: Por que nós?

Por Que Nós (Marcelo Jeneci)

Éramos célebres líricos
Éramos sãos
Lúcidos cétricos
Cínicos não
Músicos práticos
Só de canção
Nada didáticos
Nem na intenção
Tímidos típicos
Sem solução
Davam-nos rótulos
Todos em vão
Éramos únicos
Na geração
Éramos nós dessa vez
Tínhamos dúvidas clássicas
Muita aflição
Críticas lógicas
Ácidas não
Pérolas ótimas
Cartas na mão
Eram recados
Pra toda a nação

Éramos súditos
Da rebelião
Símbolos plácidos
Cândidos não
Ídolos mínimos
Múltipla ação
Sempre tem gente pra chamar de nós
Sejam milhares, centenas ou dois
Ficam no tempo os torneios da voz
Não foi só ontem, é hoje e depois
São momentos lá dentro de nós
São outros ventos que vêm do pulmão
E ganham cores na altura da voz
E os que viverem verão
Fomos serenos num mundo veloz
Nunca entendemos então por que nós
Só mais ou menos

Não há na história, na vida social, nada de fixo, de enrijecido, de definitivo. E não existirá nunca. Novas verdades aumentam o patrimônio da sabedoria; necessidades novas superiores são suscitadas pelas novas condições de vida; novas curiosidades intelectuais e morais pressionam o espírito e o obrigam a renovar-se, a melhorar.

Antônio Gramsci

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender como a dimensão educativa é apreendida e realizada pelos assistentes sociais no seu processo de trabalho no Sistema Único de Assistência Social no município de Santos, SP.

Para tanto, considera-se que o Serviço Social se constitui como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo, e que tem na questão social a base de fundação de suas ações.

Também, que toda ação é educativa, pois a educação não se faz presente apenas no espaço formal, mas é inerente a todas as relações sociais. Portanto, há, no trabalho do assistente social, a dimensão educativa como algo intrínseco ao fazer profissional e que esta perpassa toda e qualquer ação ou instrumental no cotidiano de trabalho e isso se dá de formas diferenciadas.

Trata-se de pesquisa qualitativa com análise de entrevistas de nove assistentes sociais do município de Santos, SP que deram base para várias considerações sobre a temática proposta.

Palavras chave: Dimensão educativa, trabalho, assistente social, Assistência Social, município de Santos

ABSTRACT

This study aims to understand how the educational dimension is captured and held by social workers in their work process in the Single Social Assistance System in the city of Santos, Brazil.

Therefore, it is considered that social work is constituted as a registered profession in the social and technical division of collective work, and has the social question the basic foundation of their actions.

Also, that every action is education, because education is not present only in the proper space, but is inherent in all social relations. So there is the work of the social worker, the educational dimension as something intrinsic to make professional and that permeates any action or instrumental in the work everyday and this happens in different ways.

It is a qualitative research with analysis of interviews of nine social workers in the city of Santos, SP that based on several considerations for the proposed theme.

Keywords: education dimension, work, social worker, Social Welfare, the city of Santos

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cenário da Política Social nos dias atuais.....	85
Quadro 2 Dos municípios da região metropolitana de Santos.....	116
Quadro 3. População total, por gênero, rural/urbana. Santos – SP.....	118
Quadro 4. Número de setores censitários por classificação de cada dimensão do IBEU em Santos, SP	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO EDUCATIVA.....	18
1.1. O Serviço Social hoje.....	18
L O Serviço Social e a dimensão educativa no trabalho profissional dos assistentes sociais.....	23
<i>1.2.1. Educação e Educação Popular.....</i>	<i>44</i>
<i>1.2.1.1. Refletindo sobre Educação.....</i>	<i>45</i>
<i>1.2.1.2. Paulo Freire.....</i>	<i>47</i>
<i>1.2.1.3. Gramsci.....</i>	<i>55</i>
<i>1.2.2. A Educação Popular.....</i>	<i>64</i>
2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS DIAS DE HOJE.....	76
2.1 A Política Nacional de Assistência Social / 2004.....	86
2.1.1 Sistema Único da Assistência Social – S.U.A.S.....	87
2.1.1.1 Norma Operacional Básica do S.U.A.S. (NOB S.U.A.S.).....	89
2.1.1.2 Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do S.U.A.S. (NOB R.H/ S.U.A.S.).....	90
2.1.1.3 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.....	91
2.1.1.3.1 Serviços de Proteção Social Básica.....	92
2.1.1.3.2 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade.....	94
2.1.1.3.3 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.....	98
2.2 Alguns desafios da Política de Assistência Social na Atualidade.....	102
3 A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE SANTOS/SP.....	114
3.1. Breve caracterização de Santos, SP.....	114
3.2. Estruturação da Assistência Social no município de Santos, SP.....	126
3.3. Perfil das (os) entrevistadas (os).....	142
3.4. A apreensão da dimensão educativa pelos assistentes	

sociais de Santos, SP.....	151
<i>3.4.1. O que é dimensão educativa.....</i>	<i>151</i>
<i>3.4.2. Como é desenvolvida a dimensão educativa no processo de trabalho.....</i>	<i>158</i>
CONCLUSÃO.....	173
REFERÊNCIAS.....	176
ANEXOS.....	184

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu desde a graduação, em que a pesquisadora vem se debruçando no estudo da profissão na relação com as políticas sociais e com a realidade social mais ampla.

A questão da dimensão educativa no trabalho do assistente social realizado nos serviços públicos na área da Assistência, especificamente, tem sido parte das suas inquietações, tanto no que concerne ao fazer profissional, quanto às diferentes direções sociais ídeo-políticas presentes nos processos de trabalho, o que a levou a realizar um estudo acerca da temática no curso de mestrado em Serviço Social, realizado na UNESP – Franca e defendido em março de 2006. Este estudo vai dar base para compor parte das reflexões construídas nesta tese, em especial, quanto às discussões sobre as categorias Serviço Social e Educação, foco de atenção do primeiro capítulo.

Destaca-se que parte-se do pressuposto de que o Serviço Social se constitui como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo, e que tem na questão social a base de fundação de suas ações. Apreendê-lo como trabalho¹ e não simplesmente como prática social, de acordo com Lamamoto, se justifica pelo fato do mesmo compor a organização do trabalho nesta sociedade de forma “socialmente necessária”, ou seja, ele produz serviços que atendem as necessidades sociais.

Outro ponto relevante é a perspectiva de que toda ação é educativa, pois a educação não se faz presente apenas no espaço formal, mas é inerente a todas as relações sociais, sendo uma prática social determinada e determinante (embora esta em menor grau) capaz de contribuir para a construção de determinados tipos de homens e de sociedades.

Defende-se que há, no trabalho do assistente social, a dimensão educativa como algo intrínseco ao fazer profissional e que esta perpassa toda e qualquer ação

¹ “O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades. O trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana. Porque o homem é o único ser que, ao realizar o trabalho, é capaz de projetar, antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido (dimensão teleológica). (...) Mas o homem também é o único capaz de criar meios e instrumentos de trabalho, afirmando ser essa atividade caracteristicamente humana (...). Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas” (Lamamoto, 2003, p. 60).

ou instrumental utilizado (visitas domiciliares, grupos, assembléias, etc) no cotidiano de trabalho e isso se dá de formas diferenciadas. Há que considerar, também, que existem diferentes intencionalidades e projetos pessoais, profissionais e sociais que perpassam as ações dos assistentes sociais, assim como dos demais sujeitos envolvidos nos processos de trabalho (profissionais técnicos de outras áreas, de apoio, gestores, usuários, movimentos sociais etc).

Mas, acima de tudo, compreende-se que a educação pode ser mediação para a construção da emancipação política dos sujeitos.

A Política Nacional da Assistência Social vem compondo uma área estratégica para o trabalho do assistente social com a população, especialmente a que se encontra em situação de pobreza e *com direitos sociais violados*. Vale mencionar que “a pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e (...) não se traduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência”. (Yazbek, 1996, p. 62-63). O estudo desta política social será alvo do segundo capítulo da tese. Tanto a ideia de que ela trabalha com a pobreza, quanto se há ou não uma especificidade para a mesma serão apontados como polêmicas presentes no debate profissional e político atual.

A Política Nacional da Assistência Social vem sendo desenvolvida em cada Estado e município de forma a respeitar as diretrizes gerais previstas no Sistema Único, sem desconsiderar, contudo, as especificidades de cada macro região, como o Estado de São Paulo, ou mesmo a realidade de cada município dentro do seu porte (pequeno, médio, grande ou metrópole) ou capacidade de gestão (básica ou plena). Desta forma, no terceiro capítulo serão apontadas considerações sobre a Assistência Social no município de Santos, considerando que para se estudar a dimensão educativa no trabalho profissional se faz necessário levar em conta os diferentes elementos da realidade que interferem, de forma direta, no seu direcionamento ídeo-político. Na sequência, serão trazidos elementos específicos acerca da temática central desta tese, ou seja: A dimensão educativa no trabalho profissional dos assistentes sociais no Sistema Único de Assistência Social: a realidade de Santos. Serão trazidos elementos que apontam como a dimensão educativa é apreendida e desenvolvida pelos assistentes sociais nos seus espaços de trabalho, sejam eles de proteção social básica ou especial.

Para tanto, buscar-se-á estabelecer uma relação entre a apreensão da condição de educador e os tipos de trabalho educativo desenvolvidos, com características do perfil profissional e da realidade social na qual o assistente social está inserido, identificando fatores que interferem nessa relação.

Salienta-se que para a realização deste estudo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 15 trabalhadores da Assistência Social do município de Santos, sendo 2 destes gestores. Por problemas de ordem técnica nos equipamentos (gravador e computador), 11 entrevistas puderam ser aproveitadas e, destas, 9 foram utilizadas no processo de análise da apreensão da dimensão educativa no trabalho do assistente social no SUAS. O registro das entrevistas se deu por meio de gravador, com a assinatura, por parte dos sujeitos pesquisados, do termo de livre consentimento de participação no processo. Observa-se que os nomes originais das entrevistadas foram alterados para o fim de garantia de sigilo ético.

Também foi feita pesquisa documental, bibliográfica, além do uso de registros da participação da pesquisadora numa reunião com trabalhadores da proteção social básica no município.

Foi realizada uma análise qualitativa, a partir dos referenciais teóricos metodológicos que fundamentam a pesquisa, das categorias de análise escolhidas e dos dados coletados, com especial destaque para análise dos discursos das depoentes.

Com isso, espera-se poder contribuir para elencar saberes necessários e propostas que favoreçam a discussão e análise do trabalho profissional do assistente social na área da Assistência Social, tendo como enfoque o seu papel educativo-político.

1. O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO EDUCATIVA

1.1. O Serviço Social hoje

Para compreender o Serviço Social na contemporaneidade, em consonância com as proposições de Yamamoto e Netto, é necessário percebê-lo no movimento mais amplo da sociedade, imbricado no sistema de produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

É necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão de dentro do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade (Yamamoto, 2003, p.20).

Portanto, entender o Serviço Social neste processo, implica considerar aspectos de sua história, determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais das características fundamentais da sua identidade profissional no Brasil.

Faz-se necessário, dentro desta perspectiva de estudo, realizar algumas considerações sobre a atual conjuntura do capitalismo para a busca de uma aproximação da realidade, relacionando-a com a profissão de Serviço Social.

Inicialmente, é importante apontar que após “30 anos gloriosos” de expansão do capitalismo, presenciou-se, a partir dos anos 70, uma estagnação da economia.

Constatou-se um cenário de crise, marcado também por mudanças políticas que delinearão o redimensionamento do poder no âmbito mundial.

O capital implantou um processo de reestruturação produtiva com vistas à recuperação do seu ciclo de produção, já que a rentabilidade não estava condizente com as expectativas dos capitalistas. Foi um movimento de respostas do capital à sua própria crise.

As alterações implantadas apontaram para a flexibilização do mercado de trabalho; dos produtos; dos padrões de consumo; das relações trabalhistas e da

produção; - tudo controlado por padrões de qualidade, provocando a intensificação da desigualdade entre as classes sociais, setores, regiões e nações. Conseqüentemente, as formas de regulação social também sofreram mudanças.

O acelerado avanço das tecnologias de base micro-eletrônica foi fundamental neste processo, garantindo as condições necessárias para as mudanças, tanto no nível da comunicação quanto da produção.

As medidas adotadas impactaram, diretamente, as relações sociais e trabalhistas em todas as instâncias.

A partir dos anos 70 e 80, ocorreram fatos que afetaram, também, o movimento operário e sindical. Constataram-se mudanças na materialidade concreta da classe trabalhadora e sua forma de ser: subjetiva, política, ideológica, nos seus valores e ideários.

No nível social, o que se verifica, antes de mais nada, é que a estrutura de classes da sociedade burguesa vem experimentando verdadeira eversão (...) Ocorreram alterações profundas, quer no plano econômico-objetivo da produção/ reprodução das classes e suas relações, quer no plano ídeo-subjetivo, do reconhecimento da pertença de classe(...). (Netto, 1996, p. 93)

Alguns elementos da história favoreceram estes acontecimentos. Houve, o desmoronamento do Leste Europeu, vinculado à idéia do fim do socialismo como possibilidade real e concreta

Mas o que fica para as grandes massas é essa derrota, e isso tem um efeito muito forte, porque o efeito político-ideológico na consciência dessa classe é um efeito de retração, de defensividade, de lutar por reivindicações cotidianas e ponto (Antunes, 1996, p. 82).

Conseqüentemente, ocorreu o enfraquecimento da esquerda nos seus ideários e muitos sindicatos renderam-se à lógica presente, se subordinando ao capital e burocratizando suas atividades.

As formas de produção propostas por Ford e Taylor² foram substituídas, em diferentes empresas do mundo (ou em alguns casos, somadas e/ ou adaptadas)³ pela acumulação flexível⁴, pelo toyotismo⁵, buscando, entre outros objetivos, a adesão do trabalhador ao processo produtivo.

Destaca-se a adoção dos controles de qualidade na produção, representados pelas ISO's.

O desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias, especialmente na área da microeletrônica, com a robótica e a informática, se traduziram num crescimento do capital constante (meios de produção) em detrimento do uso da força de trabalho,

² De acordo com Antunes (1998, p. 17) “fordismo e taylorismo são formas pela quais a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos são dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro e produção em série; pela existência de trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operariado-massa, do trabalhador coletivo fabril”.

³ Ricardo Antunes, no curso Sociologia do Trabalho ministrado na Unicamp (1998), destacou que não está ocorrendo em todos os lugares a substituição do fordismo/taylorismo pelo toyotismo. No caso brasileiro, por exemplo, ocorre, em muitos casos, a convivência dos modelos ao mesmo tempo.

⁴ “A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (Antunes, 1998, p. 21)

⁵ No formato japonês de produção Toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que originou o modelo na empresa Toyota) tem-se uma horizontalização do processo produtivo, estendendo-se às sub-contratadas/terceirizadas a confecção dos elementos básicos dos produtos. São características do Toyotismo: 1) produção vinculada à demanda; 2) produção variada e heterogênea; 3) trabalho em equipe com multivariada de funções; 4) just in time, ou seja, a produção funciona de acordo com o sistema de Kanban – produzindo somente o necessário e no menor tempo, repondo os produtos apenas após a sua venda; 5) o trabalhador precisa se envolver e assumir os ideários da empresa;

o que, segundo Paulon (2003, p. 17) gerou e tem gerado maior dependência do trabalhador e intensificação da desigualdade no acesso aos bens e serviços produzidos.

O próprio processo de mundialização do capital e das relações sociais ganhou maior ênfase a partir do uso da tecnologia nos meios de comunicação em massa.

O modelo social democrata (que sustentou o Estado de Bem Estar Social no primeiro mundo) tem sido solapado pelo regime neoliberal⁶ - privatizante e anti-social.

A adoção do neoliberalismo configurou um cenário marcado por privatizações de empresas, minimização dos Estados, adoção de medidas fiscais e monetárias sintonizadas com a acumulação do capital, de acordo com diretrizes definidas pelo Fundo Monetário Internacional.

Com tudo isso, o capitalismo tem reproduzido uma lógica cada vez mais destrutiva. Isso pode ser constatado no seguinte quadro:

- vertiginoso aumento do desemprego e da precarização das condições de trabalho, com forte aumento do trabalho terceirizado;
- na transnacionalização do trabalho social combinado;
- na redução do trabalhador fabril e estável;
- na ampliação da população sobrando, descartável para o mercado de trabalho. De acordo com Iamamoto (1999, p. 117), *“esta é a raiz de uma nova*

⁶ O neoliberalismo nasceu como reação teórica e, principalmente, política contra o Estado de Bem Estar Social delineado por Keynes. Tem como texto de origem “O Caminho da Servidão”, escrito em 1944 por Friedrich Hayek. (Therborn apud: Sader e Gentili 1995, p. 139). Destaca que o neoliberalismo significa um conjunto de receitas econômicas e programas políticos os quais sugerem mudanças significativas e históricas nas relações entre Estado e mercado e entre empresas e mercado. Dentro desta perspectiva, há uma limitação das funções e ações do Estado que deve intervir apenas de forma a garantir o processo de acumulação capitalista

pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado de trabalho (...)”;

- na ampliação de estratégias contra o sindicalismo classista⁷;
- na desconstrução dos direitos trabalhistas e sociais;
- na superexploração do trabalho de mulheres e crianças;
- na exclusão de jovens e pessoas de meia idade do mercado de trabalho;
- na relação ainda mais predatória entre homem e natureza com a intensificação da produção de mercadorias que prejudicam o meio ambiente (sociedade do descartável);
- na (des)socialização humana, com a propagação do subjetivismo e do individualismo de forma exacerbada;
- na intensificação das desigualdades, não apenas entre as classes sociais, mas também, entre as nações;
- no aumento da exclusão social e da intolerância diante das diferenças (xenofobia, racismo, etc)
- nas mudanças culturais: mudanças específicas provocadas pelo desemprego, sendo que uma delas é aumento das famílias chefiadas por mulheres. Outras mudanças ocorrem, porém não diretamente relacionadas à conjuntura do capitalismo, como é o caso da diminuição do número de casamentos e do número de filhos por família;
- Na propagação do consumismo⁸ em demasia.

⁷ Antunes (1998, p.35) aponta que “os sindicatos operaram um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe (...) Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital”.

⁸ “Mesmo que a sociedade tardo-burguesa esteja longe de ser uma “sociedade do consumo”, a cultura que nela hoje se afirma é uma cultura do consumo” (Featherstone, 1995 Apud: Netto, 1996, p. 97).

“(...) todas as indicações sugerem que o capitalismo flexibilizado oferecerá respostas predominantemente regressivas, operando na direção de um novo barbarismo, de que as atuais formas de apartheid social são premonitórios”. (Netto, 1996, p. 102).

Na sociedade brasileira, ao desemprego resultante das novas tecnologias soma-se o persistente desemprego estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, as relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo, que adquirem uma máscara de modernidade nesse país. Em outros termos, uma das conseqüências desta modernidade tem sido reforçar traços históricos persistentes da desigualdade de nossa formação social: o moderno se constrói através do arcaico (...). (Iamamoto, 1999, p. 117).

Mas qual a relação desta realidade com o Serviço Social? É esta a questão que será trabalhada no próximo item, dando destaque para a dimensão educativa na profissão.

1.2. O Serviço Social e a dimensão educativa no trabalho profissional dos Assistentes Sociais

Assim como em todas as profissões, este cenário tem sérias implicações no Serviço Social nas suas características nos âmbitos: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional.

Na lógica destas reflexões, é importante considerar que o Serviço Social⁹ apenas legitimou-se como profissão no Brasil a partir da década de 40, no momento em que o Estado decidiu intervir na questão social¹⁰ – fruto do processo de

⁹ Segundo Sant’ana (1999, p. 50), “o Serviço Social surge na década de 30, vinculado à doutrina social da Igreja católica. Sua atuação é ainda embrionária, porque faz parte da estratégia da Igreja no sentido de fazer cumprir seu ideário de justiça e caridade dentro da “ordem”. Porém, o Serviço Social somente se legitimou como profissão a partir dos anos 40, com a intervenção do Estado nos frutos da questão social.

¹⁰ “A questão social não é, senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do

industrialização capitalista. Neste período, ele criou e expandiu as instituições sócio-assistenciais estatais.

Foi em meio a esse (...) quadro que o Serviço Social iniciou sua trajetória em direção à sua profissionalização no Brasil. O interesse marcadamente utilitarista da burguesia e a ética reificada que lhe davam sustentação tornavam justificada a atitude da classe dominante de se apropriar dos trabalhos desenvolvidos pelos filantropos e pelos agentes sociais, conferindo-lhes uma conotação política e ideológica, em termos de controle e repressão. Através do processo de reificação, fortemente impregnado na estrutura da sociedade burguesa, forjava-se uma perspectiva de prática moldada para responder às exigências do capitalismo. (Martinelli, 1991, p.126)

Em relação a esta discussão, complementa Abreu:

O Serviço Social como profissão consolida-se e expande-se nas três primeiras décadas deste século, consubstanciada na organização e difusão do conjunto de inovações organizacionais na produção e no trabalho, introduzidas com a linha de montagem nos moldes fordistas/ tayloristas. A prática profissional inscreve-se nesses processos a partir da mediação do sistema de controle social em que se situam as práticas assistenciais, considerando, sobretudo, o agravamento da questão social e as exigências postas pelo novo padrão produtivo e de trabalho; vincula-se, pois, à necessidade histórica de imprimir às referidas práticas um cunho 'educativo', 'ressocializador', mediante inculcação de um novo código de conduta individual, familiar e política do trabalhador e sua família, adequado às necessidades da produção e reprodução social¹¹. (Abreu, 2002, p. 39)

A preocupação dos dominantes foi controlar conflitos sociais, zelando pela ordem pública e pela paz social. Este comportamento se deu como reação da expansão e consciência do movimento operário que intensificava suas lutas

empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia” (Iamamoto e Carvalho, 1983, p. 77 apud Paulon, 2003, p. 45-46).

¹¹ Grifo nosso.

reivindicatórias no processo que acelerou o conflito entre capital e trabalho. Nesse sentido, medidas de “proteção” ao trabalhador foram desenvolvidas pelo Estado por meio de políticas sociais¹².

Foi uma forma de utilizar parte da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores como mecanismo de minimização dos conflitos e, portanto, de estabelecimento de controle social.

O Estado, entendido na perspectiva gramsciana¹³, veio requisitar trabalhadores da área da assistência social para desenvolver ações educativas numa perspectiva de educação das massas, tendo em vista a manutenção da hegemonia das classes dominantes.

Para Gramsci, todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é a de educar a grande massa da população para um certo nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, aos interesses das classes dominantes. (Abreu, 2002, p. 22)

No processo de implementação de políticas sociais públicas sempre coube (e ainda cabe) ao Serviço Social, em consonância com as idéias de Faleiros (1996, 19), executar uma política pobre para os pobres, caracterizada por alguns como mínimo social. Segundo este autor, foi dada ao assistente social a condição de gerir, sim, a exclusão e não a inclusão e/ ou reinserção social, já que atua com políticas focais, residuais, seletivas e, portanto, nada universais.

Outro elemento que deve ser destacado na relação da realidade apresentada com o Serviço Social é de que ele se constitui como uma profissão inscrita na

¹² Segundo Faleiros, citado por Serra (2000, p.25), “a política social é uma gestão estatal da força de trabalho, articulando as pressões de movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social”.

¹³ Estado ampliado na perspectiva de Gramsci. Para maiores informações, ver item sobre Gramsci no capítulo 2.

divisão social e técnica do trabalho coletivo, e que tem na questão social a base de fundação de suas ações.

Nota-se que apreendê-lo como trabalho¹⁴ e não simplesmente como prática social, de acordo com lamamoto, se justifica pelo fato do mesmo compor a organização do trabalho nesta sociedade de forma “socialmente necessária”, ou seja, ele produz serviços que atendem às necessidades sociais.

“(...) tratar o Serviço Social como trabalho supõe privilegiar a produção e a reprodução da vida social, com determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade das classes que vivem do trabalho” (lamamoto, 2003, p.25).

Os assistentes sociais também participam, no exercício profissional, do processo produtivo como trabalhadores assalariados, podendo contribuir para a distribuição da mais-valia social, pela via da implementação das políticas sociais.

O profissional desta área pode intervir na sociedade de forma a fortalecer os princípios da liberdade, igualdade, democracia, fomentando a partilha de poder em prol do estabelecimento de novas relações sociais (contra-hegemonia). Pode, por outro lado, fortalecer a ordem vigente, atuando no sentido de reiterar as relações de poder e mando existentes na nossa sociedade, marcadas pela desigualdade.

Assim, por exemplo, na empresa, o assistente social pode participar do processo de reprodução da força de trabalho e/ou da criação da riqueza social, como parte de um trabalhador coletivo. Já no campo da prestação de

¹⁴ “O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades. O trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana. Porque o homem é o único ser que, ao realizar o trabalho, é capaz de projetar, antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido (dimensão teleológica). (...) Mas o homem também é o único capaz de criar meios e instrumentos de trabalho, afirmando ser essa atividade caracteristicamente humana (...). Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas” (lamamoto, 2003, p. 60).

serviços sociais governamentais, ao operar com o fundo público, participa do processo de redistribuição da mais valia social. Aí seu trabalho se inscreve, também, no campo da defesa e/ou realização de direitos sociais de cidadania, na gestão da coisa pública. Pode contribuir para o partilhamento do poder e sua democratização (...) ou para o reforço das estruturas e relações de poder preexistentes, com efeitos no campo político-ideológico, dependendo do projeto ético político assumido pelo profissional e do jogo de forças políticas em que realiza. (Iamamoto, 1999, p. 114).

Netto (1999, p.96) trabalha a importância do projeto¹⁵ ético-político para a profissão e da sua implicação nestas relações contraditórias no Serviço Social. Isto ocorre, segundo ele, justamente porque não há um único projeto profissional e por este ser o resultado da relação estabelecida entre projetos individuais e societários¹⁶.

Destaca ainda que os projetos ético-político-profissionais possuem elementos éticos que *“não se limitam a normatizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas da categoria e dos profissionais”*. (Netto, 1999, p. 98-99).

Segundo Faleiros (1996, p.20), os processos e tensões vividos pelo Serviço Social estão condicionados pela correlação de forças referentes:

- à disputa pela acumulação ou apropriação da riqueza em diferentes níveis (global, nacional e local);
- às dinâmicas institucionais/ organizacionais;
- à formulação de políticas sociais;

¹⁵ “A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto, que é, em poucas palavras, uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para atingi-la” (Netto, 1999, p. 93)

¹⁶ Netto (1999, p. 93-94) aponta que o projeto societário (...) trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. (...) são projetos coletivos, mas o seu traço peculiar reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade”

- às lutas e enfrentamentos entre a sociedade (movimentos sociais) e o Estado.

Iamamoto destaca que a contradição não é condição específica da profissão, mas às relações sociais da sociedade capitalista que, por natureza, são contraditórias.

Então o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social. (Iamamoto, 2003, p.69)

As ações profissionais dos assistentes sociais se dão, principalmente pela prestação de serviços sociais da qual o trabalho educativo é inerente. Eles desenvolvem, portanto, atividades que incidem sobre questões imediatas do ser, como também sobre a visão de mundo dos homens.

Vale observar que Iamamoto, ao considerar a profissão como produtora da coerção e do consenso, reconhece uma ênfase ao seu aspecto político.

(...) o Assistente Social é solicitado não tanto pelo caráter propriamente 'técnico-especializado' de suas ações, mas, antes e basicamente, pelas funções de cunho 'educativo', 'moralizador' e 'disciplinador' que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras, ou, mais precisamente, sobre os segmentos destas que formam a 'clientela' das instituições que desenvolvem 'programas sócio-assistenciais'. Radicalizando uma característica de todas as demais profissões, o Assistente Social aparece como o profissional da coerção e do consenso (...) Em síntese, a natureza da atuação profissional, sob aparência tecnicada, é de cunho mais político-ideológico do que propriamente econômico. (Iamamoto, 2002, p. 42 e 43).

Abreu aprofunda as discussões sobre a função pedagógica do Serviço Social numa perspectiva gramsciana. Ela afirma que:

A função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social. (Abreu, 2002, p. 17).

O fato é que, quando se fala em reprodução da vida econômica, reproduz-se, também, as relações sociais, sejam elas individuais ou entre classes sociais, tendo no Estado a síntese da trama das relações de poder na sociedade.

Para contrapor a este papel profissional historicamente determinado ao Serviço Social, é dada aos assistentes sociais a possibilidade de reconstruir seu objeto de intervenção, indo além das aparências, superando a imediatividade.

É preciso perceber a influência que as leis sociais exercem sobre a realidade cotidiana.

Isto suscita novas possibilidades ao assistente social, tanto no campo da produção do conhecimento, quanto da intervenção. Pontes ilustra algumas destas possibilidades – destacando o processo de mediação¹⁷ existente – no seguinte exemplo:

Quando um problema de um pequeno agrupamento de pessoas (ou até de um único indivíduo) que vive num mundo isolado, portanto, abstrato, passa

¹⁷ Pontes (2000, p. 38) estudou “a mediação (...) como uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social marxista, e que possui uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão)”.

a ser compreendido como pertencente a tantos outros indivíduos, grupos, povos, etc. (segmentos sociais), então, aquela situação única, que se afigurava no plano da singularidade como problema individual-familiar, mediatiza-se. Essa mediação se dá pelas leis sociais e particulariza pelas determinações históricas, ganhando, por aproximações sucessivas, concretude no entrecruzamento dos complexos sociais que compõem a realidade. (Pontes, 2000, 47).

Sobre “mediação”, aponta Guimarães:

Mediação é uma categoria central da dialética. Em um sentido literal, refere-se ao estabelecimento de conexões por meio de algum intermediário. Como tal, figura com destaque na epistemologia e na lógica em geral, dando conta dos problemas do conhecimento imediato/mediato, de um lado, e dos problemas do silogismo – ou interferência imediata” – do outro. Desse modo, as diversas formas e variedades do conhecimento podem ser afirmadas em termos de determinadas regras e procedimentos formais que, porém, devem ter sua explicação e justificação no estudo do ser, e não numa referência circular à sua própria estrutura de classificação e validação específica. É por isso que a categoria de mediação adquire significação qualitativamente diferente na dialética marxista que se recusa a admitir a autonomia de qualquer ramo tradicional da filosofia e trata seus problemas – e portanto também os da ‘mediação’, herdados da lógica e da epistemologia tradicionais, e num sentido especial (como o ‘meio-termo’ ou a média) da ética aristotélica – como partes integrantes de um estudo adequado do ser social, com a totalidade de suas determinações objetivas, interligações e mediações complexas. (Guimarães, 1988, p. 263).

É importante destacar que a linguagem sempre se constituiu no principal instrumento de trabalho do assistente social, independentemente da direção que imprime às suas ações e do contexto no qual se inseriu e se insere.

Como já foi apontado anteriormente, na área de atuação do assistente social, co-existem e se relacionam, diretamente, as dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operacional. Um elemento da relação da realidade

apresentada com o Serviço Social é que estas dimensões também foram sofrendo mudanças ao longo do tempo, geradas pelo movimento do real.

Pode-se observar que todas estas mudanças impactaram, portanto, tanto o aspecto concreto e material da profissão, quanto subjetivo, gerando reflexos na atuação prática dos assistentes sociais.

Vale ressaltar que numa visão crítica deste modelo de sociedade, parte-se do pressuposto de que educar é trabalhar no sentido de facilitar a troca de conhecimentos acerca das dificuldades e potencialidades do ser social, numa relação com a história mais ampla da sociedade. É contribuir para a elaboração de uma nova cultura respaldada numa reforma intelectual e moral, difundindo uma outra concepção de mundo vinculada aos interesses das classes populares. É despertar a esperança num mundo diferente, suscitando a percepção de sujeito – solidário, criativo, criador e coletivo.

Em síntese, é atuar no sentido de fortalecer as classes populares na conquista de sua hegemonia e emancipação social.

É um processo de politização que para desenvolver-se exige discussões, análises e proposições que possibilitem reflexão e crítica, numa relação democrática e de respeito entre o saber profissional, institucional e político do assistente social e o saber do usuário, visando elevar seu poder. (Silva, 2000, p. 114).

(...) a reforma intelectual e moral como um amplo movimento de crítica e destruição da cultura dominante e elaboração de uma nova cultura corresponde à constituição de um terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna. (Gramsci apud Abreu, 2002, p. 8-9).

É imprescindível destacar que este ato de educar não é uma prática isolada do contexto maior da sociedade e que, portanto, sofre as determinações e

implicâncias sociais do mesmo numa perspectiva histórica e numa relação dialética com ele.

No nível teórico-metodológico, dentro do próprio movimento da realidade e do processo de construção do conhecimento na área das ciências sociais, o trabalho profissional do assistente social, vem sofrendo interferências diretas de diferentes correntes teóricas que almejam uma forma mais rica de compreender o real. As vertentes têm influenciado a profissão de forma diversa, nada homogênea, gerando importantes reflexões e produções teóricas no meio acadêmico e profissional, mas também acarretando em crises a serem superadas.

“As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam”. (Iamamoto, 2003, p. 62)

Na tentativa de fazer uma leitura das vertentes que influenciaram (e influenciam) o Serviço Social na sua trajetória brasileira, Yazbek destacou a presença marcante do positivismo, sob influência norte-americana, principalmente a partir dos anos 40, o que se traduziu num tecnicismo do caráter conservador da profissão.

A autora aponta que

Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos (dados) que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se para ajustes e conservação. Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvido pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento de instrumentos e

técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades sócio-institucionais. (Yazbek apud Yazbek, 2000, p.23).

Abreu deu destaque, ao abordar a dimensão educativa na prática do assistente social, sob a influência desta matriz teórico-metodológica, ao que chamou de “pedagogia da ajuda” psicossocial e individualizada, que reduz as manifestações da questão social à esfera individual e subjetiva, viabilizando ações voltadas para a reforma moral e reintegração social (Abreu, 2002, p. 85). Parte-se do pressuposto de que o *“homem é capaz de progredir e de que cada um possui os meios da própria promoção social”*(Verdes-Leroux apud Abreu, 2002, p. 88). A partir de determinado tipo de “tratamento”, o homem é capaz de ajustar-se ao mundo onde vive.

Mas é na visão atomizada do social como aparência necessária da ordem monopólica (Netto, 1992), legitimada pelo progresso das ciências sociais de base positivista, que a centralidade da dimensão individual nas respostas à questão social – entendida como questão moral – ganha maior significado como estratégia na reificação das relações sociais, refletindo e reforçando a tendência à naturalização da vida social. Por um lado, esta tradição, ao referendar o primado individualista, justifica e aprofunda a ênfase no esforço individual na composição do processo coletivo de produção e trabalho (...). Por outro lado, atribui à natureza as leis do movimento histórico, subtraindo dos sujeitos a direção consciente na construção desse movimento e remetendo para a esfera moral o específico do social, o que tende para a psicologização das relações sociais (Netto, 1992), mediante a qual as manifestações da questão social aparecem como problemas de ordem moral. (Abreu, 2002, p. 90)

Afirma Abreu (2002, p. 100) que, com a racionalização da assistência social, a pedagogia da ajuda agregou componentes da filosofia da “promoção social” que busca o envolvimento e participação dos indivíduos no atendimento de suas

necessidades. Na verdade, afirma a autora, isso significa sim, uma estratégia de redução de gastos com os serviços prestados.

“A promoção social, na realidade, baseia-se no falso pressuposto da igualdade de oportunidade para os indivíduos e supõe que, abolido o comportamento acomodado, todos os problemas podem ser resolvidos” (Mota apud Abreu, 2002, p. 100).

A prática da seletividade, historicamente atribuída ao Serviço Social, se constitui como instrumento pedagógico imprescindível dentro desta vertente, visto que, além de “qualificar e desqualificar” os usuários dos serviços diante das contradições existentes entre o volume da demanda e os recursos disponíveis para o atendimento da mesma, contribui para o processo de produção e reprodução da força de trabalho.

A seletividade é, antes, um procedimento inerente às práticas assistenciais, redimensionando-se continuamente no processo de produção e reprodução das relações sociais. Constitui-se, historicamente, na sociedade capitalista como instrumento pedagógico que oculta não só a dimensão econômica da assistência no processo de reprodução da força de trabalho, garantindo a ‘ajuda’ nos limites impostos pelas necessidades de reprodução do capital, mas, fundamentalmente, como desdobramento desta dimensão, dissimula a manutenção do trabalhador em permanente estado de necessidade quanto à sua subsistência, condição perversa da dominação a que está submetido. (Abreu, 2002, p. 102)

Uma outra matriz que tem influenciado o Serviço Social na sua trajetória é a fenomenologia, delineando caminhos para se estudar e atuar junto ao humano vivido, o “ser em relação com” os outros e com o mundo.

De acordo com esta linha de pensamento, cabe ao Serviço Social *“a tarefa de auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas”* (Almeida apud: Yazbek, 2000, p. 25)

Esta tendência que no Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social (dos sujeitos) é analisada por Netto (...) como uma forma de reatualização do conservadorismo, presente no pensamento inicial da profissão. (Yazbek, 2000, p. 25).

Abreu também destaca, sob influência desta corrente (fenomenologia) agregada aos princípios do positivismo anteriormente trabalhados, o que ela chamou, no Serviço Social, de “pedagogia da participação”. Ela faz a síntese pedagógica a partir das duas vertentes:

Trata-se de duas propostas de intervenção profissional que, embora diferenciadas quanto ao posicionamento teórico-metodológico, aproximam-se no que se refere à perspectiva histórico-política que assumem: a primeira sob a orientação da corrente estrutural-funcionalista, traduz-se num ‘modelo de serviço social para o desenvolvimento’; a segunda, tendo por base o pensamento fenomenológico, expressa um ‘modelo profissional de capacitação social’. Ressaltam a prática do assistente social nos níveis de macro e microatuações para o desenvolvimento social, com destaque para a macro atuação como estratégia. Buscam referência nos planos nacionais de desenvolvimento, atribuindo-lhes condições de concretização dos objetivos profissionais. Daí o destaque para o planejamento social e para a educação popular, sob os auspícios do poder estatal como instrumentos estratégicos da participação social e superação da marginalização. (Abreu, 2002, p. 126)

Com o argumento da superação do assistencialismo presente nas ações de ajuda assistencial e do posicionamento de contribuir para que a sociedade brasileira evoluísse de “um país em desenvolvimento” para “uma sociedade industrialmente avançada” (Kowarick apud Abreu, 2002, p. 106), buscaram-se novos mecanismos

para a obtenção de persuasão e consenso dos sujeitos ao modelo de sociedade que se almejava atingir.

A ideologia que alimentava este processo era a “desenvolvimentista modernizadora”.

A ideologia desenvolvimentista modernizadora vincula-se a uma concepção de desenvolvimento fundado na chamada teoria da modernização. Esta teoria explica o subdesenvolvimento como um estágio de transição entre tempos históricos distintos, correspondentes a valores, padrões socioculturais constitutivos de pólos atrasados e modernos presentes em uma sociedade. Consubstancia-se numa visão de etapas em que ‘a história a percorrer pelos países em desenvolvimento assemelha-se àquela trilhada pelas sociedades industrialmente avançadas’ (Kovarick, 1977: 46), indo de uma sociedade tradicional a uma sociedade moderna, num continuum equilibrado. Esta explicação tem como modelo a ser atingido os países desenvolvidos da Europa ocidental e América do Norte. (Lima apud Abreu, 2002, p. 1006).

É válido apontar que esta pedagogia se desenvolveu, principalmente, nas propostas de Desenvolvimento de Comunidade (D.C.), onde era buscado o reordenamento da ajuda para a “auto-ajuda” ou “ajuda-mútua” nos processos, suscitando a participação no interior das relações comunitárias.

Esta proposta de D.C. é definida pela O.N.U. como ‘processo por intermédio do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país’. (Amman apud Abreu, 2002, p. 109).

Abreu (ibid, p. 124) ainda aponta que a intervenção dos assistentes sociais dentro desta proposta desenvolveu-se nos âmbitos da macro e da micro-atuações,

vislumbrando o homem numa perspectiva de globalidade (desenvolvimento integral do homem).

Tal processo acaba redundando, no emprego de técnicas referentes às abordagens individual e grupal, bem como à capacitação de liderança, de nucleação de grupos, de utilização de situações de tensão social, que, de fato, refletem mais o modelo profissional tradicional do que indicações de ruptura com este modelo e de construção de uma nova prática¹⁸. (Abreu, 2002, p. 124)

Esses direcionamentos têm sido contestados no Brasil com maior intensidade desde a década de 60, com o chamado Movimento de Reconceituação e com a adoção de outros referenciais teóricos que têm apontado para a necessidade de superação da imediatividade¹⁹.

Neste quadro de influências, o marxismo tem marcado presença como corrente que aponta a necessidade de superação da imediatividade num processo de identificação com as demandas e lutas da classe trabalhadora e de compromisso com a transformação social.

“O debate sobre a formação profissional e sobre teoria e metodologia, sobre o Estado e movimentos sociais, sobre a democracia e cidadania, sobre políticas sociais e assistência foram decisivamente marcadas pelo pensamento marxista” (Netto, 1996, p. 113).

Porém, é imprescindível lembrar que esta interferência não se deu (e não se dá) num único sentido na profissão. Presenciou-se, fortemente, por exemplo, nos

¹⁸ Abreu afirma que embora esse tipo de prática não vislumbresse a ruptura com o modelo de sociedade vigente, foi justamente nas experiências obtidas a partir dele que, contraditoriamente, se constituíram espaços de confrontos de projetos sóciopolíticos diferenciados.

¹⁹ É importante mencionar que este período também foi marcado pelo avanço da produção científica na profissão, fato que interferiu na formação profissional, desde a elaboração dos currículos mínimos para as faculdades.

anos 60/70, a vertente estruturalista Althusseriana (de Louis Althusser), que motivou a categoria a negar o espaço institucional e as clivagens históricas da profissão. Foi muito salientada a postura do “militante” que guiava suas ações, movido pela crença ingênua de que poderia transformar o mundo a partir de ações individuais (do profissional militante).

“(...) a assimilação do marxismo via corrente objetivista althusseriana vai fazer com que o peso das estruturas políticas e econômicas seja visto como intransponível” (Sant’ana, 1999, p. 54).

O marxismo althusseriano responde às possibilidades de sobrevivência intelectual nos marcos da ditadura (...). A articulação entre marxismo e cristianismo, também influenciada por Althusser, apresenta uma contradição, dado o seu anti-humanismo, expresso na defesa de um marxismo científico, de feições neopositivistas (...). Para Althusser, a filosofia marxista é teoria do conhecimento e o marxismo uma ciência, nos moldes positivistas, ou seja, objetiva e neutra. (Barroco, 2001, p. 154).

Barroco (2001, p. 158) afirma que este viés althusseriano também implicou numa série de equívocos no processo de formulação de uma ética marxista. Esta passou a configurar-se como uma prescritiva de comportamento moral e até mesmo de controle ideológico. Foram criados modelos ideais (com características de comportamento tidas democráticas, revolucionárias) e bastava o processo revolucionário para a constituição de práticas libertárias.

Este modelo de Althusser desconsiderava a totalidade social, o movimento dialético da realidade. Não percebia que não bastava a pessoa fazer parte da classe trabalhadora para aderir a um projeto revolucionário e único de transformação da realidade. E, pior, não entendia que tanto quanto a classe dominante, a classe trabalhadora também pode ser conservadora.

Yazbek (2000, p. 26-27) afirma que desde os anos 80, as idéias marxistas de Antônio Gramsci sobre Estado, sociedade civil, valores, ideologia, hegemonia, subjetividade e cultura de classes subalternas têm atingido profundamente a profissão. Também compõem as influências desse período as reflexões sobre o cotidiano, de Agnes Heller, a obra “A ontologia do ser social”, de Lukacs, as teorias sobre experiências humanas, de E. P. Thompson; e as análises históricas de Eric Hobsbawm, além de tantos outros.

No rumo desta concepção teórico-metodológica, Abreu também identificou um tipo de pedagogia no Serviço Social que designou “pedagogia da autonomia”. (2002, p. 133)

Esta nasceu dentro do processo de percepção das contradições próprias dos serviços de assistência social, bem como da reapropriação dos mesmos enquanto direitos, e não como bem-estar e mecanismo de controle social (Abreu, 2002, p. 134).

A partir desta concepção, supõem-se estratégias que visem o fortalecimento e unidade das classes populares pela via da colaboração, da solidariedade, mobilização, capacitação e organização entre elas.

Nesta linha interpretativa, as políticas participacionistas nos moldes integrativos subalternizantes ao sistema dominante são contestadas e ultrapassadas, transformando-se em formas reais de intervenção crítica e consciente da mesma classe na construção da história da práxis social e de si própria como força antagônica à ordem do capital. Essa intervenção supõe a construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas no movimento contraditório da sociedade, visando a recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é, de uma cultura contraposta à cultura dominante. (Abreu, 2002, p. 134).

Estes se constituem nos elementos do princípio educativo desta abordagem pedagógica,

na medida em que, em condições históricas determinadas, contribuem para subverter a maneira de pensar e agir, isto é, a ordem intelectual e moral estabelecida pelo capital, e plasmam novas subjetividades e condutas coletivas indicativas de uma nova cultura. (Abreu, 2002, p. 135).

A ideologia e a linguagem são colocadas como eixos centrais nesse processo, já que a primeira diz respeito às diferentes elaborações filosóficas da nova concepção de mundo e, a segunda, como mecanismo de expressão desta concepção, fundada em novos códigos de sociabilidade (ibid, p. 135).

Ainda no plano das idéias, tanto no Brasil quanto em outros países, é possível apontar que tem havido a ampliação de diferentes linhas de pensamento na área das ciências sociais, levando a um deslocamento das bases teórico-culturais marxistas. Este movimento, definido como pós-modernidade em sua versão neoconservadora, como defende Netto (1996, p. 114), tem sido determinante no processo de crítica, principalmente à ortodoxia e às lacunas (e não aos equívocos) existentes nas interpretações do método proposto por Marx.

Afirma Netto (1996, p. 118) que a pós modernidade, com suas características de recusa da metanarrativa, da macroteoria, da categoria da totalidade, vem ao encontro do conservadorismo profissional, que privilegia o microssocial, a mudança cultural, a centralização nas singularidades, a ênfase nas especificidades, a valorização do trabalho focalizado, direcionado para demandas profissionais imediatas.

No plano ético, a categoria dos assistentes sociais tem realizado conquistas importantes ao nortear suas ações tendo como base princípios, e não mais modelos ideais de comportamento.

É válido mencionar que o Código de Ética Profissional, elaborado pela categoria e aprovado em março de 1993 (Lei de regulamentação nº 8.662/93), preconiza os seguintes princípios: defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; posicionamento em favor da equidade e da justiça social; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade.

A superação posta no código de 1993 é parte do processo de desenvolvimento teórico-prático do projeto profissional de ruptura; entre outros, ela se apresenta em dois avanços fundamentais: especifica quais os valores representativos da ética profissional e estabelece a mediação entre compromisso ético e valores. Tal mediação é posta na realização competente dos direitos sócio-políticos dos usuários dos serviços sociais, na direção da ampliação da liberdade, das conquistas democráticas, da justiça social e da cidadania sócio-política. (Barroco, 1997, p. 7)

Pondera-se que na prática profissional do Serviço Social, de acordo com Iamamoto (2002, p. 123-124), dentro de todas as perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas adotadas, sempre houve dificuldades e desafios a serem trabalhados. Alguns deles destacam-se a seguir:

- o fatalismo e o messianismo (ambos esvaziados de historicidade) - presentes na atuação profissional, seja pelas raízes cristãs da profissão que delineiam o perfil do profissional como um missionário / salvador; seja pelas posturas ingênuas do assistente social que acredita que transforma o mundo sozinho, apenas a partir das

suas intervenções pontuais, sem um embasamento teórico-metodológico consistente que norteie as suas ações;

- o pragmatismo / tecnicismo - muito intenso e significativo na prática do assistente social, caracterizado pela supremacia da técnica, das atividades burocráticas em detrimento do papel pensante-político do profissional;

- o politicismo - privilegiamento apenas do aspecto político, em detrimento de um embasamento teórico-metodológico que possibilite maior apreensão da realidade.

Segundo Netto (1996, p. 110-111), existem ainda os impasses pelos quais passa a profissão no que tange à relação mercado x formação, decorrentes de:

- 1) Falta conexão entre as universidades (os centros de formação) e profissional da prática;
- 2) Os profissionais têm enfrentado as novas demandas em condições desfavoráveis, seja: a) porque se sentem inseguros pela fragilidade da formação; b) pela falta de motivação pela baixa remuneração; c) pressionados pela concorrência com outros profissionais (aparentemente, mais “seguros”, mais “legitimados” - pela perda das possibilidades de ampliação do campo profissional diante das novas demandas, desencadeada pela falta de iniciativa dos próprios assistentes sociais); e d) condicionados ainda por uma herança conservadora.

Soma-se a este cenário o fato dos profissionais carregarem na sua trajetória o traço de gênero, marcadamente feminino, e, dentro do que, historicamente, é possibilitado à mulher na sociedade, uma condição de subalternidade.

É possível afirmar que há que se preocupar com os rumos do Serviço Social.

Muitos profissionais de assistência, dentro de uma perspectiva teórico-metodológica, preocupados em repensar os rumos da profissão e garantir a ela um papel significativo no sentido de contribuir para o fortalecimento das diretrizes definidas no projeto ético-político profissional e elaborar estratégias que garantam a concretização das mesmas por meio de ações voltadas para a emancipação das classes populares, têm desencadeado um movimento de repensar a prática profissional.

Tem-se chegado a alguns indicativos de características que se fazem necessárias ao assistente social para tentar romper com este processo vivido pela profissão.

- a) Primeiramente, é imprescindível perceber-se enquanto classe trabalhadora assalariada, imbricada no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas;
- b) É fundamental um aparato teórico-metodológico aprofundado que lhe garanta realizar aproximações sucessivas com a realidade, não só do ponto de vista da profissão, mas também do usuário. A pesquisa no seu cotidiano profissional deve se constituir em importante instrumento na aproximação desta realidade;
- c) Faz-se necessário o desenvolvimento de novas competências técnico políticas com vistas ao fortalecimento do poder do dominado (empoderamento);
- d) É importante o desvelamento do significado das políticas sociais com os usuários e a luta incansável pela universalização, democratização e ampliação do controle dos direitos sociais;

- e) O assistente social deve trabalhar no sentido de fortalecer os processos coletivos (e não apenas individuais) com os usuários, contribuindo para revelar que a natureza dos problemas sociais está relacionada à estrutura da organização da sociedade capitalista.

(...) se na busca de soluções para os sofrimentos internos e individuais espera-se a felicidade pessoal e mudanças internas, no enfrentamento do sofrimento social (fruto da organização social capitalista) busca-se relações sociais que revelem o seu caráter e rejeitem as relações sociais hegemônicas. (Vasconcelos, 2000, p. 128)

Muitos assistentes sociais, nesta perspectiva emancipatória, têm buscado, na reflexão da dimensão educativa de sua prática, caminhos alternativos que viabilizem a concretização dos seus objetivos.

Neste sentido, Ana Maria Vasconcelos desenvolve algumas considerações.

O aspecto educativo aqui está direcionado para a construção e fortalecimento de condições de participação na transformação das condições geradoras dos problemas vivenciados, buscando contribuir na promoção de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, com prioridade para o trabalho com grupos sociais – em sua dimensão coletiva. (Vasconcelos, 2000, p. 130)

Em relação a este assunto, ainda completa suscitando o que, também, poderia caber ao assistente social como educador neste processo:

“À população, não basta organizar-se para reivindicar. Faz-se necessário ter acesso a um saber que a instrumentalize em relação ao como e ao que reivindicar (...).” (Idem).

1.2.1. Educação e Educação Popular

1.2.1.1.. Refletindo sobre Educação

Quando se propõe estudar a dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social, chega-se a algumas constatações:

1º – ainda pouco se sabe ou se estuda a dimensão educativa no Serviço Social;

2º - conseqüentemente, há poucas publicações para alimentar os processos de reflexão acerca da temática;

3º - é mais comum o Serviço Social realizar os estudos sobre a dimensão educativa a partir de suportes da Psicologia e há poucos estudos tendo como base os conhecimentos produzidos na própria área da educação e pedagogia, o que suscitou a necessidade de busca destas referências.

Faz-se necessário, portanto, a sistematização de algumas idéias acerca do significado da palavra educação, bem como de algumas propostas pedagógicas no processo histórico da sociedade, respaldando, desta forma, as reflexões posteriores relacionadas ao Serviço Social e sua dimensão educativa.

Far-se-á, para tanto, um esboço das idéias de Demerval Saviani e Paulo Freire, que serão complementadas com a apresentação de alguns aspectos da obra de Antônio Gramsci, bem como uma com uma exposição sobre Educação Popular, viabilizando, desta forma, elementos teóricos pertinentes ao objeto desta pesquisa.

Pergunta-se: o que é educação?

Educação é uma prática social determinada e determinante (embora de forma secundária), numa perspectiva histórica e numa relação dialética com a sociedade.

Como outras práticas sociais constitutivas, a educação atua sobre a vida e o crescimento da sociedade em dois sentidos: 1) no desenvolvimento de suas

forças produtivas; 2) no desenvolvimento de seus valores culturais. Por outro lado, o surgimento de tipos de educação e a sua evolução dependem de fatores sociais determinantes e do desenvolvimento deles, de suas transformações. (Brandão, 2004, p. 75).

A educação está presente em todas as relações sociais. Pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida.

A educação é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam.

A força da educação está em contribuir para a construção de tipos de homens e de sociedade na medida em que viabiliza a transferência e troca de crenças, idéias, símbolos, relações de poder, padrões de cultura, especialidades, etc. entre os seres.

Por isso, afirma Brandão (2004, p.12), “... *na prática, a mesma educação que ensina pode deseducar*”.

Ferrari (2004, p.06) destaca a importância da educação ao afirmar que “*educar é um dos meios de garantir a sobrevivência dos seres humanos*”.

Um outro elemento imprescindível neste estudo é a idéia de que a educação é uma invenção do ser humano e, portanto, não pode ser maior que o sujeito que a criou.

Brandão destaca que...

É preciso acreditar que (...) determinados tipos de homens criam determinados tipos de educação, para que, depois, ela recrie determinados tipos de homens. Apenas os que se interessam por fazer da educação a arma de seu poder autoritário tornam-na ‘sagrada’ e o educador ‘sacerdote’. (Brandão, 2004, p. 100).

Por meio do processo de socialização, de acordo com Brandão (2004, p.23), os seres humanos passam por etapas de inculcação do saber e das habilidades. Ela conforma o contorno da identidade, da ideologia e do modo de vida do grupo social.

A educação é inevitavelmente uma prática social que, por meio da inculcação de tipos de saber, reproduz tipos de sujeitos sociais, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de próprio desenvolvimento.

Dada a sua importância para o Serviço Social, será dado um destaque para algumas idéias de Paulo Freire, Gramsci e Educação Popular.

1.2.1.2. Paulo Freire

Paulo Freire foi um educador brasileiro que conquistou reconhecimento internacional. Criou um método que tentava aliar a crítica à sociedade excludente com a percepção da capacidade e potencial do educando.

Segundo Saviani (1994, p.68), Freire sofreu influência da concepção humanista moderna de filosofia da educação, por meio da corrente personalista (existencialismo cristão).

A proposta de educação de Paulo Freire nasceu como resistência a um contexto marcado pela exclusão escolar onde se observava um alto índice de pessoas na fase juvenil e adulta analfabetas. Este movimento preconizou, inicialmente, duas frentes de luta:

- ▶ pelo direito ao acesso ao ensino escolar com qualidade;
- ▶ pela necessidade da relação entre os saberes erudito e popular (entendido como saber das classes populares).

Paulo Freire partiu da crítica à pedagogia tradicional/bancária, que defendia que o professor deveria depositar conhecimentos nos alunos, meros receptores do saber, de forma passiva, rotular, classificatória, etc.

Era preciso, primeiro, desconstruir os rótulos de incapacidade, etc, atribuídos aos alunos e contribuir para que eles se vissem como sujeitos.

“(...) minha presença no mundo não é a de que a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História” (Freire, 1996, p. 54).

“(...) aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se apropriam dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles” (Freire, 1987, p. 74)

Ao educador caberia dialogar com os alunos, orientar, estimular pesquisa, a participação em sala de aula, e estabelecer uma relação de troca de conhecimentos, sempre tendo como base a realidade do aluno.

Vale destacar que em relação à realidade do educando, o próprio Freire aponta:

A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. (...) A experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar ‘virgem’ do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor da assunção (Freire, 1996, 41-42).

Segundo a professora Ivanilde Apoluceno de Oliveira²⁰, na relação “dialógica”, conforme ficou conhecida, deveria ocorrer a relação dos sujeitos do conhecimento, intermediada pela realidade. É no diálogo que se dá a problematização das questões pedagógicas e da vida e que viabiliza a relação de conhecimento. Há uma concação entre sujeitos, ou seja, estamos aprendendo “com” o outro e esta máxima, não se resume a uma simples relação de troca.

Se o diálogo

é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes;

Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem a buscar a verdade, mas a impor a sua;

(...) É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens. (Freire, 1987, p. 79).

Oliveira tece, ainda, algumas considerações importantes sobre o método dialógico:

O método dialógico, o de ‘intercomunicação entre os indivíduos mediatizados pelo mundo’, torna-se, também, o meio de articulação entre o saber cotidiano, experiencial de vida, e o saber erudito, sistematizado e rigoroso. (Oliveira, 2003, p. 29).

²⁰ A professora Ivanilde Apoluceno apresentou a discussão na palestra “Concepção Freireana de Educação Popular proferida na sala Paulo Freire em Indaiatuba no dia 19/06/2004.

A função da Educação não é dar respostas, mas problematizar, provocar perguntas e buscas. Por isso, preza-se pelo princípio da autonomia e o respeito à cultura e ao saber do outro.

Oliveira destaca que com esta proposta houve o resgate da cultura da conversa, da oralidade, onde, por exemplo, o mais velho poderia conversar com o mais novo e trocar, com isso, conhecimentos.

Reis (2001, p. 42) aponta que, dentro da perspectiva freireana, para que a educação consiga contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, é preciso aplicar alguns princípios teóricos, quais sejam:

- a) Horizontalidade. Se as pessoas são iguais no processo educativo, é preciso acabar com as hierarquias entre educadores e educando.

“O conhecimento do educador não é melhor do que o conhecimento do educando. Se sabemos ler e escrever e se o educando sabe plantar e colher, estes são apenas saberes diferentes e os dois merecem respeito” (Freire apud Reis, 2001, p.43 - 44)

“Por isto é que esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador ‘bancário’, supera também a falsa consciência de mundo” (Freire, 1987, p. 75).

- b) Diálogo: como forma de aproximação do professor com o aluno, em contraposição ao método tradicional onde somente o professor fala e o aluno escuta e aprende.

O exercício da horizontalidade é fundamental durante o diálogo. O educador precisa estar ciente de que suas concepções, suas formas de ver o mundo não são as únicas e nem as melhores.

“O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (Freire, 1987, p. 78).

c) Consciência: como conhecimento que temos de nós, dos outros e do mundo.

“A consciência crítica que possibilite entender o funcionamento da sociedade, para que possamos desempenhar nosso papel de cidadãos, é o objetivo do diálogo horizontal” (Reis, 2001, p. 45).

Segundo Reis, é preciso que se parta da realidade dos educandos, viabilizando que eles reflitam sobre uma condição e encontrem caminhos para transformá-la.

Critica os dias de hoje apontando que apenas é valorizada a cultura do estudo (é como se na relação do diálogo não houvesse processo educativo).

Pellegrini (2001, p. 22) esclarece que para Paulo Freire não há educação neutra, visto ser esta um ato político que poderia resultar em relação de domínio ou liberdade entre as pessoas, sendo que, de um lado estaria a burguesia e, de outro, o proletariado.

“(...) a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento” (Freire, 1996, p. 98).

Um depoente no trabalho de Pellegrini ainda descreve o que seria o papel do educador para Paulo Freire:

Ele acreditava que o educador deve se comportar como um provocador de situações, um animador cultural num ambiente em que todos aprendem em comunhão (...). Ninguém ensina nada para ninguém e as pessoas não aprendem sozinhas.” (Pellegrini, 2001, p. 22).

Cury (2004, p. 12) aponta que o pensamento de Paulo Freire reconhece a necessidade da inclusão sócio-educacional por meio de uma pedagogia de respeito e de conscientização dos caminhos do real. Afirma, ainda, que suas idéias se nutrem tanto da visão de educação enquanto direito social, ainda negado, quanto de uma composição com o pensamento católico de esquerda e suas formas participativas de educação não necessariamente escolares.

Vale observar que, para Paulo Freire, uma educação como prática de liberdade, *“implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”* (Freire, 1987, p. 70).

É importante apontar que há posições diferenciadas quanto à vinculação de Paulo Freire dentro da perspectiva da Escola Nova Popular. Pode-se observar que algumas referências trazidas neste texto sobre Paulo Freire trazem elementos que se contrapõem a isto.

Cury (2004), num esquema didático sobre o processo histórico da educação no mundo, publicado na “A Revista do Professor Nova Escola”, 2004, Edição Especial, classificou Paulo Freire como pertencente à vertente marxista, dentro do realismo. Fez, porém, algumas considerações importantes:

o pensador pernambucano tinha uma visão crítica da educação brasileira que o aproxima de aspectos do marxismo em diálogo com a fenomenologia. Mas pode-se afirmar que suas concepções pedagógicas representam uma espécie de braço esquerdo do movimento escolanovismo. (Cury, 2004, p. 7)

Oliveira afirma que Freire carrega traços do Existencialismo, do Personalismo (de Mounier) e de Marx.

Encontramos (...) traços do existencialismo: ao considerar a indagação, a busca do conhecimento, como parte da natureza humana, Freire reconhece que a existência de homens e mulheres, assim como a consciência de que fala a fenomenologia, é transcendência, isto é, relação com o mundo (com as coisas e com os seres humanos). Há também influência do personalismo de Mounier, pois este compreende o existir subjetivamente e o existir corporalmente como uma única experiência. Freire se aproxima de Heidegger, que vê o ser humano como aquele que se interroga pelo próprio ser e o mundo, reflexão pela qual o homem e a mulher compreendem a si mesmos. Para Heidegger, ser ou estar no mundo é a determinação fundamental da existência. Aproxima-se, também, de Marx, que compreende o ser humano como concreto, situado historicamente e socialmente, e ser de práxis, ou seja, teórico-prático. (Oliveira, 2003, p. 23).

A professora dá ênfase, ainda, à influência de Marx e Gramsci em Freire da seguinte forma:

Freire aproxima-se de Marx e Gramsci ao trabalhar a educação como ato político e elaborar uma proposta dialética de educação voltada para os interesses das classes populares, dos oprimidos, analisando o processo de autoritarismo e de alienação presente no discurso educacional capitalista. Freire recebe influência de Gramsci ao analisar a educação como processo de conscientização crítica, sendo o sujeito capaz de compreender a razão de ser dos fatos, superando a apreensão ingênua da realidade social. Dessa forma, a educação para Freire constitui um ato de 'conscientização crítica', de 'desmitologização' em que se desoculta a ideologia da classe dominante e, assim, de libertação. (Oliveira, 2003, p. 24).

Manfredi (1978) em estudo sobre as obras de Paulo Freire afirma que a proposta de educação trazida por ele viveu duas fases diferenciadas, sendo que a primeira, datada do período de 1959 a 1965, foi marcada por uma visão de educação para a participação e, no segundo momento, após 1969, apresenta a preocupação com uma educação para a libertação, embora, segundo ela, não fica claro nas obras do autor que esta se concretizaria a partir da superação do sistema

capitalista de produção. É uma discussão que provoca indagações, porém sem desmerecer a importância das contribuições deste autor para este estudo.

Para finalizar esta discussão como algo inconcluso, por que não citar o próprio Freire (no trabalho de Leite apud: Oliveira), em entrevista realizada em Genebra em 8.12.1979, com a participação de Antonio Faundez e publicada com o nome de “Encontro com Paulo Freire”:

Entrevistador: ... até que ponto hoje você é mais marxista do que era na época da Pedagogia do Oprimido?

Paulo Freire: ... eu fui na minha juventude, ao camponês e ao operário da minha cidade, movido pela minha opção cristã. Que eu não renego. Chegando lá, a dramaticidade existencial dos homens com quem eu comecei a dialogar me remete a Marx. É como se os camponeses e os operários me tivessem dito: Olha, Paulo, vem cá, você conhece Marx? Eu fui a Marx por isso... Comecei a ver uma radicalidade original do pensamento marxista lá na área camponesa, de analfabetos... Não quero dizer que eu sou hoje um ‘expert’ em Marx, ou que sou um marxista. Por uma questão até de humildade. Eu acho que é muito sério dizer alguém ser marxista. É preferível dizer que eu estou tentando tornar-me. E a mesma coisa em relação à minha opção cristã. Eu sou um homem em procura de tornar-me um cristão (...).”

Entrevistador: Como você vê a conciliação dessas duas procuras?

Paulo Freire: ... quanto mais eu me encontrei com Marx, direta ou indiretamente, tanto mais eu entendi os evangelhos que eu lia antes com uma diferente interpretação. Quer dizer, no fundo, Marx me ensinou a reler os evangelhos. Para muita gente, isso é absurdo. Para certos marxistas mecanicistas, que para mim não entenderam Marx, e que não só distorcem, mas obstaculizam o desenvolvimento do pensamento marxista, para esses eu sou um contraditório, e não vou deixar de ser jamais um idealista, representante de uma pedagogia burguesa. Para certo tipo de cristão mecanicista também, tão reacionário quanto esses pseudo-marxistas, eu sou um endemoniado contraditório. Eu não vejo nenhuma contradição à minha opção cristã pretender uma sociedade que não se funda na exploração de uma classe por outra. Em última análise, devo dizer que tanto a minha posição cristã quanto a minha aproximação a Marx, ambas jamais se deram ao nível intelectualista, mas sempre referidas ao concreto. Não fui

às classes oprimidas por causa de Marx. Fui a Marx por causa delas. O meu encontro com elas é que me fez encontrar Marx e não o contrário. (Leite apud: Oliveira, 2003, p. 32).

1.2.1.3. Gramsci

Segundo Manfredi (1987, p. 49), Gramsci não foi um especialista na área da educação²¹, porém, como se debruçou nos estudos da função estratégica que a ideologia desempenha na conquista ou manutenção do poder de uma classe sobre as outras e, conseqüentemente, no papel que os diferentes campos e instituições exercem neste processo, sua análise perpassa, inevitavelmente, pelas organizações educacionais e pela função dos intelectuais.

Abreu (2002, p. 18) aponta que o princípio educativo em Gramsci está imbricado não apenas no contexto escolástico, mas em todas as instâncias onde perpassam a relação entre mundo da produção e formação de uma ordem moral e intelectual consubstanciada na hegemonia de uma classe sobre as demais na sociedade.

Para Gramsci (1978a:46), ‘cada relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica’, não limitando esta pedagogia ‘às relações especificamente escolásticas, pelas quais as novas gerações entram em

²¹ Nos livros: “Cadernos do Cárcere” (volume 02, 2000) e “Os Intelectuais e a Organização da Cultura” (1982), pode-se encontrar discussões acerca da escola formal e a proposta do que Gramsci chamou de Escola unitária ou única. Trata-se de uma “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento de capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e do desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo” (Gramsci, 2000, p. 33-34). A partir dessa proposta, a escola unitária viria de encontro com o que Gramsci via em sua época: uma específica para as elites e outra, profissionalizante, para a classe trabalhadora. Mesmo com essas considerações significativas para repensar o modelo de escola, a maior contribuição para a discussão da dimensão educativa está, de fato, nas reflexões sobre o Estado ampliado e a hegemonia buscada pelas classes.

contato com as antigas e delas absorvem experiências e valores historicamente necessários, amadurecendo e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior', mas situando-a 'em toda a sociedade no seu conjunto e para cada indivíduo em relação a outros indivíduos, entre grupos intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e sequazes, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exércitos'. Esta relação se verifica 'não só no interior de uma nação, entre forças que a compõem, mas também em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais'. (Abreu, 2002, p. 19).

Gramsci foi um importante pensador marxista²² italiano que trouxe contribuições imprescindíveis para a reflexão do que foi chamado de Estado ampliado²³, bem como para o delineamento de rumos e estratégias a serem assumidas pelas classes populares para a conquista do poder hegemônico na sociedade.

“No seu modo de entender era preciso se debruçar sobre as circunstâncias concretas da história, avaliar as forças disponíveis, encontrar soluções práticas, ainda que transitórias, até conseguir construir a hegemonia plena das classes trabalhadoras” (Semeraro, 1999, p. 37-38).

Gramsci centrou sua análise no estudo da relação entre estrutura e superestrutura, sendo que, na primeira, estaria a base econômica da sociedade e, na segunda, o Estado ampliado, composto pela síntese da sociedade política com a sociedade civil.

²² Em sua relação com o marxismo, Semeraro afirma que “(...) Gramsci reafirmará repetidamente os dois princípios fundamentais da ciência política enunciados por Marx: 1) que nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que se desenvolvem nela encontrem lugar para um ulterior movimento progressivo; 2) que a sociedade não assume tarefas para cujas soluções não tenham sido já preparadas as condições necessárias” (1999, p. 24).

²³ Estado ampliado foi assim designado devido ao fato de antes dos pressupostos gramscianos, o Estado ser definido a partir - e apenas - da sociedade política que cumpre um papel coercitivo e de força a partir dos interesses das classes dominantes.

O Estado, em sentido amplo, 'com novas determinações', comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de 'Estado em sentido estrito' ou de 'Estado coerção'), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc (Coutinho, 1999, p. 127).

Semeraro (1999, p. 27) aponta que ao fazer a diferenciação entre sociedade política e sociedade civil²⁴, Gramsci pôs no centro do debate a questão do poder, uma vez que desloca e amplia a base histórica do Estado, trazendo à tona complexas superestruturas e, com elas, amplos espaços para a determinação da hegemonia²⁵.

Vale observar que Gramsci formulou os seus pressupostos sobre o Estado ampliado ao observar os modelos de Estado (coerção) implantados na Rússia durante a vigência do socialismo, e na Itália fascista.

²⁴ "(...) a distinção entre sociedade política e sociedade civil (...) é uma distinção metodológica (e não) uma distinção orgânica; (...) na realidade efetiva, sociedade civil e Estado se identificam" (Gramsci apud Coutinho, 1999, p. 130).

²⁵ Aponta Guimarães (1988, p. 177) que " nos escritos de Gramsci anteriores à prisão, nas poucas ocasiões em que o termo é usado, refere-se a uma estratégia da classe operária. Em um ensaio que escreveu pouco antes de ter sido preso em 1926, Gramsci empregou a palavra para referir-se ao sistema de alianças que a classe operária deve criar para derrubar o ESTADO burguês e servir como a base social do Estado dos trabalhadores (Gramsci, 1978:443). Mais ou menos na mesma época, Gramsci valeu-se igualmente do termo para argumentar que o proletariado soviético teria de sacrificar seus interesses corporativos, econômicos, de modo a sustentar uma aliança com a classe camponesa e servir assim aos seus próprios interesses gerais (Gramsci, 1978: 431). Nos Quaderni del cárcere, Gramsci vai além desse emprego do termo, semelhante ao sentido que tinha nos debates da Internacional Comunista no período, para aplica-lo ao modo pela qual a burguesia estabelece a mantém sua dominação".

Nos dois casos, de radicalização ‘da sociedade política’ e de centralização do poder no Estado, a sociedade civil acaba sendo anulada. No fascismo, pela via da manipulação das massas; no bolchevismo, pela repressão da liberdade. Em ambos os lados, o fundador do Partido Comunista Italiano²⁶ percebia que as lutas operárias vinham sendo sufocadas pelo cerco crescente do autoritarismo e de sistemas centralizadores (Semeraro, 1999, p.33)

E propõe estratégias de contra-hegemonia:

Nas sociedades ‘ocidentais’, as estratégias visam a conquista de posições e de espaços, inicialmente no âmbito da sociedade civil, configurando uma ‘guerra de posição’, tendo em vista a criação de bases da direção ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, indispensáveis para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação, enquanto nas sociedades ‘orientais’, face ao predomínio do Estado coerção, são necessárias estratégias de ataque frontal que caracterizam uma ‘guerra de movimento’, visando a conquista do Estado e sua conservação em sentido estrito. (Coutinho apud Abreu, 2002, p. 139).

A principal contribuição de Gramsci, portanto, está no estudo da superestrutura nas suas diferentes instâncias, principalmente no que tange à ideologia²⁷ e à política.

Porém, afirma Manfredi, isso não significa que ele deixou de lado o papel determinante e dominante da infra-estrutura econômica.

A relação dialética entre ambas está sempre presente, embora o foco central seja a superestrutura, pois, para Gramsci, o exercício do poder de

²⁶ Gramsci.

²⁷ Coutinho afirma que, para Gramsci, a ideologia é vista como *concepção de mundo articulada com a ética correspondente – é algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens* (1999, p. 112). (...) É analisada como “*força real, como fato ontológico, que altera e modifica a vida humana, mesmo quando seus conteúdos cognitivos não correspondem adequadamente à reprodução da realidade*” (*ibid*, p. 114).

uma classe, numa sociedade historicamente estruturada, não é tão-somente a expressão da estrutura das relações sociais de produção, mas também o exercício de um papel hegemônico do ponto de vista ideológico e político. (Manfredi, 1987, p. 50).

A relação que Gramsci estabelece entre estrutura e superestrutura também foi abordada nos estudos de Abreu:

a formação de uma nova cultura pelas classes subalternas só pode ser entendida no marco dos processos revolucionários da sociedade capitalista, ou seja, do conjunto das transformações estruturais e superestruturais em que a ação política direta constitui o primeiro passo no sentido da auto-realização auto-transcendente das referidas classes. (Abreu, 2002, p. 28)

A função de hegemonia²⁸ para Gramsci é exercida, principalmente, ao nível da cultura e da ideologia, onde uma classe fundamental busca o consentimento, a adesão das demais classes, se colocando como dirigente da sociedade. Uma classe, para ser dirigente, deve convencer as outras de que ela é mais apta para garantir o desenvolvimento da sociedade, difundindo suas concepções de mundo e

²⁸ Segundo Guimarães (1988, p. 178), “várias questões se tem levantado a respeito do conceito de hegemonia de Gramsci. Algumas tem a ver com a adequação de sua análise do poder de Estado burguês e as suas conclusões estratégicas que dela extrai (Anderson, 1976-1977). Um aspecto desse debate relaciona-se com o problema de até que ponto a hegemonia da classe operária pode ou deve desenvolver-se antes que o poder do Estado se transforme e com até que medida o desenvolvimento da hegemonia continua sendo tarefa de um Estado socialista (Macchiocchi, 1979 e Gruppi, 1972). Outras questões relacionam-se com o papel do PARTIDO revolucionário na criação da hegemonia proletária. Alguns autores enfatizam o caráter homogêneo ou unitário, e possivelmente totalizante da hegemonia, enquanto outros acentuam seus diversos elementos que não estão necessariamente enraizados em classes definidas economicamente e o modo pelo qual ela representa a convergência de grupos inteiramente diferentes bem como as concessões que isso implica. Algumas interpretações recentes pretendem que o conceito de hegemonia proporciona um instrumento teórico não apenas para a análise da sociedade burguesa e para o desenvolvimento de uma estratégia de TRANSIÇÃO para o SOCIALISMO, como também para a avaliação das realizações e dos limites das próprias sociedades socialistas”.

seus valores de forma a buscar a adesão dos outros grupos sociais ao mesmo. (Piotte apud Manfredi, 1987, p. 50-51).

É válido destacar que para a elaboração do conceito de hegemonia, Gramsci teve como base as idéias de Croce, que desenvolveu o tema numa conotação cultural, como também as idéias de Lênin, que direcionava seu estudo numa conotação política.

O conceito leninista de hegemonia indica a função dirigente do partido em sua luta pelo poder ou, também, o papel predominante do proletariado em sua aliança com o campesinato. Além da significação política (o tema da formação de uma vontade coletiva), o conceito gramsciano significa direção cultural e moral. Pois, segundo Gramsci, não pode existir reforma moral e cultural se amplas camadas dos setores populares não se unirem em uma só vontade para lutar contra a classe dominante e, reciprocamente, o partido não pode dirigir tais massas populares se não empreende uma reforma moral e cultural. (Piotte apud Manfredi, 1987, p. 51).

O Estado, portanto, é definido por Gramsci como “*sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia escudada na coerção*” (Coutinho, 1999, p. 127).

Segundo Macciochi (apud Manfredi, 1987, p. 52), Gramsci aprofunda, com sua definição de hegemonia, a noção de poder de uma classe ao constatar que a força, por si só, não é suficiente para o exercício da direção. É preciso, também, que a classe dominante obtenha o consenso dos grupos sociais que lhe estão próximos.

Coutinho afirma que a novidade trazida por Gramsci não foi exatamente a questão da hegemonia, já trabalhada por Lênin e Croce, “*mas ao fato de que a hegemonia – enquanto figura social – recebe agora uma base material própria, um espaço autônomo e específico de manifestação*” (Coutinho, 1999, p. 128).

Os portadores materiais da sociedade política são os aparelhos repressivos de Estado, enquanto que os aparelhos materiais da sociedade civil são os chamados

aparelhos privados de hegemonia, ou seja, *“organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política”* (Coutinho, 1999, p. 129).

“E é essa independência material (...) que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção” (Coutinho, 1999, p. 129).

(...) em Marx, não há valor-de-troca sem valor-de-uso, não há mais valia sem produto excedente, não há relações sociais de produção sem forças produtivas materiais, etc; em Gramsci, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social. (Coutinho, 1999, p. 129).

Vale observar que embora Gramsci diferencie as duas esferas da superestrutura (sociedade civil e sociedade política), ele não deixa de percebê-las numa relação constante, unitária e dialética que desencadeia a supremacia de um grupo sobre os outros.

“(...) o termo supremacia designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura” (Coutinho, 1999, p. 130).

Na verdade para Gramsci, as classes subalternas, assim como as classes dominantes, podem e devem conquistar a hegemonia.

Abre-se assim a possibilidade (...) de que a ideologia (ou sistema de ideologias) das classes subalternas obtenha a hegemonia no interior de um ou de vários aparelhos hegemônicos privados, mesmo antes que tais classes tenham conquistado o poder de Estado em sentido estrito, ou seja, tenham se tornado classes dominantes. É a possibilidade que Gramsci entrevê quando diz que ‘um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente

(hegemônico) já antes de conquistar o poder governamental', uma possibilidade que, aliás, no quadro das sociedades complexas, onde o Estado se 'ampliou', torna-se também necessidade, já que – prossegue Gramsci – 'essa é uma das condições principais para a própria conquista do poder. (Coutinho, 1999, p. 134).

Para tanto, seria necessário o desenvolvimento do que ele designou de “filosofia da práxis”.

A filosofia da práxis (...) não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, mas é a própria história de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para ter o consenso e exercer a hegemonia sobre as classes subalterna; é a expressão dessas classes subalternas que querem educar a si mesmas para a arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, também as desagradáveis, e evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e até de si mesma (Semeraro, 1999, p.48).

Para Gramsci, há uma categoria importante a ser considerada no processo de conquista e / ou manutenção da hegemonia: os intelectuais.

É válido destacar que, para ele, todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem essa função na sociedade. A categoria dos intelectuais é formada historicamente para o exercício desta função (Gramsci, 2000, p.18).

Gramsci difere duas modalidades de intelectuais:

- a) os tradicionais, que desenvolvem seus trabalhos numa perspectiva mais técnica, sem exercer uma função de organização e direção na sociedade;
- b) os orgânicos, que vinculados aos interesses de determinada classe, exercem suas ações de forma conectiva e organizativa e se concretizam como dirigentes políticos.

Piotte, citado por Manfredi, aponta que...

Gramsci delimita o conceito de intelectual, levando em consideração: a) a posição e o lugar que ocupa na estrutura social; b) a posição e o papel que ocupa no seio do processo histórico. O nome orgânico está ligado ao primeiro critério, de tipo sociológico. (Piotte apud Manfredi, 1987, p. 59).

Para Gramsci, os intelectuais orgânicos – alvo de sua atenção e estudo - assumem um papel preponderante no processo histórico ao atuarem como líderes e formadores de mentalidades (portanto, educadores), exercendo influência tanto sobre as classes populares, quanto sobre os segmentos estratégicos da sociedade, contribuindo ou não para a manutenção da ordem e para o equilíbrio do Estado.

É importante observar que os intelectuais não se relacionam imediatamente com o mundo da produção. Essa relação ocorre *“mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”* (Gramsci, 2000, p. 20).

Manfredi destaca que os intelectuais orgânicos são os organizadores da função econômica, da hegemônica e da coerção que a classe dominante exerce sobre as demais classes por intermédio do Estado.

Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo fundamental dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (Gramsci, 2000, p. 21).

Já os intelectuais organicamente vinculados à classe operária assumem um importante papel no exercício de conquista da hegemonia desta classe.

(...) os intelectuais orgânicos da classe operária teriam a função de: (...) homogeneizar a concepção de mundo da classe a que estão vinculados, tentando fazer com que haja uma correspondência entre esta concepção e a função objetiva que esta classe desempenha em uma situação histórica, depurar tal concepção de mundo das influências da ideologia dominante e provocar o aparecimento, no seio da classe operária, de uma outra concepção de mundo homogênea e autônoma. (Piotte apud Manfredi, 1987, p. 53).

Vale observar que nas reflexões sobre a dimensão educativa da prática do Serviço Social, estas considerações sobre o intelectual orgânico são de fundamental relevância ao refletir-se sobre o papel do profissional e sua vinculação aos interesses de determinada classe.

No trabalho com Comunidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campinas no período 2001-2004, trabalhou-se com uma proposta de educação não-formal voltada para o popular, o que suscita a necessidade de também ser aprofundado o entendimento deste tipo de educação.

Este tema ganha relevância num momento em que se discute a dimensão educativa no Serviço Social vinculado a determinados interesses e classes sociais, assim como o resgate, na própria pedagogia, da educação como uma prática social (como tantas outras) presente em todas as instâncias da vida em sociedade.

1.2.2. A Educação Popular

Para se discutir o conceito de Educação Popular, Calado, numa tentativa de reproblemática do mesmo, retoma a discussão sobre Educação como prática social que está presente em diferentes espaços e dimensões do cotidiano.

a Educação se manifesta, como é sabido, num imenso leque de espaços e dimensões sociais de que são tecidas as relações do cotidiano: da Oikía (casa, família, espaço privado, subjetividade) à Polis (espaço público, locus das decisões macro-estruturais), e desta àquela, passando pelas relações associadas a produção/trabalho/classe social, a gênero, a etnia, a nação/região/espacialidade, a distintos grupos etários, a ética, a religião, à lida com o meio ambiente, e às suas interações e rebatimentos no plano da subjetividade (sexualidade, desejo, afetividade, paixão...). (Calado, 1998, p. 123-124).

E ainda completa: “ (...) a Educação se apresenta como um campo cuja especificidade mais marcante parece repousar no fato de propiciar, mais do que qualquer outra ciência social, o exercício de articulação dos espaços sociais que oscilam entre a ‘Oikía’ e a ‘Pólis’.” (Calado, 1998, p. 129).

Mas qual seria a especificidade da Educação Popular?

Nascimento, ao discutir a questão, trabalha a concepção de classe ‘Popular’ - termo que, segundo Chauí, é “rico de sentido e, portanto, ambíguo” (apud Nascimento 1998, p. 245)...

(...) podendo ser decodificado de acordo com a ênfase que se empresta ao olhar e interpretar os diferentes aspectos da organização da sociedade (econômico, político, social, cultural,), e de suas manifestações através das ações e reações, entre as diferentes classes e segmentos sociais. (Nascimento, 1998, p. 245).

Segundo esta autora, dentro de uma perspectiva econômica, o popular está associado a uma interpretação quantitativista: população incluída no limite da pobreza (os dados em termos de renda têm sido os mais utilizados) (Nascimento, 1998, p. 245).

Já do ponto de vista cultural, esta questão é um pouco mais complexa. Para uma maior compreensão desta afirmativa, é preciso ter claro que:

a cultura, enquanto conjunto de práticas e representações que perpassam todas as esferas sociais, inclui a reprodução do patrimônio recebido e a criação do novo, motor das transformações; inclui tensão entre os elementos recebidos do exterior, transferência tecnológica e de

conhecimentos e o movimento inovador, que parte do interior da experiência dos grupos, podendo levar a um refúgio na tradição ou a um movimento transformador. (Nascimento, 1998, p. 248-249).

É válido mencionar que é bastante difícil e delicado definir o que, dentro das práticas e representações das massas populares, de fato representa os interesses das camadas populares. Um fator importante a ser considerado nestas discussões é o caráter conservador e/ou transformador das práticas populares (considerando-se que nestas há um entrecruzamento de interesses).

Neste trabalho, adota-se a concepção de classe popular trazida por Wanderley, que aponta que:

Abrangemos pelo termo classes populares, as classes subalternas, aquelas que vivem uma condição de exploração e de dominação no capitalismo, sob suas múltiplas formas. Exploração que se liga tipicamente à atividade produtiva, mas se produz e se reproduz também em 'outras dimensões' do processo econômico como um todo. E dominação nos plano social e político, vinculada à exploração econômica que por seus efeitos acaba identificando as distintas categorias sociais existentes na vida social concreta, nos bairros, homogeneizando-as em atitudes e comportamentos comuns, ainda que analiticamente devam ser distinguidas. Classes populares, pois, serão entendidas no plural, compreendendo o operariado industrial, a classe trabalhadora em geral, os desempregados e subempregados, o campesinato, os indígenas, os funcionários, os profissionais e alguns setores da pequena burguesia. (Wanderley apud Conceição, 1983, p. 33-34).

A Educação Popular é uma prática social voltada para o interesse das classes populares.

Nas colocações que seguem, Wanderley faz uma síntese não só do seu entendimento do que seja Educação Popular, mas também dá elementos que tecem o papel dos profissionais que trabalham com ela:

Entendo por educação popular a educação que é feita pelas classes populares ou em conjunto com elas, de acordo com os seus interesses de classe (...). Quando digo feita pelas classes populares, trato da educação que elas se proporcionam a si próprias através de trabalhos de classe, dos sindicatos e outras instituições legítimas de classe. Quando digo em conjunto com elas, falo do trabalho de agentes externos a essas classes (...)

que procuram uma identificação com elas, ajudam-nas em tudo o que for possível, e tentam se transformar em verdadeiros 'intelectuais orgânicos' delas. E quando menciono de acordo com seus interesses de classe, que variam historicamente, de não impor fórmulas prontas, de não manipular em função de interesses particulares de grupos ideológicos. (Wanderley, 1980, p. 122).

Do ponto de vista pedagógico, a Educação Popular é um processo em construção. É adotado como pressuposto a idéia de que tanto educador quanto educando podem contribuir no movimento de reflexão, sistematização e construção do saber. É o processo identificado como "construir com". A base da proposta pedagógica é, segundo Gonsalves (1998, p. 217), "*o respeito pela cultura do outro e a apresentação de conteúdos que permitam uma leitura crítica de realidade*".

Esta autora afirma que...

a Educação Popular é um processo político-pedagógico realizado na sociedade civil, que permite à classe subalterna elaborar e divulgar uma concepção de mundo que lhe é própria, vinculada organicamente a interesses de classe, que abarcam desde uma revolução socialista até modestas melhorias nas condições de vida. (1998, p. 214).

Somando-se a esta concepção, Manfredi aponta o que seria a Educação Popular numa linha gramsciana:

(...) a perspectiva apreendida em Gramsci parece indicar uma linha de reflexão e de análise que centraria sua atenção na educação popular enquanto processo, que permitiria às classes subalternas elaborar e divulgar uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses e não, simplesmente, como um instrumento ideológico empregado pelas classes dominantes para a conquista ou manutenção de sua hegemonia. Quando se aceita essa possibilidade, parece necessário repensar a história da educação popular à luz dos interesses próprios das classes subalternas, história esta que não está desvinculada daquela das classes dominantes, mas que justamente se constrói a partir do embate ideológico-político constantemente travado entre essas classes enquanto pólos antagônicos. (Manfredi, 1987, p. 40).

Nascimento afirma que o elemento político é a principal referência da Educação Popular e a sua vinculação com os interesses das classes populares um marco para sua identificação.

Esta autora ainda aponta...

A EP, enquanto postura, perpassa todas as ações e situações educacionais buscando compreender e intervir no processo mesmo de produção das relações, que são sempre relações conflituosas na luta pelo poder: poder de acesso aos bens materiais e culturais, coletivamente produzidos; poder de criar, participando na produção de objetos materiais e simbólicos, e das regras e normas que regem a organização da vida e das relações sociais; poder de ser, efetuando escolhas e definindo seu padrão individual, diferente e original, compartilhando entanto de valores e orientações comuns; poder de intervir nas decisões que afetam a vida da sociedade e do ser individual que dela participa. (Nascimento, 1998, p. 251-252).

Segundo Gouvêa na disciplina sobre o tema ministrada no curso de pós-graduação em Serviço Social pela UNESP, campus de Franca, a Educação Popular possui três características fundamentais:

a) o desenvolvimento da consciência crítica da realidade;

A consciência é a presença de si a si mesmo.

Já a crítica é diferenciada em dois planos: no senso crítico em relação aos outros; e na crítica em relação a si mesmo.

A consciência crítica seria a consciência da situação que exerce influência sobre as pessoas. Tem-se maior consciência crítica à medida que a pessoa percebe as influências da sociedade sobre o seu modo de pensar e agir.

Manfredi, em consonância com estas idéias, afirma que a Educação Popular tem como objetivos levar as classes populares a...

(...) perceberem os seus interesses mais gerais e históricos e possibilitar o depuramento da ideologia subalterna, exorcizando-a dos elementos estranhos que a permeiam e que pertencem à ideologia dominante. Outrossim, além de garantir a possibilidade de favorecer a tomada de consciência da função e da posição que as classes subalternas detêm na sociedade capitalista, deveria, também, propiciar novas condições para que o novo saber fosse incorporado a novas formas de agir, que paulatinamente

fossem penetrando em suas práticas do cotidiano. Como ressalta Gramsci, 'uma educação que permita uma tomada de consciência dos fins imediatos e supremos e de como tal consciência poderia ser revertida em atos. (Manfredi, 1987, p. 55-56).

b) a elaboração de propostas transformadoras;

A formação da consciência crítica se dá apenas quando há condições para mudanças.

Para manter a ordem, a sociedade se utiliza de dois braços: um representado pelo mundo das idéias, normas, valores e alicerçados reproduzidos pelos aparelhos ideológicos como igrejas, escolas, partidos, etc; o outro, que seria o poder, mantido pelos aparelhos repressivos (como as leis) e a coerção (polícia, exército, forças armadas, etc) e burocráticos.

Os interesses dos diferentes grupos e classes sociais manejam estes dois braços.

O primeiro passo para se obter consciência crítica é se perceber na correlação de forças presentes nestes dois braços.

Para sair do ciclo, é preciso fazer o movimento de levantar suspeita.

c) é eminentemente política.

Ainda segundo Gouvêa, três elementos constituem a Educação Popular: a) filosofia de vida; b) visão sociológica; e c) ação.

Souza afirma que *“a trajetória da educação Popular está ligada a princípios que valorizam a participação, a relação entre conhecimento e ação, a capacidade efetiva dos saberes para a solução de problema, entre outros”* (Souza, 1998, p. 19).

Porém, ele afirma que é preciso cuidado, pois a ênfase nestes elementos levaram, historicamente, e ainda podem levar a dois equívocos:

a) a sobrepolitização dos discursos em detrimento das preocupações com a dimensão pedagógica, entre outras;

b) e o preconceito em relação às atividades de pesquisa.

As pesquisas na área da Educação Popular buscam captar o saber do povo e dar status de ciência para este saber.

É importante considerar que a realidade é a base do conhecimento, tanto para o saber científico quanto para o saber popular²⁹. A verdade é construída por meio de aproximações sucessivas da realidade a partir de algumas categorias de análise.

A Educação Popular é uma prática que deve viabilizar uma reflexão projetiva, ou seja, que haja não apenas o resgate dos elementos históricos, mas também a projeção para o futuro de um projeto de vida e de sociedade.

Afirma Nascimento que nos dias de hoje...

(...) Nós estamos vivendo uma síndrome do fim. Sob o impacto do fim do século, em que se culmina um processo crescentemente acelerado de transformações nas estruturas de base material, nas estruturas de produção de conhecimento e na organização da vida social, o homem se torna perplexo e se interroga sobre as alternativas possíveis para a direção do processo social histórico. (Nascimento, 1998, p. 235).

Diante disso, Nascimento (1998, p. 244) aponta alguns desafios a serem superados pela Educação Popular na atualidade:

- fortalecimentos dos espaços tradicionais de Educação Popular, como sindicatos, organizações de trabalhadores, grupos comunitários, de mulheres, jovens, adultos, etc;
- recuperação da escola, não só a comunitária mas, também a pública, como espaço de luta;

²⁹ Conforme já foi apontado anteriormente, de acordo com Saviani, não há uma dualidade entre o saber científico e o popular, visto que um está contido no outro e vice-versa. Por isso, parte-se do pressuposto de que não há uma hierarquia entre os mesmos, mas deve ocorrer uma relação de reciprocidade necessária para o desvelamento do real.

- inclusão de novos espaços abertos que permitam o desenvolvimento de meios de comunicação.

O ponto chave será a reavaliação da orientação face ao projeto de sociedade que se elabora hoje no movimento social, o que implica a reelaboração das categorias analíticas e da problematização dos objetos de investigação, que devem incluir: a) os novos espaços de resistência e de produção de novas formas de organização social; b) as novas relações sociais face à reestruturação do mundo do trabalho e da vida privada; c) os novos conhecimentos, valores, habilidades produzidos pelos indivíduos, grupos, comunidades e movimentos sociais que possam conduzir à sua autonomização e afirmação, em confronto com aqueles engendrados pelos aparelhos de dominação e alienação dos sujeitos e de suas individualidades. (Nascimento, 1998, p. 245)

Paludo (2001, p. 116) aponta que nos dias de hoje ocorre um “bloqueamento” sociocultural causado pela defesa de alguns setores de que o projeto de modernidade é o único capaz de dar respostas aos problemas sociais, culturais e ambientais vividos na nossa sociedade.

“Há um bloqueamento nas possibilidades de desenvolvimento sociocultural que são motivadas pelo direcionamento do projeto de modernidade neste final de século, o que faz o mundo parecer estar de ponta-cabeça” (Hill, 1987 apud Paludo, 2001, p. 116).

Esta realidade interfere, diretamente, no Campo Democrático e Popular que passa a viver uma intensa crise, motivada, principalmente:

- Pela dificuldade de apreensão dos fatos ocorridos no Brasil e no Mundo. Muitos integrantes do CDP exerciam suas ações sem um respaldo teórico que lhes garantisse um aprofundamento da compreensão da realidade e do processo histórico, resumindo suas ações em práticas ativistas;
- Com a queda do muro de Berlim e do socialismo europeu, houve a perda de perspectivas e crença no socialismo como possibilidade real e concreta – o

que foi intensificado, também, por uma crise sócio-cultural vivida pela sociedade;

- Muitos intelectuais, militantes e Organizações sociais se distanciaram, deixando de exercer o papel de assessoria e formação do movimento popular;
- A luta excessiva pelo poder, travada entre as diferentes tendências dentro do próprio Campo Democrático e Popular, contribuiu para afastar muitos integrantes.

Segundo esta autora, a crise no Campo Democrático e Popular³⁰ (C.D.P.), não foi e não é homogênea.

Parte dos movimentos de esquerda manteve-se presente nas lutas contra a destruição da natureza, discriminações de gênero e raça, contra as privatizações, etc. Muitos intelectuais permaneceram com o intuito de transformar a sociedade.

Apesar deste cenário, Paludo afirma que para a Educação Popular há um terreno fértil para novas possibilidades na luta por uma outra realidade.

O momento atual, embora se encontre em um estágio aquém do desejado por alguns, e de forma mais confusa, abre possibilidades e espaços concretos da afirmação de novos referenciais, capazes de nortear a práxis de milhares de lutadores e pensadores, na busca do aprofundamento da democracia e da construção de uma forma alternativa de sociabilidade humana, de um novo projeto de sociedade. (Paludo, 2001, p. 106).

³⁰ Segundo Paludo, “o Campo Democrático e Popular se constituiu em nosso país nas décadas de 1970 / 1980, em contraposição aos desdobramentos específicos do Projeto de Modernidade; e, de outro, na continuidade do aprofundamento de concepções e práticas que procuravam articular a democracia com justiça social e com a construção de um projeto alternativo de sociedade. (...) Representa, no espaço social ou no interior do Bloco Histórico, a articulação e congregação de forças políticas e culturais com capacidade de intervenção política e organizativa.” (2001, p. 45).

Ainda, segundo a mesma autora, a partir deste processo vivido pelo CDP, alternativas/ estratégias de luta por um mundo melhor estão sendo construídas ao longo do tempo. Elas se caracterizam, hoje, basicamente, em quatro tendências:

a) A primeira diz respeito às experiências voltadas para a Economia Popular Solidária³¹ e para a elaboração de estratégias de solução de problemas comunitários relacionados à saúde, educação, violência, trabalho, etc, no nível loco-regional. Ganham destaque, neste cenário, os agentes comunitários de saúde, os agentes de pastoral, estudantes, etc. O objetivo é o fortalecimento das teias ou redes sociais das classes subalternas nas próprias comunidades onde moram, por meio de encontros de articulação e troca de experiências. São efetivados projetos alternativos, com financiamentos variados, de produção e geração de renda, relações sociais de gênero; teatro; etc. A construção de alternativas se dá no cotidiano.

b) A segunda tendência trabalha no sentido de buscar a construção de um Estado democrático, por meio da ampliação da participação popular nos conselhos, câmaras setoriais, orçamento participativo, etc;

O fator básico gerador de mudanças socioculturais e políticas é atribuído aos sistema político institucionalizado que se democratiza pela participação direta e pela força de pressões de organizações da sociedade – estas, no conjunto, formariam a esfera plural, pública e não-estatal. (Paludo, 2001, p. 138)

c) Já a terceira vertente vislumbra organizar e pautar propostas e lutas populares junto à sociedade e ao Estado por meio de organizações em massa

Economia solidária como “uma nova forma de produzir e de vivenciar as relações de produção. Nesta proposta, não se trata de gerenciar os problemas causados pelas formas predatórias de relação com a natureza, mas de produzir, vivendo novas formas de relação com a natureza, primando pela sua preservação (...)” (PALUDO, 2001, p. 136).

(ex: mobilizações, ocupações, marchas e protestos, etc – tidos como escolas do aprendizado da política e da cidadania);

d) A quarta e última tendência, de acordo com Paludo, organiza movimentos de moralização da política e da vida em comum. É o caso do Movimento Ética na Política, Ação da Cidadania contra a miséria e pela vida, etc. Vale mencionar que as ações desta tendência se enquadram mais em grandes campanhas com apelo à consciência individual e convivência humana que aos processos de organização coletiva, deixando de provocar a reflexão acerca do projeto de sociedade que se quer.

Vale destacar que o Serviço Social tem participado, no seu fazer profissional, principalmente nas duas primeiras vertentes acima abordadas.

É imprescindível destacar que as tendências apontadas não são unilaterais³² na medida em que não desenvolvem suas estratégias num único sentido, mas integram ações com o objetivo de atingir os problemas sociais numa perspectiva de globalidade e totalidade. É o caso, por exemplo, do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra que não foca suas lutas apenas na reforma agrária, mas cria meios de geração de trabalho e renda de forma cooperada no seu *lócus* de atuação. Mais recentemente, pudemos observar o movimento fechar os pedágios de uma das rodovias de grande importância para o país como protesto pelos altos valores cobrados e pelas condições de transporte no Brasil.

³²“(…) nesses novos tempos, como em outros, a educação popular pode estar inserida tanto num como noutro projeto. É ela, mediada pela intencionalidade e prática dos sujeitos que a fazem, que contribui na viabilização da inserção das classes subalternas como contituíntes e instituintes de processos de organização social, econômica, política e de formas de convivência que solapem as bases constitutivas do projeto de modernidade, anunciando organicidade a algo que é mais do que melhorar a qualidade de vida e se insere na perspectiva de construção de um novo modo de vida. Daí o seu sentido transformador mais profundo.” (PALUDO, 2001, p. 183)

O que houve e há de maior riqueza neste processo é, justamente a percepção da importância de construir “com o povo” e “não para o povo”.

Esta construção deve se pautar nas necessidades integrais do ser humano, quais sejam: básicas-materiais, convivência, afeto, cultura e participação, centrando energia não só no pólo das carências, mas também das potencialidades.

Para finalizar estas reflexões, concorda-se com Paludo que...

(...) é necessário superar as visões unilaterais. Consensos e conflito na política, como na vida, , dependem do que estiver em questão, do contexto, das identificações, do comportamento político dos diferentes sujeitos e até mesmo dos afetos, entre outros elementos. (2001, p. 151).

2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS DIAS DE HOJE

Primeiramente, demarca-se que para se estabelecer um estudo sobre qualquer política social e sua relação com o Serviço Social, é preciso considerar que há um vínculo estrutural entre os mesmos, datado no Brasil, principalmente, a partir da década de 30 com o avanço do sistema capitalista de produção.

Outra ideia relevante é que não há uma única forma de conceber e efetivar uma política social e que seus meandros dependem de um conjunto de fatores, concepções, valores, intencionalidades políticas, condições estruturais, materiais e concretas dela se estabelecer. A sua construção, a partir deste estudo, se dá, portanto, levando-se em conta as correlações de forças e que há elementos culturais, sociais, estruturais, políticos, presentes no processo.

Estas ideias são delineadas em consonância com as perspectivas de Behring e Boschetti de que, para se compreender uma política social, se faz necessário

[...] recusar a falsa questão economicismo versus politicismo; considerar que o atual momento histórico guarda uma forte tendência não redistributiva da riqueza socialmente produzida; que há fragilidades do movimento operário e popular, mas não de forma imobilista; que é preciso qualificar a idéia de cidadania e o aspecto tático de sua defesa; que também é fundamental a recusa do conceito de escassez numa sociedade marcada pelo desperdício e abundância. É preciso, ainda, uma maior precisão no conceito de Estado (com autonomia relativa no capitalismo e com diretiva política com consciência de classe); compreender melhor a articulação público/privado ou Estado/sociedade civil, além de considerar as potencialidades da tradição marxista para a abordagem da política social, de modo a contribuir para enfrentar os limites apontados. É preciso, também, não considerar as políticas sociais como produtos fixos, objetos reificados (coisificados), como algo independente e a-histórico e considerar as multi-causalidades das políticas sociais, conexões internas, relações entre suas diversas manifestações e dimensões: a) histórica – surgimento das políticas sociais vinculadas às expressões da questão social (que dialeticamente, tbém sofrem efeitos da política social); b) econômica – estabelecer relações entre políticas sociais com questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora; c) política: reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto (Estado, grupos das classes sociais); e d) cultural. A produção como núcleo central da vida social e inseparável do processo de reprodução, no qual se insere a política social (Bering e Boschetti, 2007, p.13 - 47).

E já que as políticas sociais nascem, histórica e contraditoriamente, como forma de buscar respostas às diferentes expressões da questão social e a ela se

relacionam dialeticamente, salienta-se que aqui ela está sendo tomada, a partir das proposições de Imamoto (2008) de acordo com o que segue:

A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do 'trabalhador livre', que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais (Imamoto, 2008, p. 156).

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa 'luta aberta e surda pela cidadania' (Lanni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais (Imamoto, 2008, p. 160).

Como este estudo trata-se da dimensão educativa no trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social- S.U.A.S., com especial atenção para a realidade de Santos, serão feitas considerações específicas sobre esta política, traçando-se alguns elementos do seu percurso histórico, mas mantendo a intenção de estabelecer maior acuidade com a forma como ela vem se dando nos dias de hoje.

Especificamente sobre a Assistência Social, vale considerar que há quem aponte que esta teve seu início no Brasil no século XVI com as primeiras instituições de assistência social que seguiam o modelo das casas de misericórdia portuguesas, orientadas e baseadas nos princípios da caridade cristã.

Neste período, envolvendo aspectos profundamente religiosos, as obras assistenciais se localizavam junto aos conventos e igrejas e se dedicavam ao abrigo dos "necessitados" de qualquer natureza, sejam eles crianças, enfermos, idosos e outros.

Na segunda metade do século XIX, com predominância das ações de benemerência das famílias mais abastadas, e buscando corrigir os “desvios sociais”, surgiram os espaços destinados exclusivamente aos órfãos, inválidos, delinqüentes e outras classes de indivíduos que não se enquadravam à ordem social vigente. Destacando-se aqui uma forte tendência de uma Assistência Social higienista com a predominante atuação das damas da caridade.

Se é verdade que a Assistência Social venceu historicamente o que alguns analistas visualizam como a particularidade do Serviço Social, é igualmente verdade que, predominantemente até os anos 70 do século passado, aquele vinco estava hipotecado à benemerência, ao favor e a distintas formas de filantropia (Mota, 2010, p. 10).

A partir de 1930, com a modernização conservadora, o Estado transfere à sociedade civil as atenções sociais voltadas aos trabalhadores do mercado informal e aos desempregados, passando, por força das reivindicações de categorias organizadas, a se dedicar à criação de legislação e organização da proteção aos trabalhadores pertencentes a estas categorias.

Vale destacar que para alguns estudiosos como Sposati, as ações organizadas a partir do Estado e dos mecanismos de regulação social, de forma organizada e na busca por maior profissionalização das ações, é que demarcam o surgimento da Assistência Social enquanto política social, traçando uma diferenciação entre ações de cunho filantrópico-caritativo com as ações de cunho público-privado dentro de certa organicidade.

Todavia, percebe-se uma transição histórica que vai se constituindo no processo e até os dias de hoje é possível observar a coexistência dos diferentes modelos que se articulam dialeticamente.

Já a vinculação da política pública de Assistência com a profissão de Serviço Social se dá de forma intrínseca e justamente na tentativa com o rompimento dos modelos “de ajuda” em voga. Em 1936, em São Paulo, foi implantado o primeiro curso de Serviço Social para buscar a profissionalização das ações na área. Isso se deu como uma reação do Estado, do empresariado e da Igreja Católica para superar o modelo de Assistência vigente e criar uma profissão que promovesse o auto-desenvolvimento dos indivíduos e não criasse uma dependência dos mesmos às ações de caridade. Neste período, cresceram as preocupações com a questão social (em especial as desigualdades causadas pelo capitalismo), e a constatação

de que as ações de caráter filantrópico e religioso eram insuficientes. O Estado assumiu, de forma emblemática, a condução das políticas econômicas e sociais do Brasil.

Todavia, é importante considerar que no emergir da profissão de Serviço Social, a Igreja Católica teve relevante participação no ideário e conteúdo transmitidos aos primeiros Assistentes Sociais do país. Tanto que a primeira escola de Serviço Social (atual Faculdade de Serviço Social da PUC – SP), tinha como referencial o pensamento social da Igreja Católica, de cunho humanista, conservador e contrário aos ideários liberais e marxistas.

Vale considerar que a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1937, e posteriormente, na década de 40, a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), são marcas inaugurais da profissão e da ação governamental na Assistência Social no país.

Mesmo após a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1977 e a vinculação da Assistência Social ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, prevalecem a centralidade e a exclusividade da ação federal nestas ações, excluindo o papel e a responsabilidade dos estados e municípios na área.

Apenas a partir dos anos 80, com as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais no país é que a Assistência Social vai passar por mudanças significativas na sua organização, valores, concepções e execução, tentando ganhar *status* de direito do cidadão e dever do Estado de fato. “É nos anos 80 que o eixo das concepções assistenciais, descolando-se da tradição assistencialista, se vai transladar para a esfera dos direitos e vai se relacionar às políticas sociais” (Mota, 2010, p. 10).

Também e a partir do movimento da profissão e da própria sociedade, o assistente Social ganhou legitimidade como profissional no campo da intervenção social, na prestação de serviços sociais do qual a dimensão educativa é inerente, na administração e repasse de recursos e na viabilização do acesso da população a programas e serviços como direitos. Ou seja, o Serviço Social profissional se consolidou como profissão na sociedade brasileira, na medida em que as intervenções do Estado no campo social foram se consolidando, apesar de todas as precariedades das políticas sociais no país. Observa-se o amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão a partir do

aprofundamento das bases teórico-metodológicas sob várias influências das ciências sociais, com especial destaque para as ideias de Marx.

A partir da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 203 e 204, a Assistência Social é, por fim, reconhecida como política pública não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado. A nova Constituição de 88 passa a promulgar o que segue:

Art. 203 – A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204 – As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p.37 e 38).

Garantindo assim, por lei, a universalização de direitos sociais, sendo regulamentados posteriormente em, 1993, pela Lei Orgânica da Assistência Social - L.O.A.S. (nº 8.742) que estabelece:

Art. 1º – A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (L.O.A.S.,1993 p.7).

A aprovação da L.O.A.S. dá início a um longo processo de construção da política de Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, que irá culminar em 2003 na IV Conferência Nacional, L.O.A.S. 10. Esta estabeleceu novas bases e diretrizes para a Política Nacional de Assistência Social em 2004,

apontando para a necessidade de construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (S.U.A.S.).

Este breve histórico teve como objetivo resgatar a origem das ações da assistência social no Brasil, ressaltando alguns de seus marcos históricos e mostrando que sua trajetória recebeu e continua a receber diferentes influências, tanto dos marcos legais, quanto dos forças sociais em movimento, culminando na diversidade de conceitos, valores, culturas profissionais etc elaborados a partir de um dado momento histórico. Assim, a Assistência Social se apresenta revestida de valores e interesses, como afirma FALEIROS (1997), contrapondo-se à perspectiva de Sposati:

[...] conceito de assistência social é carregado de interpretações as mais diversas configurando, por um lado, distribuição de favores, e por outro exercício de direitos, só para destacar uma oposição comum nesse campo. Envolve ainda a denotação de bondade, de piedade, de caridade, de filantropia, de ação voluntária, e hoje, de cidadania (p. 4).

Os últimos dez anos se apresentaram como um período de grandes avanços onde a Assistência Social passa a ser reconhecida como uma política pública e direito social que carece da ampliação de investimentos por parte do Estado.

A identificação da Assistência Social com assistencialismo e com filantropia ainda é parte dos desafios a serem enfrentados nesta área. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários da Assistência Social em nossa sociedade (Serviço Social e Sociedade, 2004 Políticas e Direitos, pag. 19).

Segundo Potyara A. Pereira (2003,p. 55-60), um grande desafio que é originário e está no cerne da Assistência Social e que imprime uma dificuldade, uma contradição na direção de consolidar a cidadania social, afiançar direitos num contexto capitalista liberal, diz respeito ao fato da mesma ter como legado histórico a vinculação com a pobreza. Com isso, a autora chama a atenção para a “armadilha da pobreza”, que, de certa forma, endossa a ideia de que não existe local para pobres e indigentes na filosofia do capital e do mercado. É assegurada, apenas, uma política pobre para os pobres.

Sendo assim, a consolidação da Assistência Social como política pública e a ampliação do aporte financeiro voltado às ações da Assistência Social, não garantirá sua efetividade diante das crescentes demandas sociais brasileiras.

Sposati discorda da posição de Potyara apontando a necessidade de se romper com a ideia de que a Assistência seria uma política pública voltada à pobreza.

Considero que um dos fatores que gera essa transmutação é a atribuição indevida da assistência social ao campo “dos pobres e da pobreza”. É este o campo das culpas, das vítimas e sofredores, dos coitados e dos não cidadãos. Somente quando a pobreza for criminalizada, isto é, quando seus causadores forem apontados, talvez se possa romper com o moralismo milenar que cerca a questão. A condição de ser pobre não gera direitos. É a condição de ser cidadão que os gera. Por consequência, enquanto for atribuída a responsabilidade da assistência social ao trato do pobre, ela não será uma política de direito de cidadania. Esta é uma das questões mais difíceis a ser enfrentada, pois muda o “pólo energético” da assistência social (Sposati, 2007, p. 441).

São polêmicas que envolvem a discussão sobre esta política pública e que não podem ser desconsideradas, pois no cotidiano de trabalho profissional, observa-se que isso se expressa na maior ou menor responsabilização do usuário pela sua condição de vida, na tentativa, muitas vezes frustradas, de construção de uma especificidade para as ações da área e, principalmente, na desvinculação das reflexões sobre pobreza à discussão sobre questão social e classes sociais no sistema capitalista de produção, reduzindo o foco de atenção para o âmbito da família ou indivíduo em seu contexto territorial. É fato, a classe trabalhadora subalternizada, alijada de seus direitos sociais mais básicos, é a principal usuária dos serviços desta política pública e as suas condições materiais de produção e reprodução da vida social ficam, muitas vezes, esquecidas ou condicionadas a um plano secundário das suas relações quotidianas e acesso ou não a determinados serviços, atrelados, principalmente, ao que é concebido como “condicionalidade”.

Como já fora apontado pela IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro/2003, em Brasília/DF, serão necessárias amplas discussões e reflexões sobre o processo de reestruturação orgânica desta política. Este apontamento segue na direção da construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social (S.U.A.S.), reconhecido como requisito essencial da L.O.A.S., para efetivação da Assistência como política pública.

Pode-se considerar que dentre as particularidades da Política de Assistência Social está sua abertura para interdisciplinariedade e intersetorialidade.

[...] Ou melhor, as fronteiras que separam a Política Social de outras áreas de conhecimento das Ciências Sociais são porosas, dinâmicas e intercambiáveis. Tanto que não existe um profissional específico da Política Social, e qualquer especialista nesta área tem inserção em todas as demais. Isto evidencia o caráter eminentemente interdisciplinar e intersetorial da Política Social. Essencialmente, não pode ser retirada da realidade dinâmica em que se processa e confina numa disciplina.(...) Dentre as políticas sociais particulares, como a saúde, a educação, a previdência, a habitação, entre outras, a assistência é a única que possui maior afinidade com o perfil interdisciplinar e intersetorial da matriz de todas elas, isto é, com a Política Social (Pereira, 2003, p. 57, Assistência Social no Brasil: a mudança do modelo de gestão, Carlos Alberto Monteiro de Aguiar) .

Tal realidade não diz que as políticas sociais estejam absolutamente dissociadas, porém, no atendimento das demandas e necessidades, o caráter mais disciplinar prevalece. Este processo dá visibilidade para a especialização. No entanto, tais demandas e necessidades não se apresentam desencaixadas.

Diante desta perspectiva, a Assistência Social não teria uma especificidade de forma de atenção, mas de público, e a condição e capacidade de mobilizar e articular as demais políticas sociais aprofundando direitos aos usuários espoliados no processo social.

Já Sposati aponta a abertura para a intersetorialidade e interdisciplinariedade da e na política de Assistência, porém discorda desta vertente de Pereira assinalando que há, sim, especificidade na mesma, estando seus objetivos atrelados à garantia de proteção social e às possibilidades dos seus profissionais trabalharem com famílias e indivíduos, aprofundando os chamados direitos sócioassistenciais.

Quanto a isso, afirma Pereira...

Um fato que preocupa os que defendem a setorialidade da assistência social é a possível perda de conteúdo ou da especificidade desta política, caso ela seja considerada setorial. Acontece que é justamente a defesa dessa setorialidade que pode descaracterizá-la como política pública, com um conteúdo próprio, porque isso vai contra a natureza genuinamente complexa, abrangente, interdisciplinar e intersetorial expressa no adjetivo (social) que a qualifica (Pereira, 2004. p. 59).

O próprio Conselho Nacional de Assistência Social, em consonância com as proposições de Sposati, referendou, em 2005, o decálogo dos direitos sócioassistenciais como estratégias e metas a serem atingidas por esta política pública, quais sejam:

1. Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos: Direito, de todos e todas, de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito.

2. Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva: Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano.

3. Direito de equidade social e de manifestação pública: Direito, do cidadão e da cidadã, de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais.

4. Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial: Direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede socioassistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.

5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial, à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infra-estrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos.

6. Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social: Direito, do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas.

7. Direito à Proteção Social por meio da intersectorialidade das políticas públicas: Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação, intersectorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável.

8. Direito à renda: Direito, do cidadão e cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersectoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural.

9. Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial a ter garantido o cofinanciamento estatal – federal, estadual, municipal e Distrito Federal – para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede socioassistencial nos meios urbano e rural.

10. Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais: Direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento; e sobre os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade (Conselho Nacional de Assistência Social, 2005).

Mas o que fica claro, na observação da realidade do processo de implantação do SUAS, é que as diferentes concepções dialogam entre si, por vezes de forma a se complementarem simultaneamente (convivem e são implementadas ao mesmo tempo), por vezes de forma a buscar uma alternância conforme o período histórico, local, interpretação dos diferentes sujeitos envolvidos e da própria realidade social. Mas, geralmente, isso não se dá de forma clara e objetiva e há, ainda, a disputa por uma identidade da política nos diferentes segmentos e setores.

Com a trajetória histórica da Assistência Social no Brasil a partir da promulgação da L.O.A.S., pode-se destacar como fatos mais relevantes para o cenário desta política social nos dias atuais:

Quadro 1. Cenário da Política Social nos dias atuais

Ano	Fato histórico
1993	Promulgada a Lei Federal N° 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – L.O.A.S
2004	Definida a nova Política Nacional de Assistência Social (P.N.A.S.)
2005	Decretada a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (N.O.B.-S.U.A.S.)
2006	Decretada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do S.U.A.S. – (N.O.B.-R.H.);
2009	Delineada a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
2011	Instituída a Lei Federal N° 12.435, de 06 de julho de 2011, que atualizou e acrescentou dispositivos na Lei Orgânica da Assistência Social – L.O.A.S..

Fonte: autoria própria

Tudo isso acarretou em novas orientações no âmbito da gestão e execução da política de Assistência Social no Brasil.

2.1 A Política Nacional de Assistência Social / 2004

Tendo como base as próprias normativas anteriormente mencionadas (P.N.A.S., N.O.B. S.U.A.S., N.O.B. S.U.A.S. R.H. e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais), farse-á, na sequência, um apanhado geral de como a política de Assistência Social passou a ser organizada no país a partir de 2004, regulamentando a própria Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742 de 7/12/93) em seus artigos 203 e 204.

A Assistência Social passou a ser vista sob uma nova ótica: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

Inserida no campo da Seguridade Social ao lado da Saúde e da Previdência Social, a Assistência Social passa ter caráter de Proteção Social aqui conceituada por DI GIONVANI (1998) apud P.N.A.S.,(2004), como:

[...] formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (...) Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas da vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (p.25).

Analisando a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)/2004 observam-se inovações em diversos aspectos:

- As situações sociais são analisadas, entendidas e consideradas a partir da análise do contexto macro e micro-social, superando-se uma visão reducionista que desconsiderava os aspectos econômicos, culturais, políticos e outros do atual cenário brasileiro;
- Uma visão social que objetiva a identificação e desenvolvimento das potencialidades da população, buscando atuar em suas forças e não em suas fragilidades;

- Uma visão social que em sua análise leva em conta: as pessoas, as circunstâncias e seu núcleo familiar.

Para atingir seu objetivo, de prover a proteção social do cidadão, a P.N.A.S./04 passa a valorizar e considerar o cotidiano da vida das pessoas; seu núcleo familiar; a comunidade onde o indivíduo ou família estão inseridos; sua rede de relações; a rede sócio-assistencial disponível no micro território e que ainda se propõe a identificar capacidades individuais, familiares e comunitárias, atuando de forma a possibilitar o desenvolvimento destas, com vistas a uma maior autonomia.

Vale citar que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (M.D.S.) foi criado em 23 de janeiro de 2004, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O M.D.S. apresenta-se atualmente responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no Brasil. É também o gestor do Fundo Nacional de Assistência Social (F.N.A.S.), cabendo ainda ao M.D.S. a missão de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução dos programas de transferência de renda do país, coordenando a P.N.A.S. e operacionalização do S.U.A.S..

2.1.1 Sistema Único da Assistência Social – S.U.A.S.

O S.U.A.S. é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social, definindo e organizando os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social. O S.U.A.S. possibilita ainda a normatização dos padrões de serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócio-assistencial. O S.U.A.S. ainda reconhece o dever do Estado no cofinanciamento das organizações e entidades de assistência social.

A estruturação do S.U.A.S. esta pautada nas necessidades da família, de seus membros e dos indivíduos, partindo do pressuposto que, para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros, é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal.

Garantindo a descentralização político administrativa e a territorialização, transferindo o poder de decisão, de competências e de recursos, com autonomia das administrações dos microespaços na elaboração de diagnósticos sociais, diretrizes, metodologia, formulação, implementação, execução, monitoramento, avaliação e sistema de informação das ações definidas. Parte dos problemas e potencialidades de um dado território.

A sociedade civil é definida como parceira do Estado na execução de programas, projetos, benefícios e também como responsável pelo controle social das mesmas.

Demarca-se a necessidade de se intensificar o controle público da política, a ser realizado através dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional como forma de operacionalizar a participação popular, já instituída desde a Constituição Cidadã de 1988. A população, por meio de seus representantes, passaria a ser protagonista de um grande processo de mudanças, atualizações, fortalecimento e ampliação das competências da política pública, com o objetivo de referendar a importância da gestão compartilhada entre as três esferas de governo e a iniciativa privada/popular para a efetivação do S.U.A.S..

O S.U.A.S. estabelece como espaços privilegiados de participação os conselhos e as conferências podendo outras instâncias somar força nesse processo. A PNAS destaca a necessidade de produção de uma metodologia que se constitua ao mesmo tempo em resgate de participação de indivíduos dispersos e desorganizados e a habilitação para que a política seja assumida na perspectiva de direitos publicizados e controlada por seus usuários, garantindo o controle social.

O controle público se configura como um dos aspectos fundamentais da execução das políticas sociais, inclusive na política de Assistência Social, tendo nele uma forma de gestão para operacionalizar o processo democrático de um país. O controle público favorece a participação da população na gestão pública, possibilitando aos cidadãos meios e canais de fiscalização e controle das organizações governamentais e não governamentais, de modo a verificar o bom andamento das decisões tomadas em seu nome.

Todavia, vale destacar que apesar de todas essas possibilidades, ainda existe muito que se avançar na operacionalização deste objetivo, de forma que os usuários possam se sentir, de fato, pertencentes e fortalecidos em comporem tais espaços políticos.

Estando a assistência social inserida constitucionalmente no tripé da Seguridade Social, seu financiamento se dará a partir da participação de toda a sociedade, dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das contribuições sociais (empresas e trabalhadores) e dos importadores de bens ou serviços do exterior.

Lembrando que a instância de financiamento é representada pelos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo, Municipal, Estadual e Federal.

A fim de garantir a qualidade da política nacional, aponta-se para a necessidade da efetivação da Norma Operacional Básica para a área de Recursos Humanos (N.O.B. R.H), da definição e estruturação de novas funções/ocupações surgidas das demandas sociais e da diversidade de serviços que devem ser oferecidos pela rede socioassistencial.

Para falar de rede socioassistencial no S.U.A.S., é importante sinalizar que a mesma é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e privada, que oferta e opera benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.

A informação, o monitoramento e a avaliação são vistos pela política como setores estratégicos de gestão que contribuirão para o aprimoramento da política de assistência social.

A gestão do trabalho no âmbito do S.U.A.S. contribui para aprimorar a gestão do Sistema e a qualidade da oferta dos serviços na perspectiva de consolidar o direito socioassistencial.

2.1.1.1 Norma Operacional Básica do S.U.A.S. (NOB S.U.A.S.)

A Norma Operacional Básica do S.U.A.S. disciplina a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social, abordando, dentre outras coisas: a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle dessa política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não-governamentais; os principais

instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos.

A regulamentação do regime próprio de gestão da Política de Assistência Social constitucionalmente atribuído, exige a revisão das normas operacionais por meio das quais se tem efetuado as vinculações entre os entes federativos, organizações de Assistência Social e demais políticas sociais e econômicas no processo de gestão, de financiamento, de repasse de recursos e de controle social.

A gestão da Assistência Social é estabelecida de acordo com a PNAS/2004, em níveis diferenciados (inicial, básica e plena) e, entre elas, o respeito à diferenciação do porte dos municípios brasileiros, das condições de vida de sua população rural e urbana e da densidade das forças sociais que os compõem.

2.1.1.2 Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do S.U.A.S. (NOB R.H/S.U.A.S.)

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do S.U.A.S. dispõe que a Assistência Social deve ofertar seus serviços com o conhecimento e compromisso ético e político de profissionais que operam técnicas e procedimentos impulsionadores das potencialidades e da emancipação de seus usuários.

Os princípios éticos das respectivas profissões deverão ser considerados ao se elaborar, implantar e implementar padrões, rotinas e protocolos específicos, para normatizar e regulamentar a atuação profissional por tipo de serviço socioassistencial.

São princípios éticos que orientam a intervenção dos profissionais da área de assistência social:

- a) Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais;
- b) Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;

- c) Promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;
- d) Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida;
- e) Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;
- f) Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;
- g) Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;
- h) Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;
- i) Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses;
- j) Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

2.1.1.3 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

Em 11 de novembro de 2009, em reunião ordinária e considerando as resoluções da P.N.A.S., foi aprovada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, com intuito de padronizar e organizar, nacionalmente, os serviços e equipamentos físicos do S.U.A.S., tanto de Proteção Social Básica quanto de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Com isso, os serviços foram organizados e divididos por níveis de proteção e complexidade dentro do Sistema conforme o que segue:

2.1.1.3.1 Serviços de Proteção Social Básica

a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico.

Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente à esfera estatal sua implementação. Serviço ofertado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas. O trabalho social com famílias, assim, apreende as origens, significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por toda a família, contribuindo para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do S.U.A.S..

O público alvo do PAIF são as famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS.

b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros. Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias, dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social.

c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e isolamento.

O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de

desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço.

O planejamento das ações deverá ser realizado pelos municípios e pelo Distrito Federal, de acordo com a territorialização e a identificação da demanda pelo serviço. Onde houver CRAS, o serviço será a ele referenciado. Naqueles locais onde não houver CRAS, o serviço será referenciado à equipe técnica da Proteção Social Básica, coordenada pelo órgão gestor.

O trabalho realizado será sistematizado e planejado por meio da elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU: instrumento de observação, planejamento e acompanhamento das ações realizadas. No PDU serão identificados os objetivos a serem alcançados, as vulnerabilidades e as potencialidades do usuário.

2.1.1.3.2 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências

necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

Para isto é realizado e construído, juntamente com as famílias atendidas, o PIFA (Plano Individual e Familiar de Atendimento). Onde apresentam-se as demandas, metas e prazos diante dos desafios apontados pelos usuários.

Este acompanhamento se dá através de visitas domiciliares, atendimentos individuais, grupais, da família extensa, articulação com a rede de apoio, busca ativa, acompanhamento em serviços, oportunizar de acesso ao Sistema de Garantia de Direitos, atendimentos itinerantes, busca ativa, contatos telefônicos, entre outras ações, por meio de um acompanhamento estreito e sistemático.

b) Serviço Especializado em Abordagem Social

Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.

O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da

responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescentados, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em

situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.

As ações devem possibilitar a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive e compartilha cultura, troca vivências e experiências. A partir da identificação das necessidades, deverá ser viabilizado o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer, sempre priorizando o incentivo à autonomia da dupla “cuidador e dependente”. Soma-se a isso o fato de que os profissionais da equipe poderão identificar demandas do dependente e/ou do cuidador e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições.

A intervenção será sempre voltada a diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou pessoa idosa.

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.

Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social.

2.1.1.3.3 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

As insituições de acolhimento são divididas da seguinte forma: Abrigo Institucional, Casa Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva.

O abrigo institucional e as casas lares funcionam baseados nas mesmas regras e princípios, funcionando 24 horas por dia, sete dias por semana e 365 dias

por ano. Ou seja, o atendimento é interrompido e exige uma equipe de funcionários considerável, para garantir seu funcionamento, durante o dia e horário noturno, o de fins de semana e feriados.

A Casa de Passagem trata-se de uma Unidade que presta serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade Unidade Institucional de Passagem, tem por finalidade oferecer acolhimento provisório a pessoas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito, sem condições de auto-sustento, em situações de violência e ou violação de direitos, contribuindo para a prevenção e agravamento de situações de negligência. O atendimento prestado é personalizado e em pequenos grupos, favorecendo o convívio familiar e comunitário, além de garantir a privacidade ao usuário, e o respeito aos seus costumes e tradições.

Já a Residência Inclusiva caracteriza-se como uma unidade que oferta Serviço de Acolhimento Institucional, sendo residências adaptadas, com estrutura física adequada, localizadas em áreas residenciais na comunidade. Devem dispor de equipe especializada e metodologia adequada para prestar atendimento personalizado e qualificado, proporcionando cuidado e atenção às necessidades individuais e coletivas.

O público atendido são jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente beneficiários do BPC, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar e/ ou que estejam em processo de desinstitucionalização de instituições de longa permanência. Recomenda-se até 10 jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, por Residência Inclusiva, tendo funcionamento ininterrupto de 24 horas. OBS: crianças e adolescentes (de 0 a 18 anos incompletos) deverão ser atendidas nos serviços de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes.

b) Serviço de Acolhimento em República

Serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autosustentação.

O atendimento deve apoiar a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. O serviço deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou co-gestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. Deve contar com equipe técnica de referência para contribuir com a gestão coletiva da moradia (administração financeira e funcionamento) e para acompanhamento psicossocial dos usuários e encaminhamento para outros serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas.

Sempre que possível, a definição dos moradores da república ocorrerá de forma participativa entre estes e a equipe técnica, de modo que, na composição dos grupos, sejam respeitados afinidades e vínculos previamente construídos. Assim como nos demais equipamentos da rede socioassistencial, as edificações utilizadas no serviço de república deverão respeitar as normas de acessibilidade, de maneira a possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência.

De acordo com a demanda local, devem ser desenvolvidos serviços de acolhimento em república para diferentes segmentos, os quais devem ser adaptados às demandas e necessidades específicas do público a que se destina.

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem.

O Serviço deverá ser organizado segundo os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e do documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, sobretudo no que se refere à preservação e à reconstrução do vínculo com a família de origem, assim como à manutenção de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos, etc.) numa mesma família. O atendimento também deve envolver o acompanhamento às famílias de origem, com vistas à reintegração familiar.

O serviço é particularmente adequado ao atendimento de crianças e adolescentes cuja avaliação da equipe técnica indique possibilidade de retorno à família de origem, nuclear ou extensa.

No III Colóquio Internacional sobre Acolhimento Familiar, realizado em Campinas, São Paulo, Brasil, de 15 a 17 de Dezembro de 2014, o Tópico sobre Família Acolhedora teve destaque entre as formas de acolhimento. Verificamos que em diversos países, assim como também algumas cidades do Brasil a propabilidade de reintegrações diante de um acolhimento familiar, aumenta em 75%. Entendeu-se que a Família Acolhedora é incentivada a acolher não apenas a criança ou adolescente, mas também toda a complexidade de sua problemática, o que inclui a colaboração na reorganização da família de origem, reconhecendo seu papel transitório, ampliando a capacidade de escuta e compreensão.

É fato que ainda são grandes os desafios na incidência política, financiamento, dificuldade em inserir os adolescentes, ausência de recursos humanos e problemas emergentes da sociedade atual (como dependência química, envolvimento com a criminalidade e narcotráfico).

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências

O serviço promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Assegura a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

Esse serviço é destinado a famílias atingidas por situações de emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras) que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados. Também para aquelas famílias, que foram removidas de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação do Poder Judiciário.

Diante da explicação acima, notamos que a NOB RH S.U.A.S. define, tanto para a proteção social básica e como para a proteção social especial, a composição das equipes de trabalho e de referência compostas por categorias profissionais de

nível médio e superior orientados por códigos de ética, que agrega essa dimensão aos serviços e benefícios, à gestão do S.U.A.S.. Demonstrando, que para a efetividade e qualidade dos serviços sócioassistenciais, é preciso garantir ao menos estas equipes básicas.

O objetivo da Tipificação dos Serviços Sócioassistenciais é de promover uma padronização, em nível nacional. A preocupação com a democratização da gestão do S.U.A.S., nela compreendida e a participação e articulação intergovernamental com as Entidades Assistência Social, é outro fator que impulsionou a referida tipificação, haja vista a franca necessidade de regulamentar a rede de atendimento assistencial, o que, pelo que consta, visa fortalecer e garantir os direitos socioassistenciais.

A partir deste marco, muitas entidades sociais, no anseio de atender ao normativo legal, estão se debruçando para tipificar seus programas, ocasião em que se depararam com programas que não se moldam neste novo paradigma. O que compromete que a ação social seja executada em caráter continuado, permanente e planejado, o que implica dizer que trabalhos pontuais não serão bem recepcionados, haja vista que sequer estabelecem uma perspectiva de autonomia aos seus usuários, e disto pode redundar no funcionamento clandestino da associação, contrariando toda a regulamentação vigente. Ainda, será fundamental, diante dessa nova perspectiva, que sejam garantidos mecanismos de participação dos atendidos no cumprimento da missão da própria Entidade, para fins de emprestar efetividade na execução dos serviços.

2.2 Alguns desafios da Política de Assistência Social na atualidade

São vários os desafios enfrentados nos espaços de execução desta política pública e que merecem atenção no sentido de busca de melhoria da sua efetividade e alcance de ações, considerando-se, claro, o seu papel limitado enquanto política pública que se destina ao atendimento de determinados grupos sociais.

A começar pela leitura do decálogo dos direitos socioassistenciais como meta a ser atingida pela Assistência Social, só isso já suscitaria um estudo mais aprimorado e discussões cuidadosas sobre as perspectivas trazidas para esta

política pública, o que não cabe aqui neste trabalho. Porém, ressalta-se o hiperdimensionamento da Assistência que traz, para si, grandes responsabilidades dentro de um contexto em que os direitos sociais mais amplos como educação, saúde, habitação etc são precarizados, o mundo do trabalho ganha contornos cada vez mais difíceis para a classe trabalhadora com os processos de precarização, terceirização e mundialização do capital, sem mencionar, claro, que trata-se de política pública não universal.

Observa-se que a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Social, é possível constatar, por parte de alguns profissionais, gestores, a preocupação com a busca de ir além das aparências de determinadas questões enfrentadas pelos usuários de forma que não seja realizada, apenas, uma gestão da pobreza, mas que, ao contrário, sejam verificadas as situações historicamente constituídas de violação de direitos sociais no sentido de viabilizar propostas de intervenções que realmente se desprendam dos preconceitos iniciais e que ainda hoje se fazem presentes na área. Entretanto, geralmente os elementos que compõem a realidade da população usuária são engendrados na estrutura capitalista e por mais que se busquem alternativas de enfrentamento das expressões da questão social, não é com uma política social específica que estas serão superadas. Mas verifica-se, por parte de vários sujeitos do processo, essa intenção, talvez até de forma ingênua, e isso vem acarretando, mais uma vez, no superdimensionamento da Assistência e no aumento do sofrimento dos profissionais que acreditam nesta possibilidade. “Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma, por se tratar de uma questão estrutural que não se resolve numa formação econômico social por natureza excludente” (Yazbek, 2001, p.33).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, a consolidação democrática do S.U.A.S. requer a superação de práticas frequentes nos órgãos públicos. Contraditoriamente, verificam-se iniciativas de alguns gestores no sentido de dificultar o acesso às informações por parte dos usuários. Isso ocorre porque, muitas vezes, a transparência das informações leva ao maior controle por parte do cidadão, deixando mais evidentes as responsabilidades, ações e omissões dos agentes públicos e percepção da falta das equipes básicas nos serviços sócioassistenciais.

Estas práticas se desenvolvem na contramão do fortalecimento de sujeitos coletivos críticos e acabam por culminar no enrijecimento do capitalismo.

As abordagens sobre Seguridade Social, na qual inclui a política de Assistência Social, estão postas em dois amplos campos referenciais de natureza teórica e política: o campo da democratização do capitalismo, fundado na flexibilização das relações institucionais de poder e no acesso de parte da riqueza social produzida à base do compromisso entre classes antagônicas; e o da superação, que, enquanto prática social, apresenta-se sob posições anticapitalistas, de inspiração socialista, amparadas na defesa da socialização do poder político e da riqueza, materializadas em lutas pela reapropriação do valor de uso social e coletivo do trabalho humano (Mota, 2010, p. 17).

Apona a P.N.A.S. que o Sistema Único de Assistência Social efetiva os direitos dos cidadãos de duas maneiras:

1. Os direitos são garantidos pelos resultados alcançados nos serviços, programas e projetos. Esses resultados esperados estão detalhados como aquisições na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009).

Um elemento a ser considerado nesta questão é que, apesar das tendências, do ponto de vista gerencial, em definir parâmetros de avaliação dos resultados das políticas, muitas vezes estes desconsideram a diversidade de realidades presentes entre os sujeitos atendidos e os próprios movimentos e tempo histórico em que determinadas respostas se dão no decorrer de um processo. Ou seja, apesar de existirem pontos comuns que generalizam elementos próprios da classe trabalhadora, não se podem subsumir características da particularidade dos sujeitos imbricados no processo e que são significativos como elementos de avaliação quando se trata de ações dentro das ciências humanas.

Essa compreensão é fundamental para que no cotidiano profissional não sejam feitas discriminações entre beneficiários de programas de transferência de renda condicionada e usuários dos serviços, como se o profissional pudesse estabelecer uma hierarquia das necessidades das famílias. A satisfação das necessidades de proteção de assistência social é complementar e não excludente: o fortalecimento do caráter protetivo das famílias e a expansão do campo das relações sociais são, do ponto de vista das famílias, tão importantes quanto o acesso à renda. Entretanto, verifica-se, hoje, a predominância e enfoque das ações voltadas para

famílias e indivíduos que recebem transferência de renda, atendendo orientações dos próprios gestores da política em todos os níveis de governabilidade.

2. Os direitos são garantidos também pelo acesso à renda, que se faz por meio da garantia do direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e pelos programas de transferência de renda condicionada, como o Programa Bolsa Família, que complementa a renda mensal familiar. Também pelo acesso aos benefícios eventuais, que atendem suas necessidades materiais temporárias.

Um ponto a ser considerado na questão é que os serviços socioassistenciais e os programas de transferência de renda são direitos dos usuários, embora apresentem critérios de elegibilidade para o acesso, o que, por si só já sugere reflexões quanto à relação contraditória entre seletividade e direito social.

Mota (2010) também nos aponta como a nova engenharia da Seguridade Social está funcionando para a centralidade nos programas de transferência de renda. E que tal situação não ocorre aleatoriamente, pois no processo de reprodução social, transitando pela esfera das superestruturas, o caráter ideológico, adquire outro significado político.

O argumento central é o de que as políticas que integram a Seguridade Social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhe são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma o principal mecanismo de proteção social no Brasil. Esta afirmação encontra amparo na expansão da assistência social e nas condicionalidades restritivas da previdência e da saúde, movimentos que vêm sendo sustentados por uma razão instrumental, circunscrita ao argumento do crescimento da pobreza e à impossibilidade de equilíbrio financeiro destas últimas, o que determina a necessidade de sistemas privados complementares, concomitante à redução e não ampliação de serviços e benefícios compatíveis com o aumento das necessidades da população (Mota, 2010, p. 133-134).

As condicionalidades também são ponto polêmico nesta política pública na medida em que demarca condições para que os usuários dos serviços tenham acesso ao que poderia ser caracterizado direito social, como acesso a algum tipo de transferência de renda, por exemplo, que se dá apenas mediante a troca pela frequência dos filhos aos serviços de educação, saúde etc. Não só a ideia do acesso

a renda como direito fica prejudicada, como também a discussão sobre o direito universal à saúde, educação como inalienáveis à condição humana no país. Um outro aspecto da questão diz respeito à dificuldade em se discutir as condições estruturais em que tais políticas são desenvolvidas, se são, de fato, acessíveis e atendem às necessidades dos usuários, cabendo à responsabilização unilateral das “famílias”, especialmente às mulheres adultas (tidas como as principais referências de cuidado dos filhos e demais integrantes da mesma) pela situação de não acesso às políticas públicas.

No município de Santos, verifica-se que também os adultos cumprem tais condicionalidades quando se veem obrigados a frequentar cursos de cunho profissionalizante, como se estes pudessem garantir autonomia financeira para as famílias, discussão expropriada das reflexões sobre o mundo do trabalho numa perspectiva crítica. É contraditório com a perspectiva da defesa de direitos inalienáveis e não contributivos, que, na lógica da política, só se efetivam mediante a troca por alguma ação dos usuários, aumentando o controle do Estado sobre a pobreza.

A ideia de que compete à assistência a questão de garantir a profissionalização, seja pela via direta de ações de cursos dentro dos equipamentos sociais, seja pelo financiamento das iniciativas por meio dos programas de transferência de renda, também sugerem discussões e até novos estudos sobre as perspectivas de mundo do trabalho e o que vem sendo entendido como autonomia e emancipação econômica dos sujeitos atendidos. É comum perceber que a falta de acesso a trabalho é, automaticamente, atrelada à pouca formação profissionalizante, culpabilizando o próprio trabalhador pela sua condição de desemprego.

Também é relevante considerar que os cursos ofertados nos espaços da assistência social são, geralmente, precarizados, sem o envolvimento da área da educação e suas diretrizes. Eles se dão de forma deficitária e no sentido de suscitar aos usuários possibilidades de trabalhos informais, com pouca rentabilidade, como é o caso das formações na área da beleza (manicure, cabeleireiro etc), artesanato, entre outros, reiterando, apenas, a condição de baixo rendimento da população.

Para o S.U.A.S. a concepção de gestão é composta pela associação entre o domínio de conhecimentos técnicos e a capacidade de inovação, alinhada aos princípios democráticos da gestão pública. Desse modo, é necessário pensar as dimensões— diagnóstico/ Planejamento / execução / monitoramento/ avaliação,

como movimentos absolutamente interligados e interdependentes, que se imbricam e inter-relacionam, numa dinâmica estratégica e não linear. Tais dimensões não podem mais serem vistas como etapas ou fases que se sucedem, mas sim como uma totalidade dinâmica, o que ainda não ocorre.

Quanto à Tipificação Nacional, apesar desta apresentar-se como indispensável para a solidez de uma política de Estado a qual norteará o emprego do orçamento público com maior proeminência, ela não pode engessar as ações dos Conselhos de Assistência Social e dos demais mecanismos de participação popular, prevista e ressaltada pela lei maior do país que é a Constituição Federal, que aponta uma premissa quanto ao respeito à livre iniciativa.

Outra questão levantada é que a Tipificação, dentro do S.U.A.S., delinea funções e papéis bem específicos para cada serviço, segmentando e recortando os tipos e os níveis de intervenção, o que se contrapõe à perspectiva de não fragmentação da realidade conforme era presenciado nos serviços nos primórdios da Assistência Social. Todavia, isso tem se colocado como nova forma de fragmentação e a realidade social aponta que não pode ser recortada. É muito comum presenciar profissionais em sofrimento ou em movimento de indignação com isso, pois quando o usuário acessa o serviço, leva toda a sua bagagem histórica e social com ele, inviabilizando os recortes do que é preventivo e protetivo.

Outro problema tem sido a utilização da família como principal sujeito e foco de atenção. Isso vem se dando, muitas vezes, como forma de recorrer às antigas formas de ação das políticas sociais em que estas eram culpabilizadas e responsabilizadas pelas expressões da questão social ao qual estavam sujeitas, ou seja, a retomada do “familismo”. Verifica-se, também, que família está sendo tomada, muitas vezes, como sinônimo de totalidade e há a clara desvinculação da mesma às discussões sobre classes sociais no capitalismo.

Os últimos anos tem sido de muitas lutas com a implantação do S.U.A.S., tanto pela efetivação da política nos municípios, quanto pela qualidade dos atendimentos e apesar do aumento de investimento na área, é muito deficitário o financiamento dessa política diante das demandas cada vez mais crescentes. Com isso, percebe-se que em muitos lugares não há, sequer, a composição das chamadas equipes mínimas de trabalho, há falta de equipamentos sociais públicos e a prática da terceirização dos serviços para as Organizações não governamentais como forma de barateamento dos mesmos é comum. Com isso, apesar dos esforços

para a conquista de uma perspectiva da Assistência como direito social, constata-se a convivência com velhos princípios da benemerência, caridade, já que muitas organizações não governamentais, componentes da chamada rede socioassistencial, mantêm a clivagem histórica da área no cotidiano de trabalho. Para a própria população usuária fica difícil a percepção de que está sendo atendida por um serviço público como direito, já que, além de se adequar aos critérios de elegibilidade da própria política, muitas vezes também tem de compor características exigidas pelos “parceiros” ou participar, obrigatoriamente, de atividades de cunho religioso, de ideários morais de organização familiar etc. Política essa, que por diversas vezes ainda é vista e legitimada, com essas práticas, pelo Estado brasileiro como política do favor, da cultura arcaica de patrimonialismo, elitismo, clientelismo, centralização, primeiro-damismo, desprofissionalização, entre outros males da área.

De acordo com Mota (2000), estamos diante de um processo que a autora chamou de “privatização dos direitos sociais”, que é desencadeado por um Estado que negligencia as determinações constitucionais, que se referem à seguridade social como “um direito de todo o cidadão e dever do Estado”, há a desconstrução do conceito de cidadania, quando se cria a figura do cidadão consumidor.

Sob a defesa da transferência de atividades do setor público para o setor privado – lucrativo e não-lucrativo, o que se está construindo é um modelo societário que tem por base a constituição de um determinado sujeito político: o cidadão-consumidor, produto de uma sociedade que concebe a organização econômica e social valendo-se de um Estado mínimo e do mercado máximo (Mota, 2000, p. 115).

É um processo de desresponsabilização do Estado que não se dá de forma visível e sim, recoberta pelo discurso da formação de “parcerias”, da responsabilidade social, do voluntariado, que se associam convenientemente ao conceito liberal de “cidadania”, como se este estivesse atrelado à disposição e vocação pessoal para o exercício da solidariedade, representada por aqueles sujeitos que tomam para si responsabilidades que deveriam ser assumidas no âmbito do Estado. Além deste olhar, também podemos sinalizar o fato de muitas vezes o Estado ser o violador de direitos ou o principal violador de direitos em nossa sociedade, o que leva à quadros de uma revitimização legitimada constante com a população.

Vale salientar que embora a Política de Assistência tenha vivido um enorme salto, sabe-se, portanto, que a cultura do favor ainda hoje permeia a assistência social. Buscando fazer a distinção entre Assistência, Assistencialismo e a Assistência Social, Aldaiza Sposati, diz que:

[...] acesso a um bem, de forma não contributiva, ou através de contribuição indireta, pela alocação de recursos governamentais ... que podem ser redistribuídos para atender a uma necessidade coletiva, considerada prioritária, para garantir um dado padrão de condições de vida e de direitos a todos os cidadãos...várias políticas públicas podem ter a presença da assistência, ou a função programática assistencial, sem que, com isto, sejam assistencialistas ou protecionistas no mau sentido, isto é, subalternizadoras e tuteladoras. (...) O assistencialismo (...) é o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor. Este, é transformado em um dependente, um apadrinhado, um devedor(...) O "primeiro-damismo" é a institucionalização do assistencialismo na figura da mulher do governante(...) A assistência social como política pública se ocupa do provimento de atenções para enfrentar as fragilidades de determinados segmentos sociais, superar exclusões sociais e defender e vigiar os direitos dos mínimos de cidadania e dignidade. É política de atenção e de defesa de direitos: o direito a sobrevivência em padrões éticos de dignidade construídos historicamente em uma dada sociedade (....)

Também não há investimento em infra-estrutura e muitos mecanismos de gestão e acompanhamento das ações, duplicados, triplicados (como as diferentes planilhas que tem de ser preenchidas e cadastros a que as famílias tem de se sujeitar) acabam por intensificar as demandas para os profissionais, causando difíceis condições de trabalho.

Assim, muitas ações acabam por se efetivarem de forma focalizada e na atenção às emergências e urgências, mesmo nos serviços considerados de Proteção Social Básica em que, em tese, deveria prevalecer a tal “prevenção”, outro ponto que merece estudos e pesquisas.

Quanto a esta questão, Potyara A. Pereira alertou, em palestra proferida no Senado Federal em junho de 1991:

Por assistência social "strito sensu" entendo aquela ação tópica, circunstancial e sem garantia legal, voltada administrativamente para carências sociais graves, que deixaram de ser assumidas pelas políticas socio-econômicas setoriais (....). Assistência, nesta ótica, é sinônimo de emergência, de amadorismo e de ausência de planejamento, de espírito crítico, de indignação e de visão de conjunto. É a antipolítica social ou a ação eventual e incerta (...)

Com relação à Lei 317 de 26 de agosto de 2010, que limita a carga horária de trabalho dos assistentes sociais em 30 horas, um legado histórico da categoria profissional e da classe trabalhadora, o que se presenciou, além de conquistas, também foi o aumento de expectativas de criação de novos postos de trabalho, porém num momento em que se intensificaram vínculos empregatícios precários e baixos salários na área da Assistência. Isso culminou no avanço do duplo ou pluriemprego, precarizando o mercado de trabalho na área e o comprometimento da qualidade dos serviços ofertados. Também ocorreu a diminuição da carga horária de trabalho, mas não a redução da quantidade de trabalho exigido, comprometendo não só o trabalho, mas até mesmo a saúde do trabalhador. E, por fim, isso acabou por gerar animosidades com os demais trabalhadores da política que mantiveram suas cargas de trabalho extensas, diminuindo a união da luta dos trabalhadores em alguns locais.

Ressalta-se, aqui, que a conquista das 30 horas é considerado fruto de anos de luta dos assistentes sociais, mas com a discussão deficitária do significado desta conquista enquanto conjunto de estratégias da classe trabalhadora, defasagem própria da realidade social que estratifica as lutas e a consciência de classe, alguns resultados de acirramento de rivalidades entre os próprios trabalhadores pode ser percebido, dificultando o trabalho em equipes multi/interdisciplinares.

Não há tempo hábil para aguardar a desmistificação daquilo que é novo. O que há, em verdade, são prazos derradeiros que, se não cumpridos, poderão prejudicar, ainda mais, a ação social e, por isso, a importância de se verificar que a Assistência Social não está dentro de uma ciência exata, necessitando a cooperação da sociedade organizada e do Estado em prol da diminuição das desigualdades sociais apresentadas em nosso país. E, para tanto, e sem a menor pretensão de defender que qualquer política social daria conta das expressões da questão social e de alterar o modo capitalista de produção, no mínimo se faz necessária a discussão sobre uma outra Seguridade Social que contemple, e de forma efetiva, várias políticas sociais estruturantes como educação, saúde,

habitação etc para afiançar, com qualidade, os chamados direitos sociais como condição para fornecer as bases materiais e concretas para construção de uma outra sociabilidade.

Existe um dado de realidade que também contribui para a precarização da Assistência Social e para o comprometimento da qualidade da força de trabalho nesta política, que é o fato do processo de formação universitária estar cada vez mais sendo tratado como mercadoria.

Assim também se dá com a perspectiva de que a partir da Assistência, os usuários acessariam, facilmente, outras políticas sociais de forma a afiançar direitos, desconsiderando-se, com isso, que há uma fragmentação na gestão das diferentes políticas, além da falta de investimento na atenção das necessidades reais da população. Ou seja, não se trata, única e exclusivamente, de falta de articulação intersetorial ou mesmo da ausência de procura da população para garantir o acesso da mesma a determinados serviços. O que existe é um sistema produtivo que, por natureza, causa disparidades na realidade social e onde há o predomínio das políticas econômicas de forma a sustentar o capitalismo.

De acordo com as entrevistas realizadas nesta pesquisa, em função da não efetivação e/ou avanço de outras políticas públicas, torna-se inviável os encaminhamentos direcionados aos cidadãos pela Assistência Social. Percebe-se que os municípios ainda não oportunizam acessibilidade aos serviços e direitos do cidadão brasileiro. Entendendo assim cidadania como algo a ser conquistado.

[...] capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto, historicamente determinado. (...) A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração (Coutinho, 2008, p. 50-51).

A questão da composição da equipe mínima, prevista pela N.O.B. R.H. também merece atenção, pois é notório que o que está previsto de pessoal para cada serviço está muito aquém dos objetivos da própria política e da demanda.

De acordo com esta pesquisa, a política de recursos humanos mostra-se sustentada em estruturas institucionais improvisadas, que não atendem às necessidades básicas de condições de trabalho, com equipes permanentes e

qualificadas, mas ao contrário, trabalham com rotatividade intensa de profissionais e uma prevenção social pautada nos programas de transferência de renda, que por sua vez, também se restringem às condicionalidades impostas pelo Estado.

O que está em questão é a resignificação do trabalho na assistência social, referenciada por um projeto coletivo de redefinição do trabalho no campo das políticas sociais públicas. É preciso, pois, enfrentar o desafio de construir e consolidar o perfil do trabalhador do S.U.A.S., no contexto do conjunto dos trabalhadores da seguridade social, que incorpore a dimensão do compromisso público, associado à sua função de agente público, comprometido com relações e práticas democráticas, com afirmação de direitos e com dinâmicas organizativas e emancipatórias da população usuária. E que seja um trabalho que se deixe ao controle social de usuários, conselhos, conferências e demais fóruns, nos espaços públicos de debate e deliberação da política (Couto et al, 2010, p. 62).

A relação entre os diferentes profissionais na Assistência também é uma questão a ser observada pela gestão, assim como o respeito às diferentes áreas do saber que cada profissional possui. Verifica-se que há trabalhadores que se veem perdidos quanto à especificidade de sua profissão, já que, no cotidiano de trabalho, todos fazem as mesmas atividades. No caso de Santos, especificamente, observa-se que no caso dos CRAS, por exemplo, a referência para as famílias é individual, ou seja, tanto faz ser assistente social ou psicólogo a acompanhar determinada família, já que, na prática, o que vale é quem a atendeu primeiro.

E, para atuar nesse contexto, o assistente social precisa ser um profissional

[...] qualificado, que reforce e amplie sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade.
 [...] O novo perfil é de um profissional afinado com análise dos processos sociais, tanto em suas mediações macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo também para moldar os rumos de sua história (Iamamoto, 1998, p. 49).

Sendo assim, o Serviço Social é chamado a atuar nas contradições da sociedade capitalista, nas quais ele mesmo está situado, a fim de minimizar seus reflexos na vida dos indivíduos e famílias que demandam sua ação profissional. E não apenas isso, mas promover esses indivíduos e suas famílias e, em consequência, a própria sociedade, com meios de construir uma outra realidade, pautada em relações de equidade e justiça.

Como referencia Yazbek (2005, p.156):

[...] é tarefa da pesquisa evidenciar os processos sociais e históricos de um tempo e lugar, em suas múltiplas dimensões, nos mostrando como a realidade se tece e se move pela ação dos sujeitos sociais. São, portanto, as relações sociais, as urgências históricas e as teorias sociais que as explicam, que dão sentido aos estudos e pesquisas, no âmbito social.

Assim como aponta Silva (2014) o impacto do ideário neoliberal na proteção social brasileira desenha um desmonte dos aparatos públicos de proteção. Ao passo que as legislações e a Constituição brasileira ampliam o papel do Estado como responsável dos direitos sociais, o modelo econômico propõe um orçamento reduzido para a área social, prevalecendo os mecanismos mínimos compensatórios.

A autora Marta Barbosa da Silva (2014) nos chama a atenção para o protagonismo popular e como os sentimentos de pertencimento servem de incentivo para o crescimento pessoal e para incentivar a participação popular, primando pela autonomia dos sujeitos e estimulação das lutas contra as desigualdades sociais na busca da garantia de direitos sociais e universais. O trabalho do assistente social pode desempenhar um papel significativo neste sentido, primando pela dimensão educativa crítica no cotidiano de trabalho.

Em face de todas as estratégias colocadas, entende-se que é possível trilhar um novo rumo para a Assistência Social no Brasil, a partir do momento em que se considera a dimensão educativa do trabalho como força principal de intervenção no atendimento e acompanhamento realizado.

É por isso, que reforçamos que tal assunto seja intensamente discutido na prática do trabalho, envolvendo todos os trabalhadores do S.U.A.S., que cada vez mais organizados, poderão legitimar suas queixas e propiciar mudanças em sua própria realidade.

3 A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE SANTOS/SP.

Com a preocupação de facilitar ao leitor a compreensão do cenário em que é desenvolvida a Política Nacional de Assistência Social em âmbito local, far-se-á, num primeiro momento, algumas considerações sobre a realidade do município. Isso porque parte-se do pressuposto de que a realidade material e concreta condiciona e por vezes até determina as condições de realização do trabalho profissional, assim como este, dialeticamente, também compõe e interfere na realidade.

Serão apontados alguns dados gerais do município tendo como base o documento Atlas Brasil de 2013, realizado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Fundação João Pinheiro (FJP) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tendo como base o último censo Brasil de 2010. Assim, também, serão trazidos elementos fornecidos pelo Observatório das Metrôpoles, num artigo em que apresenta dados de pesquisa do Índice de Bem Estar Urbano (IBEU), além de alguns índices trazidos pela pesquisa realizada na internet (Wikipédia). Também as gestoras e as próprias profissionais entrevistadas auxiliarão na leitura da realidade local e da Assistência no município a partir de elementos de realidade da Política de Assistência Social trazidos durante a realização da pesquisa de campo, entre dezembro de 2012 e março de 2013.

E, na sequência do capítulo, será abordada, diretamente, a questão da apreensão da dimensão educativa pelos profissionais que atuam no S.U.A.S. na cidade, sem deixar de considerar elementos da história e do perfil dos sujeitos da pesquisa, relacionando com a realidade na qual estão inseridos.

3.1. Breve caracterização de Santos

Santos, situada a cerca de 80 km de São Paulo, se constitui como a principal cidade de uma importante região metropolitana do Estado: a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), *contando com cerca de 1,6 milhões de habitantes fixos e uma população flutuante que gira em torno 4,9 milhões, segundo dados de 2011.* (Brandão et al, 2013, p. 1). Pelas suas características, atende não só a população

local, mas também uma gama de turistas que a visitam com certa frequência, gerando necessidades de planejamento público que engloba esta realidade.

Esta região foi criada em 1996, pela Lei Complementar Estadual 815, se tornando a primeira região metropolitana do Brasil sem *status* de capital estadual.

Forma uma das 15 mesorregiões brasileiras e está localizada no litoral sul do Estado de São Paulo.

Dados da Wikipédia dão conta de que...

A região abrange 2 419,9301 quilômetros quadrados (corresponde a menos de 1% da superfície do estado de São Paulo). É a 15ª região metropolitana mais populosa do Brasil, com uma população de cerca de 1,6 milhão de moradores fixos, e faz parte do Complexo Metropolitano Expandido, uma megalópole que compreende 12% da população brasileira, ou cerca de 30 milhões de habitantes. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Litoral_Sul_Paulista, pesquisa em 20/01/2015)

Esta é uma região que concentra boa parte da riqueza do Estado de São Paulo e é composta por 9 municípios, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 2: DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SANTOS

Município	Área(km ²) ¹	População ¹	PIB em 2011(R\$) ¹	Urbanização (%)2010 ¹	IDH-M ²
<u>Bertioga</u>	490,150 2 ^a	53.915 8 ^a	853 430 000 7 ^o	98,37 9 ^o	0,730 9 ^o
<u>Cubatão</u>	142,880 8 ^a	122.940 5 ^a	5 547 570 000 2 ^o	100,00 [A] 2 ^o	0,737 8 ^o
<u>Guarujá</u>	143,450 7 ^a	300.761 3 ^a	4 137 970 000 3 ^o	99,98 3 ^o	0,751 5 ^o
<u>Itanhaém</u>	601,670 1 ^a	91.716 6 ^a	1 185 590 000 6 ^o	99,06 7 ^o	0,745 7 ^o
<u>Mongaguá</u>	142,010 9 ^a	49.687 9 ^a	702 520 000 9 ^o	99,56 6 ^o	0,754 [B] 4 ^o
<u>Peruíbe</u>	324,140 3 ^a	62.307 7 ^a	832 380 000 8 ^o	98,88 8 ^o	0,749 6 ^o
<u>Praia Grande</u>	147,070 6 ^a	284.757 4 ^a	3 983 890 000 4 ^o	100,00 [A] 1 ^o	0,754 [B] 3 ^o
Santos	280,670 4 ^a	422.737 1 ^a	31 544 840 000 1 ^o	99,93 4 ^o	0,840 1 ^o
<u>São Vicente</u>	147,890 5 ^a	342.583 2 ^a	3 576 500 000 5 ^o	99,81 5 ^o	0,768 2 ^o
Total	2419.930	1.731.403	52 364 700 000	99,79	

[A] Praia Grande aparece na frente de Cubatão por possuir melhor IDH.

[B] Praia Grande aparece na frente de Mongaguá por possuir média 0,686 contra 0,640 no ranking de 2000.

Fonte:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_da_Baixada_Santista#Munic.C3.ADpios

Porém, há grande disparidade nos dados relacionados aos municípios que compõem a região. Brandão (et all, 2013, p.1), no artigo “Índice de Bem-Estar Urbano na Baixada Santista: crescimento econômico e desigualdade social” afirma:

A região é composta por 61 áreas de ponderação e 2.968 setores censitários, sendo que 82% destas áreas possuem condições intermediárias de bem-estar urbano (0,800 – 0,501), já 04% das áreas encontram-se em melhores condições de bem-estar urbano (1 – 0,801) e 12% possuem condições de bem-estar urbano inferiores (entre 0,500 – 0,001).

A importância desta região também é dada pela malha viária, ferroviária e de transporte de cargas por via marítima. Aliás, é importante mencionar que o maior porto de cargas e pessoas (com 13 km de cais e mais de 500 mil metros quadrados de armazéns) é o mais importante do país e está localizado no município. Movimenta mais de 40% dos contêineres em nível nacional e favorece o

crescimento econômico não só do município, mas de todo o Estado de São Paulo e do país.

Apesar de não deter a maior extensão territorial, o município de Santos é o que concentra o maior número de moradores, o melhor índice de Desenvolvimento Humano e Produto Interno Bruto.

Segundo os organizadores do Atlas Brasil (2013) quanto ao índice de Desenvolvimento Humano, vale destacar...

Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter. O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada uma exerça, na plenitude, seu potencial. Assim, o desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam.

Quanto à cidade de Santos, de acordo com resultados dos estudos realizados para composição do Atlas Brasil, houve a melhoria nas condições da população em alguns aspectos relevantes. O I.D.M. passou de 0,785 em 2000 para 0,840 em 2010, com um crescimento significativo de 7,01%. Entre 1991 e 2010 houve um crescimento, também, na média do valor de renda per capita de R\$ 1075,13 para R\$1693,65. A esperança de vida, ao nascer, aumentou de 71,52 para 76,13 anos. Outro dado importante é o aumento da escolaridade da população que apresentou evolução em todos os grupos etários pesquisados.

Entre 2000 e 2010 houve um crescimento populacional de 0,3%, menor que a média nacional de 1,01% e o índice de urbanização melhorou de 99,47% para 99,93%.

Quanto ao número de mulheres e homens, há uma margem significativa de pessoas do sexo feminino (54,24%) vivendo na cidade, em contraposição ao número de homens (45,76%). Importante salientar que as mulheres acabam por se constituir no principal público atendido pela Política Pública de Assistência Social.

Quadro 3.

População Total, por Gênero, Rural/Urba - Santos - SP

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	417.450	100,00	417.983	100,00	419.400	100,00
Homens	196.587	47,09	193.222	46,23	191.912	45,76
Mulheres	220.863	52,91	224.761	53,77	227.488	54,24
Urbana	415.958	99,64	415.747	99,47	419.086	99,93
Rural	1.492	0,36	2.236	0,53	314	0,07

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Outro índice interessante que poderá ser observado no quadro acima é a quantidade de pessoas vivendo na zona urbana em 2010 (99,93%). De fato, com as visitas feitas aos locais de trabalho da Assistência Social, nenhum estava localizado em área rural e apenas um CRAS (centro), em conjunto com o CREAS Municipal e outros serviços da rede, realizam ações de deslocamento para as áreas mais longínquas da cidade.

Estar na zona urbana não significa estar próximo da rede de serviços públicos. Vários CRAS, principalmente, estavam localizados em regiões de difícil acesso como morros ou próximo a regiões de palafitas e moradias improvisadas e o número reduzido de serviços nos locais foi mencionado por várias entrevistadas.

Entre 2000 e 2010 houve decréscimo de pessoas consideradas com “razão de dependência”, ou seja, menores de 15 anos ou maiores de 65 (população

potencialmente não ativa). Em 2000, este índice era de 44,60% e passou para 44,51% em 2010. Todavia, ocorreu um maior envelhecimento da população que, em 2010, representava 11,23% dos moradores para 14,05% em 2010, devendo, este quadro, ser alvo de atenção das diferentes políticas públicas, incluindo a Assistência Social.

Tanto os índices de mortalidade na infância quanto de fecundidade caíram. A mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) caiu de 19,3% em 2000 para 13,7% em 2010. Já para crianças até 5 anos, o número caiu de 21,9% para 15,4%. A taxa de fecundidade também sofreu decréscimo de 1,8 para 1,3 filho por mulher, o que, mais uma vez, suscita a necessidade de se observar e pensar em atenções voltadas para uma população que passa por um processo de envelhecimento. Também desmistifica o mito do grande número de filhos por família, suscitando a necessidade de se repensar ações de cunho moralista que tendem a controlar os usuários e condicionar as situações enfrentadas pelas mesmas em razão do número excessivo de filhos. É dado relevante também se comparado ao número crescente de programas de transferência de renda à redução do número de filhos por família, mostrando que com a adoção destes programas, não significa, automaticamente, o incentivo ao aumento do número de filhos como comumente é expressado nos meios sociais e de forma preconceituosa e pejorativa.

Aliás, o crescimento econômico de Santos apresenta, segundo Brandão (et al), no artigo publicado no site Observatório das Metrôpoles, relação estreita com o porto da cidade, que vem sendo ampliado e privatizado, com a área industrial de Cubatão e com o avanço das operações de extração de Petróleo na camada do Pré-Sal pela Petrobrás.

Aliás, há toda uma discussão em torno do uso do Pré-sal desde que uma grande área de produção de petróleo foi descoberta na região. Interesses econômicos e políticos estão voltados para o território, não se traduzindo, necessariamente, na preocupação com a melhoria das condições de vida da população local. Atualmente, inclusive, as atenções e tensões estão mais voltadas para a crise política da Petrobrás com seu histórico de corrupção que transcende décadas e afeta diferentes governos.

O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre todas as pessoas, maior liberdade de expressão, entre outras. Assim, ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem do desenvolvimento humano redefine a maneira como pensamos sobre e lidamos com o desenvolvimento – internacional, nacional e localmente. (Atlas Brasil, 2013).

Desta forma, os índices oficiais que apontam melhorias nas condições de vida no município não significam, necessariamente, que não haja má distribuição de riqueza e amplas disparidades sociais, marcando um cenário de desigualdade social próprio ao sistema capitalista de produção. E é com esta realidade que os trabalhadores da Assistência atuam no município.

Brandão (et all), no artigo IBEU Baixada Santista: crescimento econômico e desigualdade social, publicado no Observatório das Metrôpoles, em 27/11/2013, afirma que

Na análise do IBEU³³ Local da RMBS verifica-se a estreita relação entre trabalho/emprego e maiores índices de bem-estar urbano nos municípios centrais (Santos, São Vicente e Guarujá), enquanto que níveis inferiores se encontram em municípios distantes dessa cadeia produtiva. E mesmo Santos, cidade de maior crescimento econômico, apresenta índices inferiores que expõem a desigualdade social, presente em ocupações de morros e aumento da população em situação de rua.

³³ O Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) é um instrumento de medição do bem-estar urbano coletivo usufruído pelo cidadão nas principais metrópoles brasileiras levando em conta cinco diferentes indicadores: mobilidade urbana (D1); condições ambientais urbanas (D2); condições habitacionais urbanas (D3); atendimento de serviços coletivos urbanos (D4); infraestrutura urbana (D5). Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) - Observatório das Metrópoles o indicador se constitui como um importante instrumento para análise e avaliação das condições de vida urbana das regiões metropolitanas do Brasil. Seu diferencial está justamente em sua concepção que compreende aquilo que a cidade deve proporcionar à população em termos coletivos de condições materiais de vida. Nesse sentido, o indicador se afasta de uma concepção de bem-estar decorrente do consumo individual e mercantil e se aproxima de uma visão de bem-estar que se constitui e se realiza no plano do coletivo, promovidos tanto pelo mercado – via consumo mercantil – quanto pelos serviços sociais – prestados pelo Estado (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013 apud Brandão et all, 2013, p. 1)

Quadro 4. Número de setores censitários por classificação de cada dimensão do IBEU em Santos

Dimensão	Classificação	Santos
D1	Muito bom	0
	Bom	51
	Médio	432
	Ruim	172
	Muito ruim	0
D2	Muito bom	430
	Bom	153
	Médio	0
	Ruim	51
	Muito ruim	21
D3	Muito bom	430
	Bom	0
	Médio	53
	Ruim	151
	Muito ruim	21
D4	Muito bom	534
	Bom	100
	Médio	0
	Ruim	21
	Muito ruim	0
D5	Muito bom	430
	Bom	53
	Médio	100
	Ruim	0
	Muito ruim	72

Fonte: INCT, Observatório das Metrópoles, 2013. Elaborado pelo Núcleo Baixada Santista

Num mesmo núcleo censitário, verificou-se que há um nível muito bom do IBEU convivendo com níveis “muito ruins”, “ruins” ou “médios”, denunciando as disparidades do município. Vale observar que as dimensões (D) estão relacionadas a: D1- mobilidade urbana (atração entre trabalho e emprego), D2- indicadores de Condições Ambientais Urbanas, D3- condições habitacionais urbanas, D4- Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos e D5- Infraestrutura urbana.

No estudo foi identificado que Santos detém um índice de mobilidade urbana bom e alto poder de atração entre trabalho e emprego, o que significa que seus moradores trabalham no município e não gastam, em geral, mais de uma hora de deslocamento de sua casa para o trabalho.

O indicador de condições ambientais (D2) levou em conta a arborização em torno dos domicílios, o esgoto a céu aberto em volta das casas e o lixo acumulado nas proximidades das mesmas. Santos concentra os melhores índices neste quesito na orla marítima e, em contraposição, o pior índice foi no chamado Dique da Vila Gilda, a maior favela da região localizada no município.

D3, referente às condições habitacionais urbanas, considerou 5 indicadores: aglomerado subnormal (a partir de dados censitários do IBGE), densidade domiciliar (número de moradores por dormitórios, sendo considerado densidade o número de dois moradores por dormitório), densidade morador/ banheiro (considerado ideal até 4 moradores por banheiro), material das paredes dos domicílios (construção aparelhada, com material de alvenaria revestido ou madeira adequada para construção) e espécie dos domicílios (considerados ideais os domicílios do tipo casa, casa de vila ou condomínio e apartamentos). Dentro deste item, Santos apresentou áreas consideradas muito ruins.

No quesito atendimento aos serviços coletivos urbanos (Dimensão 4)...

Foi concebido a partir de quatro diferentes indicadores baseados no atendimento adequado de água, de esgoto, de energia e coleta de lixo. Esses foram os indicadores que expressaram os serviços públicos essenciais para garantia de bem-estar urbano, independente de ser ofertado por empresas públicas ou por empresas privadas através de concessão pública. (Brandão et al, 2013, p. 8-9)

Neste item, Santos apresentou um bom resultado (índice 0,889), ficando em segundo lugar na região metropolitana, atrás apenas de São Vicente. Todavia, *“Santos ficou como a segunda melhor cidade na média do conjunto interno da região, e com relação às áreas de ponderação, com o segundo pior índice”* (Brandão et al, 2013, p. 9), denotando as suas disparidades e desigualdades.

Quanto à infraestrutura urbana (D5), foram consideradas na análise: *“iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou baça de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros”*. (Brandão et al, 2013, p. 11).

Esses indicadores expressam as condições de infraestrutura na cidade e podem possibilitar (quando da sua existência) melhor qualidade de vida para pessoas, estando relacionados com acessibilidade, saúde e outras dimensões do bem-estar urbano. (Brandão et al, 2013, p. 11).

Santos apresentou um bom índice (0,763) quanto a este quesito, ficando em segundo lugar na região metropolitana.

Com o crescimento econômico da região, gerado, principalmente, pelos motivos anteriormente elencados (ampliação do porto, pré sal), muitos têm sido os impactos na vida cotidiana do morador do município, sob o ponto de vista econômico, social e cultural.

Um elemento importante, fruto desse processo, e que mexe, diretamente, com a condição de sofrimento da população é o número crescente de casos de violência doméstica e urbana, com destaque para o crime organizado na cidade, que também se utiliza dos recursos de transporte e comunicação da região para se fortalecer. Há, também, um número crescente de pessoas que fazem uso de substâncias psico-ativas e que perambulam pelas ruas sem endereço fixo.

“Aqui no município de Santos, eu penso que tem muita gente, eu vejo muita gente pelas ruas, pessoas que vêm de fora também, vem muita gente de São Paulo pra cá, e até assim pessoas que vêm à procura do abrigo mesmo. Dos municípios vizinhos, vêm à procura do abrigo. E quando a gente está atendendo, as pessoas “Ah, mas no meu município não tem abrigo, eu estou em situação de rua!” E aí vem à procura do abrigo.” (Rose, PSE)

“Aqui em Santos tem muito crack, que é o que eles fumam aí, cachimbo, bebida alcóolica, tem muita gente também, que usa bebida alcóolica... o crack e a bebida alcóolica. Aqui em Santos é isso!” (Rose, PSE)

Outro resultado deste crescimento é a explosão do mercado imobiliário, aumentando, e muito, o preço dos imóveis e do custo de vida local. Com isso, muitos que moravam nas cidades consideradas centrais (como Santos e Cubatão, onde se concentram a cadeia produtiva e portuária) se viram obrigados a mudar para os municípios mais afastados ou viver em condições precárias de moradias, saneamento e proteção social.

Entretanto, mesmo em Santos, município de maior crescimento econômico na última década e que mais se aproxima de características próprias de metrópole, pode-se verificar marcas dos piores índices, pois também nessa mesma área há aglomerados subnormais, ocupações em manguezais, áreas ocupadas em morros, cortiços e um aumento da população em situação de rua sem domicílio fixo (censo 2010). Dessa forma, o espaço metropolitano central consegue reunir tanto o melhor do índice IBEU, quanto as maiores favelas da região metropolitana, além de uma crescente população sem domicílio fixo. Na RMBS, o crescimento econômico, infelizmente, andou de mãos dadas com a desigualdade social. (Brandão et al, 2013, p. 13).

Tudo isso acarreta no aumento de demandas para as políticas públicas, incluindo as de Assistência Social, foco de maior atenção neste estudo.

Em seguida, far-se-á uma abordagem mais detalhada da Assistência Social no município de Santos, buscando relacioná-la com o trabalho profissional do assistente social e sua dimensão educativa.

3.2.. Estruturação da Assistência Social no município de Santos, S.P.

A primeira questão a ser demarcada aqui é que no momento de realização da pesquisa de campo (final de 2012 e início de 2013) estava se dando uma transição de governo, dificultando o estabelecimento de alguns contatos, liberação de dados e realização de agendamentos das entrevistas. Para resolver a questão, salienta-se que houve grande envolvimento da gestora da Proteção Social Básica e foi tomado como parâmetro de análise o período correspondente ao governo que estava se retirando da gestão, já que havia, ainda, poucas definições sobre as mudanças em curso.

Importante mencionar, ainda, que Santos se enquadrava nos municípios de grande porte/ metrópole e possuía gestão plena da política.

João Paulo Tavares Pap, vinculado ao PMDB na época, exercia o cargo de prefeito do município. Entre as ações do seu governo, estabeleceu a Lei Complementar nº 667 de 29 de dezembro de 2009, que dispunha, diretamente, sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Santos (e dava outras providências). A partir desta lei, dispôs sobre a estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social conforme o que segue:

“CAPITULO IX

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DAS UNIDADES SUBORDINADAS

Art. 49 - A Secretaria Municipal de Assistência Social compõe-se das seguintes unidades administrativas:

Gabinete do Secretário Municipal de Assistência Social;

a) Seção de Apoio Administrativo e Financeiro;

b) Seção de Apoio aos Conselhos – Assistência Social;

Departamento de Proteção Social Básica:

a) Seção de Apoio Administrativo e Financeiro;

- b) Seção de Apoio Técnico do Departamento de Proteção Social Básica;
- c) Coordenadoria de Proteção Social Básica Zona da Orla/Intermediária/Região Central Histórica/Área Continental;
 - 1) Seção Centro de Referência da Assistência Social Zona da Orla/Intermediária/ Região Central Histórica/Área Continental;
 - 2) Unidade Centro Comunitário Canto do Macuco;
 - 3) Unidade Centro Comunitário - Caruara /Monte Cabrão;
 - 4) Unidade Centro da Juventude – Zona da Orla/Intermediária/Região Central Histórica;
 - 5) Unidade Centro Comunitário do Mercado;
 - 6) Unidade Centro Comunitário Vida Nova;
 - 7) Unidade Centro de Convivência Isabel Garcia
- d) Coordenadoria da Proteção Social Básica – Morros;
 - Seção Centro de Referência da Assistência Social – Morro Nova Cintra
 - Unidade Centro da Juventude – Morros;
 - Unidade Centro Comunitário – Morro Santa Maria;
 - Seção Centro de Referência da Assistência Social – Morro São Bento;
 - 5) Unidade Centro Comunitário – Morro da Penha;
 - 6) Unidade Centro Comunitário – Morro Nova Cintra;
- e) Coordenadoria de Proteção Social Básica – Zona Noroeste;
 - Seção Centro de Referência da Assistência Social – Rádio Clube
 - Unidade Centro Comunitário São José;
 - Unidade Centro Comunitário –Vila Gilda;
 - Unidade Centro da Juventude – Zona Noroeste;
 - 5) Seção Centro de Referência da Assistência Social – Bom Retiro;
 - 6) Unidade Centro de Convivência Zona Noroeste;
 - 7) Unidade Centro Comunitário Arco Íris;
 - 8) Seção Centro de Referência da Assistência Social – Alemoa;
 - 9) Unidade Centro Comunitário Maria das Graças de Azevedo Souza;
 - 10) Unidade Centro Comunitário São Manoel;
- f) Coordenadoria Administrativa, de Controle Orçamentário, Financeiro e de Infraestrutura – Assistência Social:
 - Seção de Recursos Humanos - Assistência Social;
 - Seção de Contratos e Convênios - Assistência Social;
 - Seção de Elaboração de Editais e Compras - Assistência Social;
 - Seção de Almoxarifado - Assistência Social;
 - Seção de Controle Orçamentário e Financeiro - Assistência Social;
 - Seção de Programação de Manutenção Predial - Assistência Social;
 - Seção de Nutrição - Assistência Social;
 - Seção de Controle Patrimonial e de Transporte;

- j) Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social:
 1) Seção de Cadastro e Controle dos Benefícios de Assistência Social;
 Seção de Registro, Monitoramento e Avaliação da Rede Socioassistencial;
 Seção de Capacitação dos Funcionários da Rede Socioassistencial;
 Seção de Apoio Técnico Administrativo ao Conselho Municipal de Assistência Social.
- g) Coordenadoria de Equipamentos de Desenvolvimento Social:
 1) Seção de Atividades de Geração de Renda;
 2) Seção de Cooperativas;
 3) Seção de Atividades de Reciclagem e de Coletores Seletivos.
- III) Departamento de Proteção Social Especial:
 Seção de Apoio Administrativo e Financeiro;
 Seção de Apoio Técnico - Proteção Social Especial;
 Coordenadoria de Proteção Social de Média Complexidade:
 Seção Centro de Referência Especializada da Assistência Social;
 Unidade Especializada de Assistência Social à Mulher e a Família;
 Unidade Especializada de Assistência Social à Criança e ao Adolescente;
 Unidade Especializada de Assistência Social às Medidas Sócio Educativas;
 Unidade Especializada de Assistência Social da População em situação de Rua;
 Unidade Especializada de Assistência Social ao Idoso;
 Seção de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua;
 Seção de Acolhimento de Adultos, Idosos e Famílias em Situação de Rua;
 Coordenadoria de Proteção Social de Alta Complexidade:
 Seção de Abrigo de Adolescentes I;
 Seção de Abrigo de Adolescentes II;
 Seção de Família Acolhedora;
 Seção de Abrigo para Adultos, Idosos e Famílias em Situação de Rua;
 Seção de Abrigo de Crianças e Adolescentes;
 Seção de Repúblicas;
 Seção de Acolhimento e Abrigo Provisório de Mulheres Vítimas de Violência”.

SEÇÃO II

DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 50 – Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social auxiliar o prefeito no cumprimento do programa de metas estabelecido no Plano Plurianual de governo para área de Assistência Social, especialmente: formular e implantar a Política Municipal de Assistência Social, dirigir o processo de elaboração, aprimoramento e implementação de planos,

programas e projetos de Proteção Social Básica, Especial, de Média e Alta Complexidade e de inclusão social, gerir o Sistema Único de Assistência Social e executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Prefeito.

No documento “Perfil: Assistência Social” fornecido pelos gestores da época, constava como missão da Secretaria de Assistência Social (SEAS):

Compete à Secretaria de Assistência Social – SEAS a gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, oferecendo serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial para a família, indivíduos e pessoas que deles necessitem. Tem como foco prioritário a proteção social da família, acolhendo em suas necessidades básicas, de sobrevivência, convivência familiar e comunitária, considerando o bairro e a comunidade onde vivem e que tipo de Proteção elas precisam. (SEAS, 2012, p. 1)

Percebe-se a preocupação em manter coerência com o que está preconizado na PNAS, destacando-se, mais uma vez, que não se trata de política social universal, por ser dedicada às pessoas que dela necessitam, e a ideia de território trazida como bairro e comunidade onde as pessoas vivem.

Para fins de organização das ações no município e atendendo suas especificidades, as ações governamentais estavam organizadas em 5 grandes regiões administrativas, quais sejam: zona da orla, zona intermediária, zona central, zona morros e zona noroeste, além da área continental que era contemplada pelos serviços da Assistência Social da região do centro (vide mapa ilustrativo em anexo). Vale observar que na zona da orla não havia serviços de proteção social básica. Aliás, estes estavam concentrados e organizados da seguinte forma:

- Zona da Orla/ Intermediária/ Região Central e área Continental: CRAS Centro

- Zona Morros: CRAS São Bento e CRAS Nova Cintra;

- Zona Noroeste: CRAS Rádio Clube, CRAS Bom Retiro e CRAS Alemoa.

Sobre os serviços de Proteção Social Básica, informou, por questionário, a gestora da área:

Em Santos os seis CRAS, estão localizados em áreas de maior vulnerabilidade, segundo o mapa de exclusão do município com base nos

dados do IBGE de 2010. O CRAS ZOI/RCH/AC, localizado na Rua Amador Bueno nº 201, Centro, atende a região da zona da orla, intermediária, região central histórica e área continental, atende no PAIF 472 famílias, tendo cadastradas 4883 famílias, dessas, 2362 famílias estão no PBF, 141 no PNF e 65 no Bolsa Santos. Na Zona Noroeste estão localizados três CRAS: o CRAS Rádio Clube, localizado no Caminho São Sebastião nº 16, Rádio Clube, atende no PAIF 229 famílias, tendo cadastradas 1500 famílias, dessas, 1042 famílias estão no PBF, 111 no PNF e 31 no Bolsa Santos. O CRAS Bom Retiro/ Caneleira, localizado na Av. Nossa Senhora de Fátima nº 517, Chico de Paula, atende no PAIF 182 famílias, tendo cadastradas 1177 famílias, dessas, 1190 famílias estão no PBF, 80 no PNF e 46 no Bolsa Santos. O CRAS Alemoa, localizado na Marginal Anchieta nº 218, Chico de Paula, atende no PAIF 206 famílias, tendo cadastradas famílias, dessas, 1234 famílias estão no PBF, 89 no PNF e 49 no Bolsa Santos. Na região dos Morros, o CRAS São Bento, localizado na Av. Nossa Senhora da Assunção s/nº, Morro São Bento, atende no PAIF 101 famílias, tendo 1418 famílias, dessas, 800 famílias estão no PBF, 89 no PNF e 18 no Bolsa Santos. O CRAS Nova Cintra, localizado na Av. Santista nº 655, Morro Nova Cintra, atende no PAIF 114 famílias, tendo cadastradas 1203, dessas, 763 famílias estão no PBF, 82 no PNF e 18 no Bolsa Santos. (gestora psb, dez/2012)

Não foi mencionado nada a respeito da localização e número de atendimentos dos demais serviços deste nível de Proteção.

Há uma situação muito particular no município de Santos que diz respeito à necessidade de uma assistente social, vinculada ao CRAS Centro, se deslocar para uma região afastada da área continental para desenvolver as ações da Assistência Social. Segundo a entrevistada, este serviço é feito por ela em articulação com trabalhadores de outras políticas públicas e isso se dá tanto em espaços da Assistência, quanto da rede local. Em alguns casos, dadas as distâncias significativas do território, os atendimentos ocorrem mediante as necessidades pontuais trazidas pela população.

Hoje, nós estamos aqui na Área Insular. Santos tem uma Área Continental, uma quilometragem imensa, formada por Mata Atlântica, cachoeiras, pedaços de rios que se ligam ao mar, e que até pessoas desconhecem que Santos tem esse pedaço aí voltado totalmente para questões da natureza. E com populações que foram se localizando às margens de duas grandes rodovias, a Rio-Santos e a Cônego Domênico Rangoni, que é antiga Piaçaguera. (...)

essa região, com essa característica toda volta pra natureza, com muito verde, mas com uma população... hoje, a gente prevê que seja em torno de 6 mil pessoas, em dez bairros distantes um do outro. Um deles é o mais populoso, que a gente chama de Caruara. É lá que nós temos a sede do nosso Serviço, que é um Centro Comunitário, ou seja, voltado pra ações de um serviço de Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários. Mas que desdobramos porque ficava num espaço pequeno, em uma outra unidade, que é um outro núcleo de atendimento social, que é o trabalho semelhante ao de C.R.A.S.. Esse desmembramento ocorreu somente agora em junho, a pouco mais de 6 meses. Até então, ao longo dos anos, nós desenvolvemos no mesmo espaço físico ações, ora com brinquedoteca, voltado pra faixa etária menor, ora, agora, com foco nos jovens e suas famílias sempre... Essa é a nossa sede do trabalho em Caruara, com o respaldo – seja a nível material, de RH, recursos aqui do C.R.A.S. do Centro. Então, é como se nós realizássemos um trabalho aqui do C.R.A.S.-Centro itinerante. É um serviço social itinerante, porque apesar da sede estar em Caruara, a gente se desloca uma vez por semana e vai até uma outra comunidade, chamada Monte Cabirão, que seria a segunda em população, que fica numa outra Rodovia, de 35 a 40 quilômetros de distância uma da outra, e fazemos o atendimento social numa unidade de Saúde da Família. (...) As demais localidades, que estão dispersas ao longo das rodovias, a gente faz à medida que é provocado, que tem uma situação que a Saúde encaminha, ou que algum morador chama ou se deslocando mesmo (...). (Márcia, PSB)

Importante mencionar que do ponto de vista estrutural, de condições de trabalho, há muito o que ser melhorado. Todavia, vale destacar, a profissional demonstra grande identificação com o que faz e com a região, apesar da distância que percorre para acessar as famílias.

De acordo com a PNAS, os serviços de Proteção Social Básica devem estar articulados e referenciados nos CRAS. Todavia, a construção dessa concepção e organização perpassa por um longo processo de reordenamento das antigas formas de direcionamento da Política de Assistência Social. É necessário, porém difícil de se efetivar, o que ficou evidenciado na fala de uma das entrevistadas:

Então, todos os serviços do território, até aquela própria questão do P.A.I.F., do S.U.A.S., eles têm que estar vinculados ao C.R.A.S. De certa forma, eles são braços do C.R.A.S. Então, certos serviços, que a gente não tem a função

de executar, eles que têm essa função, então, eles são o nosso apoio, né?! Então, se muitas vezes, eu tô aqui atendendo uma família, eu vejo a necessidade dela tá inserida em alguma oficina por exemplo, seria um trabalho a ser executado pelo CECOM, pelo Serviço de fortalecimento de vínculos. Então, tem que estar sim vinculado ao C.R.A.S., não só o CECOM, mas como a gente tem aqui o Centro da Juventude, que executa, que faz um trabalho com jovens da região, que tem que estar vinculado ao C.R.A.S., e as próprias ONGs, que tem na região, que é importante que estejam vinculadas ao C.R.A.S., para que o nosso trabalho ele seja realizado de uma forma mais eficaz, mais efetiva, que atenda às necessidades que a população nos traz. Então, isso é de extrema importância... essa vinculação nos serviços de território ao C.R.A.S..(Lucila, PSB)

A gestora deste nível de proteção ainda completou as informações, por escrito, sobre a forma como o departamento funciona no município:

O Departamento de Proteção Social Básica organiza-se a partir das coordenadorias, visando desenvolver ações regionalizadas para o enfrentamento das fragilidades, bem como para suscitar as potencialidades de cada território. As coordenadorias são: Zona da Orla, Intermediária, Região Central Histórica e Área Continental – COPROS ZOI/RCH/AC; Zona Noroeste – COPROS ZN; Morros – COPROS M. Os CRAS estão localizados nos territórios de maior vulnerabilidade e estão vinculados às coordenadorias de acordo com a sua localização. A coordenadoria ZOI/RCH/AC está o CRAS ZOI/RCH/AC, na coordenadoria da Zona Noroeste estão os três CRAS Rádio Clube, o Bom Retiro/Caneleira e o Alemoa; na coordenadoria dos Morros estão os CRAS São Bento e Nova Cintra. Referenciados a cada CRAS estão os serviços socioassistenciais de ações complementares: Centros Comunitários, Centros da Juventude e Centros de Convivência do Idoso. (dez/2012)

A vinculação da Assistência com a inserção produtiva e formação profissional aparecem atreladas a uma coordenadoria dentro da Proteção Básica:

Existe, ainda, a coordenadoria de Desenvolvimento Social – CODESO, que tem como principal objetivo desenvolver Projetos de qualificação profissional e inclusão produtiva. Dentre os projetos, podemos citar a Lavanderia Comunitária e a Padaria Solidária em Caruara. (gestora psb, dez/2012)

Santos traz, de forma intensa, a perspectiva da profissionalização como forma de trabalhar a autonomia financeira das famílias. Isso se dá, principalmente, pelo Programa Nossa Família, em que os usuários recebem um recurso de transferência de renda para dar, em contrapartida, a sua vinculação a cursos profissionalizantes.

Então... assim, os cursos, elas vão receber um recurso do PNF. Que recurso é esse? É pelo número de filhos. Quem tem um filho recebe o valor de 120, quem tem dois filhos o valor de 180, e quem tem três filhos ou mais o valor de 240 reais. Então, elas podem escolher o curso. A gente tem algumas instituições aqui na região... por exemplo, qual que é a maior procura de cursos? Elas querem trabalhar como autônomas, por quê? O por quê disso? Aqui a maioria das famílias são chefiadas por mulheres, então, elas têm já o duplo papel de ser mãe e pai, ter que cuidar dos filhos sozinhas, e tem que garantir a questão da renda pra família, que muitas vezes os pais só pagam a pensão alimentícia. E elas preferem, né, em alguns casos assim, nem solicitar o benefício, porque às vezes a pessoa tem um envolvimento aí com o movimento, e aí fica numa situação complicada. Ou, então, os pais contribuem com muito pouco, e que não é o suficiente, então, elas precisam trabalhar e cuidar dos filhos. Então, elas preferem trabalhar como autônomas, muitas vezes na área da beleza, então, muitas procuram para se especializar como manicure, cabeleireira, na área da estética, massagem e tal, então, a gente tem muitas pessoas utilizando o recurso pra isso. (Lucila, PSB)

Ah, elas usam o recurso pra pagar um curso particular. (Lucila, PSB)

Se a intenção é romper com o ciclo de pobreza e melhorar as condições materiais de vida da população atendida pela Assistência Social, isso fica comprometido, não só pelo valor repassado ser ínfimo, mas também pelas áreas de profissionalização afiançadas não garantirem que a família saia da condição de trabalho informal e desprotegido e obtenha pouca renda. Além disso, é mais uma forma da Assistência Social desenvolver uma política pobre para os pobres, sem acompanhamento da área da educação, ou mesmo de reforçar a compra de serviços do mercado, o que fortalece a lógica do capital e desqualifica a apreensão da política social como direito. É preciso, portanto, qualificar a análise do mundo do trabalho no município de forma a garantir uma análise mais profunda e crítica acerca deste programa.

Já o processo de gestão do Sistema, das informações, dos Programas de Transferência de Renda e Cadastro Único, da formação continuada e da relação com Conselho Municipal de Assistência Social fica sob a responsabilidade de outra coordenadoria, dentro do mesmo nível de proteção:

A coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – COGESUAS, unidade vinculada a Secretaria de Assistência Social desde 01/2010, tem sua organização estabelecida pela Lei Complementar nº. 667 de 29 de dezembro de 2009, que define a estrutura organizacional da Prefeitura. Tem suas ações voltadas para a gestão do Programa Bolsa Família (PBF); gestão Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); articulação dos programas de transferência de renda federais, estaduais e municipais; avaliação e o monitoramento da política, dos programas, projetos e serviços executados pela redesociassistencial; gestão da informação e controle social. Para a viabilização de suas diversas competência a COGESUAS conta com a estrutura organizacional composta pela Seção de Cadastro de Controle dos Benefícios da Assistência Social; a Seção de Registro, Monitoramento e Avaliação da Rede Socioassistencial; a Seção de Capacitação dos Funcionários da Rede Socioassistencial e a Seção de Apoio Técnico Administrativo ao Conselho Municipal de Assistência Social. (gestora psb, dez/2012)

Quanto aos serviços de Proteção Social Especial³⁴ de média e alta complexidade, estes estavam localizados na região central/ orla e intermediária, tendo em vista que os mesmos atendiam toda a cidade. Eram eles:

- CREAS (com Seção Especializada da Assistência Social às Medidas Socioeducativas) – Vila Nova
- Casa Dia Recanto Mãezinha Joana (Idosos) – Campo Grande

³⁴ Foi possível acessar os dados de um relatório mensal de atendimento do CREAS, sendo este o único aparato de dados deste nível de proteção conseguido. Uma cópia do mesmo estará nos anexos deste trabalho. Vale mencionar que, de acordo com este documento, havia 1262 famílias ou indivíduos em acompanhamento pelo serviço, sendo 494 no PAEFI. Do total, 729 eram situações que iniciaram os atendimentos em 2012. Dentro do perfil das famílias em acompanhamento, 13 recebiam algum tipo de transferência de renda e 25 eram de famílias com crianças ou adolescentes nos Serviços de Acolhimento. A maior parte das famílias tinha histórico de negligência contra suas crianças e adolescentes. Havia, também, um número significativo de violência contra idosos (293) e de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (349).

- Seção de Acolhimento e Abrigo Provisório de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (SeAcolhe CA) e dentro deste a Seção Especializada da Assistência Social em situação de rua – Vila Mathias

- Seção de Acolhimento e Abrigo Provisório de Adultos, Idosos e Famílias em Situação de Rua (Vila Nova);

- Seção de Abrigo para Adultos, Idosos e Famílias em Situação de Rua – SeAcolhe AIF – Centro

- Seção de Abrigo de Crianças e Adolescentes – sendo unidade Seabrigo CA I e II, ambos na região central/orla/intermediária

- Seção de Família Acolhedora – Boqueirão

- Seção de Acolhimento e Abrigo Provisório de Mulheres vítimas de violência – endereço sigiloso

- Seção de Repúblicas – (para idosos) – Encruzilhada (endereço provisório).

Havia, ainda, alguns Programas, quais sejam:

- Programa Nossa Família – recurso de transferência de renda voltado para famílias em acompanhamento nos CRAS, vinculado à formação profissionalizante;

- Programa de Valorização do Jovem (transferência de renda para jovens de 16 a 21 anos, desenvolvido pelos Centros de Juventude da Zona da Orla/ Intermediária/ Região Central histórica e Centro de Juventude da Zona Noroeste;

- Programa Vovô Sabe Tudo (troca entre diferentes grupos etários), desenvolvido, provisoriamente no Campo Grande;

- Programa Municipal da Erradicação da Extrema Pobreza e da Fome – Bolsa Santos. (transferência de renda)

Há uma questão na experiência de Santos que chamou a atenção: há profissionais do CREAS que são designados para acompanhar as famílias das crianças/ adolescentes, mulheres etc que se encontram em acolhimento institucional. De certa forma, o acompanhamento das famílias que tem integrantes institucionalizados na Proteção Social Especial de Alta Complexidade vem ao encontro do que está preconizado no SUAS e no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

A gente trabalha junto, mas a gente, na questão quanto à vivência dos adolescentes, a gente não interfere muito não. A gente... o foco mais da

gente é o atendimento é o atendimento à família. O foco deles é o adolescente é lá com eles. (Dagma, PSE)

E aqui no município, é, a gente também que atende no C.R.E.A.S. as mulheres vítimas de violência, também atende mulheres no abrigo, que vão pro abrigo de mulheres vitimizadas. E eu também atendia todas as mulheres, encaminhava, a delegacia encaminhava, quando achava que era situação de abrigamento, encaminhavam as mulheres pra gente e a gente avaliava se ia ou não pro abrigamento. E eu acompanhava essa mulher no abrigamento, eu e a S., outra psicóloga, até que essas mulheres saíssem do abrigo. (Dagma, PSE)

Todavia, a experiência trazida, no mínimo, suscita algumas indagações: 1) Não seria esta mais uma forma de segmentar as ações, pois um serviço se responsabiliza pela criança e/ou adolescente e outro pela família; 2) Como acompanhar a família excetuando a criança/ adolescente do processo ou criando outro paralelo? O resultado disso não é a revitimização dos usuários que acabam por responder a diferentes serviços ao mesmo tempo e, por vezes, com direções antagônicas? Não seria ideal que a própria equipe da Proteção Social Especial de Alta Complexidade realizasse o acompanhamento numa perspectiva de não se perder a totalidade e historicidade no processo? Não seria esta, uma forma de aproveitamento de pessoal de um serviço no outro considerando a escassez de recursos, reiterando a lógica da política pobre para os pobres?

é complicado, porque acaba confundindo um pouco a situação do usuário. Porque, de fato, ele vem na instituição, ele vem, ele demonstra... eu tenho um caso, em que é um casal, em que a mãe vem aqui pro atendimento, e o pai não comparece. Ele só comparece no abrigo, porque lá no abrigo eles têm o posicionamento favorável ao pai. E a gente aqui tem o posicionamento favorável à mãe. Não é que é posicionamento favorável à mãe. É que o pai nunca veio! Então, não é que seja contrário ou a favor, é eu não tenho posicionamento nenhum, porque ele não vem. Que ele acha que o abrigo tem um posicionamento... (Dagma, PSE)

Não tem técnico no abrigo. (Dagma, PSE) (fazendo referência ao abrigo de mulheres, quando estava funcionando)

O olhar voltado para a família e não mais para segmentos específicos representou mudanças na política de Assistência no município, interferindo na “porta de entrada” dos usuários aos serviços. No caso do CREAS, por exemplo, só eram atendidas as situações que tinham, no seu contexto, crianças ou adolescentes com violação de direitos. Com as alterações para o enfoque familiar, outras realidades passaram a ser atendidas, como as violações contra idosos, mulheres etc.

É... tinha um entendimento do atendimento psicológico muito focado nesta questão do..., como posso dizer? Clínico? Mas não é clínico...,mas por exemplo uma criança que vivenciou uma situação de violência, uma situação de abuso, tinha um atendimento muito focado na criança e menos na família. É... então seja com atividades lúdicas, tinha algo muito mais focado. (...), e isto é algo que a gente vem discutindo até hoje como eu disse mudou, mas agora a gente já tem o acompanhamento de família de P.A.E.F.I. E, durante as reuniões, a gente sempre discute esta situação. (Mariana, PSE)

E tá organizado né... o C.R.E.A.S. entre o P.A.E.F.I., a equipe do P.A.E.F.I., equipe de idosos, e pessoas com deficiências e medida socioeducativa. Só que antes de estar organizado dessa forma, conforme a tipificação, ele tava separado por segmentos, criança e adolescente, é... idoso, pessoa com deficiência, que teve medidas também. Mas, era criança, adolescente, mulher vitimizada, então tinha muito um olhar focado na coisa da violação da criança e do adolescente.(...) Situações de violação de direito, que não necessariamente, envolve uma criança, um adolescente, dificilmente chegava ao C.R.E.A.S. Passamos por este processo de mudança, quando eu entrei ainda era assim, no finalzinho estava começando a mudar isto. Só que enfim, a mudança também é um processo. Então, a gente continua... a gente está como P.A.E.F.I., a gente está... estamos construindo um outro entendimento, de acordo com S.U.A.S., de acordo com a tipificação.(...) essa eu acho que foi a principal mudança, e aí a própria maneira como os técnicos começaram a realizar este atendimento, porque até então quando você tem essa, vamos dizer, algo mais focalizado no direito, na garantia do direito da criança e do adolescente, você não atenda família. (Mariana, PSE)

Mas é preciso cuidado para sempre verificar se isso não acarretou numa nova forma de segmentação (do idoso, dos jovens das medidas sócioeducativas etc) na medida em que são definidos profissionais específicos para determinados grupos/segmentos, ou se, de fato, isso mobilizou uma nova forma de atender o grupo

familiar como sujeito no processo, compreendendo suas diferentes necessidades, demandas e expectativas.

Tinha parte que atendia mulher, que era só eu e a S. E tinha parte... o restante dos técnicos atendiam crianças e adolescentes vítimas de violência. Tem a parte também, que antes era a C. e o A., que era o de acolhimento institucional, que é o que eu tô agora, que eles faziam referência no abrigo, mas aí é uma outra questão. (Dagma, PSE)

Também vale a pena pensar em que medida isso se efetivou de forma a intensificar as demandas postas para a política de Assistência Social, desconsiderando que muitas das demandas identificadas no processo de trabalho dizem respeito a questões de ordem estrutural.

É... aqui no C.R.E.A.S. a gente acompanha famílias(...) que vivem situações de violência (...) Extrema vulnerabilidade. Enfim, é alguma situação de violação de direitos. (Mariana, PSE)

Outra questão apresentada pela pesquisa é que, embora esteja previsto que o CREAS tenha as “portas abertas” para o atendimento da população, esta dificilmente chega espontaneamente ao serviço, cabendo uma avaliação desta necessidade.

É... tem uma acolhida inicial, porque a gente... é muito raro uma demanda espontânea no C.R.E.A.S., eu já atendi uma demanda espontânea no C.R.E.A.S., fiquei assim o dia inteiro no atendimento, mas era muito mais uma situação da pessoa querer o retorno para sua cidade de origem e não ter condições, enfim, do que um acompanhamento no município. (Mariana, PSE)

É preciso considerar, também, em que medida a escolha pelo sujeito família, na perspectiva da matricilidade sóciofamiliar, não representou/ representa um retrocesso a determinados trabalhos que fomentam modelos tipificados e ideias de família de forma, até, a responsabilizar a mesma pelas expressões da questão social a que está submetida. Também suscita a necessidade de se pensar e repensar o papel da Assistência neste processo.

então antes aquela hora do almoço de domingo era uma coisa sagrada, hoje, enquanto família, tem perdido um pouco essas questões. Então, em que momento a sua família, ela senta pra conversar, pra dialogar, pra perguntar como é que foi o seu dia hoje, como é que o seu filho tá na escola, como é que foi... como é que está sendo o dia-dia da sua família... é importante fazer com que a família reflita sobre isso também (Lucila, PSB)

Quanto à rede socioassistencial no município (vide em anexo a relação das instituições que fazem parte da rede-Suas), ficou evidenciado que a partir do Sistema Único de Assistência Social e suas normativas, ocorreram mudanças na organização e gestão da política pública no município, pois, conforme informações fornecidas pela gestora da Proteção Social Básica, muitas instituições deixaram de compor o S.U.A.S. e de prestar serviços mediante inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

O CMAS não tem informação se há muitas ONG's que prestam serviço na área social sem inscrição neste órgão. Até abril de 2012, havia 209 Entidades inscritas no conselho, todavia, após essa data, com base na Resolução nº. 16/2010 – CNAS passamos a contar com 52 Entidades inscritas. Toda Entidade para prestar serviço, e se dizer socioassistencial deve estar inscrita no CMAS, todavia aquelas cuja missão é filantrópica e/ou assistencialista, não devem ter inscrição, a não ser que se adequem as normativas vigentes. (gestora psb, 12/2012)

Todavia, durante a realização da pesquisa, constatou-se que muitas destas organizações continuaram atuando de forma caritativa e que isso faz parte da clivagem histórica do município de Santos, e por que não dizer, do próprio país. São ações desenvolvidas, principalmente, por instituições de cunho religioso e que prestam serviços compensatórios e emergenciais de fornecimento de cestas básicas e outros recursos, de acordo com suas finalidades e formas de gerenciamento das ações.

Observou-se, também, certa preocupação dos gestores e profissionais para o processo de planejamento dos trabalhos, apesar das condições concretas nem sempre viabilizarem tal objetivo.

Envolvem um planejamento, porque você precisa ter as etapas do seu processo de trabalho já planejadas, pra você não se perder no meio do caminho. E isso é uma coisa, que a gente também tem procurado tá fazendo aqui, porque senão a gente vai só executando, executando... só desenvolvendo ações, mas não ações, que tenham ali uma conexão, e a gente tem que tomar muito cuidado com isso, pras as coisas não irem se perdendo, e a gente perder a noção do nosso trabalho. E ver se realmente a gente tá obtendo os resultados, que a gente gostaria de obter e que a gente tem que obter, né?! (Lucila, PSB)

Há outra questão relevante a ser considerada nos serviços da Proteção Social Básica e Especial: é a referência profissional individual para cada grupo familiar. Ou seja, todos os trabalhadores técnicos executam as mesmas ações, como se não houvesse especificidade de formação profissional. São chamados Técnicos sociais. À medida que o profissional, seja assistente social ou psicólogo, realiza o primeiro atendimento à família, já se torna referência da mesma.

E cada técnico, e aí não é dupla, e cada técnico referencia uma família. (Mariana, PSB)

E aí hoje, o que eu posso dizer, não tenho nenhum caso com psicólogo que eu estou acompanhando neste momento. (Mariana, PSE)

Quatro técnicos. E a gente não tem muita noção de quantas famílias a gente tem referenciadas. É uma coisa que a gente já, sempre solicita porque, assim, a partir do momento em que eu sei quais... todas as famílias que eu sobre a minha referência, eu posso tentar iniciar um processo de acompanhamento de conhecimento de realidade que esta família vivencia, porque eu não atendo efetivamente todas as pessoas que eu tenho sob a minha referência. (Lucila, PSB)

Isso, aparentemente, acaba por se tornar uma armadilha para as profissões que perdem a sua especificidade no processo.

Como é que estão a sua relação intrafamiliares? Se tá ruim, o que que tá ruim? O que que vocês, enquanto membros familiares, vocês precisam fazer, buscar, pra fortalecer a sua família? Então, essas coisas também precisam ser trabalhadas. E até nisso, eu acho que o psicólogo, ele tem uma contribuição muito forte pra isso, porque a gente enquanto serviço social

trabalha muito a questão das relações sociais, da relação do indivíduo com o outro. Mas tem coisas, que eu no individual, enquanto indivíduo, precisa trabalhar... e o psicólogo, lógico que ele tem mais recursos pra trabalhar todas essas questões, são mais individuais, que não é um atendimento clínico, mas que é um atendimento, que tem a ver com o fortalecimento das relações familiares. Porque pra eu lidar com o outro, eu também preciso estar fortalecido no meu eu, no meu eu individual. Pra eu ser o eu coletivo, eu preciso que o meu eu individual tem que estar fortalecido. (Lucila, PSB)

Também pode acarretar em condições de trabalho muito difíceis para os trabalhadores que têm de dar conta de expressões bastante complexas e, na maioria das vezes, estruturais da questão social e de forma individualizada.

Outro ponto muito interessante que chamou a atenção é a forma, institucionalizada, que usaram para a efetivação do trabalho em rede. Vários profissionais mencionaram este processo que, para alguns, chega se constituir como serviço, dada a sua organicidade.

Eles têm mediadores, e aí você quer chamar uma reunião de rede pra família tal, você liga pro Rede Família, e eles articulam a rede. Ou eles mandam por papel mesmo ou eles ligam. Eles articulam a rede. É um serviço mesmo. Várias pessoas, de vários serviços, participam do Rede Família. Tem o R. do C.R.A.S., tem a R. da Casa da Gestante, e que montam essa equipe e que eles fizeram até um curso de como trabalhar em rede. Eu participei desse curso também. (...) Chamaram, foi todo mundo, é..., o pessoal do município, eles chamaram por região, a zona Noroeste, quem trabalha na Zona Noroeste, quem trabalha em Centro, morros, e chamaram pra trabalhar essa questão. Foi bem interessante! (Dagma, PSE)

Outro fator que chamou a atenção na realidade da Assistência Social em Santos é a presença de um profissional de suporte de nível média que atua em serviços dos diferentes níveis de proteção. Ora desenvolve um trabalho mais focado no aspecto administrativo, ora realiza um apoio técnico considerado importante pelas entrevistadas. Interessante como ninguém citou a presença do educador social nas equipes.

O operador social, ele, não posso falar que ele só dá o suporte para o técnico, porque não é isto... Ele geralmente atende com o técnico.

Geralmente, quando eu faço visita o V. vai comigo. Eles fazem mais esta parte quando chega a família até o C.R.E.A.S.. A chefia que faz esta primeira avaliação, né, se... através dos relatórios, se é um caso de C.R.E.A.S. ou se é um caso que tem de ser direto para o serviço de saúde, como que é isso... Os operadores sociais também agendam esses atendimentos (...) É... mantém a organização das listas das famílias acompanhadas, entradas e saídas. E se necessário acompanha. Eu tenho uma família, que eu acompanho com o operadora social. Ela agora está mais no administrativo, mas a gente já acompanhava, ela continuou. Então, a gente sempre quando vai fazer visita, geralmente a gente vai mais duas, a gente faz os atendimentos em conjunto. (Mariana, PSE)

O operador social aqui na Prefeitura é o técnico de Nível Médio, a atuação dele é mais focada na atualização do Cadastro Único, então, fica sendo um trabalho mais administrativo. É claro que, no decorrer do atendimento com a família, ele também vai conhecendo a realidade daquela família. Muitas vezes eles identificam situações, que a gente precisa trabalhar enquanto técnico, enquanto assistente social, e eles passam pra gente. Então, a gente procura ter essa troca com eles também, porque muitas vezes a atualização ela é a obrigatória a cada dois anos, então, a cada dois anos se a família não vier, ela vai ser excluída do cadastro. E eles acabam atendendo muito... tem famílias, que não vêm procurar o assistente social, porque muitas vezes não veem necessidade, né, mas elas vêm pra atualizar o Cadastro Único com eles, porque é uma coisa obrigatória. (Lucila, PSB)

3.3. Perfil das (os) entrevistadas (os)

Foram realizadas 15 entrevistas par a análise proposta neste doutorado, tendo, como principais sujeitos, 11 assistentes sociais de base (apenas 1 do sexo masculino) e 3 gestoras (destas, uma era psicóloga).

Porém, por problemas de ordem técnica (falta de pilhas no gravador no momento de realização de uma entrevista e falhas na transferência de dados de mais 3 entrevistas para a o computador, apenas 11 puderam ser aproveitadas na análise, considerando-se as duas gestoras da proteção social básica e especial.

Destas, 9 são sujeitos profissionais que possuem as características pertinentes ao universo da pesquisa, quais sejam: ser assistente social e trabalhar há pelo menos 1 ano em algum dos serviços públicos da Política de Assistência Social do município de Santos. No momento da pesquisa, foi apontada a relevância

de se ter profissionais de todos os níveis de proteção social e complexidade e as profissionais foram motivadas a participar do estudo, mediante tais critérios, pelas diretoras da Proteção Social Básica e Especial. Quanto ao nível de proteção social básica, houve uma estratégia complementar adotada pela gestora da área que foi convidar a pesquisadora a apresentar os objetivos da pesquisa e realizar contatos diretos com profissionais numa reunião de equipe, o que facilitou e favoreceu o trabalho de agendamento das entrevistas.

Vale mencionar, ainda, que as entrevistas foram realizadas diretamente nos locais de trabalho das entrevistadas, possibilitando que a pesquisadora conhecesse todos os equipamentos sociais aos quais estavam vinculadas.

Todas as entrevistadas consideradas nesta pesquisa são do sexo feminino, sendo que 3 nasceram na década de 50, 2 na década de 70, e 4 na década de 80, tendo entre 25 e 63 anos. São, na maioria, profissionais relativamente jovens, sendo que 06 estão no grupo entre 25 e 35 anos.

Dentre elas há 5 representantes dos serviços de Proteção Social Básica e 4 dos serviços de Proteção Social Especial (2 da média e 2 da alta complexidade), constituindo um grupo bastante diversificado, o que possibilitou o enriquecimento da pesquisa. Vale destacar que, com exceção do CREAS, todas as profissionais representam um único serviço, não havendo duplicidade de trabalhadoras de um mesmo local. E mesmo no caso do CREAS, as entrevistadas atuam em frentes diferentes no local.

Das entrevistadas, 5 são casadas, 1 é viúva e 3 são solteiras.

Boa parte delas (6) é recém-contratada mediante os concursos realizados no município, não chegando a dois anos de trabalho. A mais antiga tem 17 anos de casa. Uma completará 9 anos de vínculo e outra, 5 anos. Interessante observar que, das mais antigas, 2 trabalham em CRAS e uma em Instituição de acolhimento. Se relacionarmos com o percurso de implantação da P.N.A.S., verificaremos que entre os serviços aos quais elas mantêm vínculo, CRAS e Instituição de Acolhimento são mais antigas na política. Também se observa o número expressivo de novas contratações no município que, na busca por efetivar o S.U.A.S. conforme preconizado, estava num movimento de compor as equipes mínimas previstas na NOB RH de forma a tornar os serviços totalmente públicos (executados pelo poder público municipal), o que é um dado relevante para o estudo.

Interessante observar que, para várias equipes, a chegada de profissionais novos, formados há menos tempo, acabou por mobilizar alguns profissionais antigos a retomarem reflexões sobre o trabalho, estudos etc. Isso também denota uma abertura para o novo, característica percebida em várias assistentes sociais entrevistadas.

Procurar, ir atrás... o J. é uma pessoa que estuda muito, terminou agora, se formou agora, é recente. Tá fazendo uma especialização, tá terminando já a especialização dele, então isto me motivou muito. Eu converso muito com ele, e eu costumo dizer que ele é meu parceiro de trabalho aqui. Eu tô sempre junto... a N. também, que é outra assistente social que é antiga. Nós estamos ali estudando, nessa vontade, nesse gás de se aprimorar. E aí acho que foi isto que me motivou até fazer esse curso pela internet no TJ, que foi muito bom o curso, de estar fazendo agora uma especialização.” (Rose, PSE)

Então, a gente tá procurando sempre trocar esse conhecimento. Claro que, aqui, a gente tem pensamentos diferenciados, então, às vezes, a gente vê que um colega tá com a visão muito diferenciada, meio deturpada, a gente vai discutindo, vai argumentando... Então, nesse processo, a gente vai aprendendo né. (Lucila, PSB)

A maioria (6) formou-se em Santos, sendo que 5 estudaram na Unisantos e 1 na Unimonte, ambas de iniciativa privada. Duas estudaram em São Paulo (FAPSS e Unicsul) e uma no Rio de Janeiro (UFRJ), a única universidade pública elencada. Há, portanto, o predomínio do ensino privado na formação das profissionais, tendência que demarca as diretrizes da educação brasileira no investimento nestas instituições. Todas fizeram curso presencial. Importante destacar que foi implantado um curso público de Serviço Social no município, pela Universidade Federal de São Paulo, com sede em Santos, mas ainda não havia tempo hábil para formar profissionais devido ao curso ser novo na cidade.

Quando perguntadas sobre principais leituras realizadas nos últimos dois anos, interessante observar que as trabalhadoras dos CRAS apontaram, em quase sua totalidade (4) a preocupação com a leitura das normativas e documentos pertinentes ao S.U.A.S., proteção social básica, serviço de fortalecimento de vínculos. Já as do CREAS trouxeram leituras mais abrangentes sobre Educação em Paulo Freire e outras discussões da área, Políticas sociais, profissão de Serviço

Social (mencionando autores como Yamamoto e José Paulo Netto), sobre o papel materno, além das normativas do S.U.A.S. pertinentes ao nível de proteção e complexidade. O mesmo se deu com uma das profissionais das instituições de acolhimento, apontando leituras sobre a profissão de serviço social, prática profissional e código de ética, além de leitura sobre família, S.U.A.S. e S.U.S.. Outra profissional do abrigo também só mencionou a leitura das normativas e manuais do S.U.A.S.. Isso suscita um quadro que pode interferir na apreensão da dimensão educativa no trabalho, além de outras questões no decurso da pesquisa.

Quanto à participação em cursos e eventos variados nos últimos dois anos, 02 entrevistadas de CRAS mencionaram estar fazendo curso de pós graduação *latto sensu* (*Especialização em Políticas Públicas*) e a participação em eventos sobre o S.U.A.S.. 01 mencionou participar de grupo de estudos na Unip sobre Jovens no mundo do trabalho, além de capacitação da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (D.R.A.D.S), vinculada ao governo Estadual. Mencionou, também, realizar leituras sobre o SUAS. 01 salientou que participa do Fórum de supervisores de campo da Unifesp e de também ter participado de eventos sobre a prática do Serviço Social e 01 relatou participação em eventos sobre Terapia Comunitária e Família. Isso sugere reflexões, pois se boa parte aponta estar estudando em instituições regulares, por que não estão realizando leituras para além das normativas do S.U.A.S.? Terá relação com a qualidade dos cursos ofertados? Com a falta de motivação e tempo para o estudo? As trabalhadoras do C.R.E.A.S. mencionaram eventos sobre direitos humanos, direitos da mulher, violência doméstica contra crianças e adolescentes, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e uma formação ofertada pelo município sobre trabalho em rede. Uma da proteção especial de alta complexidade apontou que está fazendo curso de pós graduação em gestão social, além de estar se preparando para concursos em outras áreas de trabalho (fora do Serviço Social). Já a outra mencionou eventos sobre Criança, adolescente e família. Isso mostra, provavelmente, que os profissionais da área estão tendo pouco tempo ou motivação para leitura, buscando seu aprimoramento por meio de eventos e cursos que não acarretam nesta tarefa.

Importante observar que, na maioria dos casos, as profissionais participam de cursos e eventos pertinentes à área específica de atuação, de forma fragmentada e muito voltada para o público a quem dirige as suas ações no cotidiano de trabalho. Será pela ausência de tempo, de ofertas mais abrangentes de formação ou mesmo

porque só são liberadas do trabalho para participar mediante estas condições? São questões que acabaram ficando sem respostas.

Quanto a participação política em órgãos colegiados, de organização da categoria, classe trabalhadora, conselhos etc, obteve-se o seguinte resultado: 02 participam do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), sendo 01 do CREAS e 01 de CRAS; outra do CREAS participa do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; 01 de CRAS participa do Conselho Municipal do Meio ambiente, e 5 não apresentam qualquer participação política. Constatou-se que os conselhos são os principais fóruns de participação dos profissionais em Santos, apesar de menos da metade das entrevistas ter apontado atuação junto a estes órgãos.

Quanto à escolha pelo curso de Serviço Social, várias entrevistadas atrelaram à história de vida difícil e a busca pela “ajuda ao próximo” como interpretação e motivação pela profissão. Ou seja, iriam buscar o que nunca tiveram ou, pelo contrário, pelo reconhecimento de “ajudas” que receberam de amigos ou forneceram a familiares durante a vida. Há, portanto, uma identificação de classe social e de história de vida com os usuários da Assistência Social e isso é um elemento motivador na opção pela profissão.

Porque eu lembro que no primeiro dia de aula, todo mundo, na hora em que a professora perguntou “Por que você escolheu fazer essa faculdade?” A maioria falava a mesma coisa, foi pensando em ajudar! (...) Sempre coisas relacionadas com isso, que a visão que as pessoas têm é essa visão da profissão. A maioria! (Tainá, PSB)

E a gente cresceu, e eu digo isso com muito orgulho, sempre pra qualquer pessoa que a minha mãe foi cozinheira, e com muito orgulho... ela criou todos os filhos, que estudaram, que foram à luta, ela foi enérgica conosco no sentido de a gente ir pra frente. E a partir dessa história aí, desse início, eu decidi ser assistente social, pra poder ajudar pessoas, que tivessem no mesmo contexto que nós. E foi a única escolha que eu fiz. (Andria, PSB)

“E eu perguntava, queria saber do Serviço Social. É porque eu queria... é que eu pensava assim... eu queria passar pra as pessoas o que os meus amigos, aquele incentivo que eu tive dos meus amigos e aí eu pensava ajudar as pessoas.” (Rose, PSE)

Algumas optaram pela profissão por ter a apreensão de que se tratava de algo que possibilitava o acolhimento (ainda que na perspectiva da ajuda), o relacionamento com as pessoas. A cultura nordestina foi apontada por duas entrevistadas como favorecedora desse processo e como algo que contribuiu para a escolha feita.

Bom, eu sou filha de pais nordestinos, e uma característica que eu observei durante a minha criação foi justamente uma mãe assim muito acolhedora, que trazia parentes, ajudava parentes, vindos do Nordeste, os acolhia lá em casa, hospedava, até que eles pudessem entrar no mercado de trabalho. Então, essa coisa de você se relacionar sempre com pessoas, de você acolher, de você entender as situações (Márcia, PB)

Algumas escolheram o Serviço Social, de início, por falta de opção, desconhecimento da área ou mesmo porque não conseguiram pagar por outro curso.

E aí, eu falei assim “Ah, deixa eu fazer o vestibular pra ver como é que é tudo.” Aí, minha mãe pegou e virou: “Mas, tu vai fazer de que?” – “Ah, vou fazer de qualquer coisa, só pra eu ver como é que é (Lise, PSB)

Eu não tinha conhecimento do que que era o Serviço Social, nem conhecia a profissão (...) Na vida adulta, quando eu fui pesquisar o curso de Psicologia, era muito caro, não dava pra pagar e aí dentre as características eu achei que o Serviço Social fosse parecido. (Cristiane, PSE)

A maioria das entrevistadas trouxe a mudança de visão em relação ao Serviço Social, proporcionada pelo processo de graduação na faculdade.

Mudou, né?! Porque não é aquela questão de caridade... Caridade não! De ajudar..., de..., tem um outro fundo, o nosso fundo da profissão também é de a gente fazer um processo educativo com as famílias, né, através da política de assistência, tem que fazer valer os direitos dos nossos usuários... Então, mudou a percepção, que não é só questão de ajudar, né, porque a minha visão era essa – eu queria ajudar o próximo – sabe? Você vê que não é isso, aí tá ultrapassado, né, o assistencialismo, né?! Mas, mudou sim, a visão mudou... (Tainá, CRAS)

Apenas uma das entrevistadas apontou que a formação profissional se deu num momento mais maduro de sua vida.

“Então, eu vou falar, vou começar falando assim que quando eu fui pra faculdade eu já tinha 30 anos.” (Rose, PSE.)

Outro elemento significativo para várias entrevistadas foi a busca pelo serviço público, pela estabilidade como possibilidade de melhores condições de vida da classe trabalhadora.

“Eu tinha um sonho também, por ser Santista, por ser daqui, quando eu tava na faculdade, meu sonho era trabalhar na Prefeitura de Santos. Eu tinha esse sonho de entrar na Prefeitura.” (Rose, PSE)

eu comecei trabalhando em consultório particular, como auxiliar de odonto, e aí entrei na Prefeitura de Praia Grande nessa mesma função, e me formei mais por ter aquele pensamento de que serviço público é garantia, eu nunca optei por permanecer nesse cargo, e mesmo aparecendo oportunidade em ONG, essas coisas, eu não quis arriscar. (Lise, PSB)

A busca por melhores condições de vida para a família e de trabalho para a profissional a motivaram, inclusive, a mudar do município de São Paulo para Santos, entendendo que isso seria afiançado.

E aí compensava tanto a questão financeira, abrir mão de um pra vim pro outro, a própria questão de experiência do que viria assumir e pela questão também da família, porque eu e minha família, meu marido e meu filho, a gente tinha o sonho de vir morar aqui no Litoral. Daí, então, a gente aproveitou a oportunidade pra conciliar tudo, embora um ano só eu tô aqui, meu marido e meu filho ainda não vieram. Mas, a gente está com esses planos, já pensando também na qualidade de vida aqui em Santos conciliar os dois. (Cristiane, PSE)

A trajetória vivida dentro da profissão, principalmente na área da saúde enquanto campo rico de atuação, garantiu maior conhecimento e segurança dentro do Serviço Social.

Meu primeiro serviço foi na área de Saúde, eu fui trabalhar na Santa Casa daqui de Santos. Então, assim, é, foi uma escola! Sair da faculdade com toda aquela teoria, e se deparar com o ambiente hospitalar, onde o Serviço Social tinha uma função muito importante, mas também ainda não era vista da forma que se vê hoje pelos médicos. Os médicos nos cobravam numa proporção assim, a desocupar leito, “preciso do leito, paciente precisa sair”, então... então foi assim trabalhar, sabe, como muito esforço, mas riquíssimo! Riquíssimo, porque na Saúde você acaba se deparando com todas as possibilidades, e eu acho que não poderia ter sido diferente para um primeiro emprego na profissão. Depois fiz creche, com meninos de 6 a 12 anos, num período. E, depois de novo fui trabalhar no Sindicato dos Estivadores, num ambulatório médico. Aí de novo voltei pra Saúde, mas a Saúde com o olhar de sindicalista na época em que o Sindicato da Estiva aqui em Santos tava num outro nível de direcionamento na cidade, então foi muito rico também (Márcia, PSB)

Uma das profissionais apontou que também se graduou em pedagogia, tendo dupla formação. Apontou, também, a vivência profissional do processo de transição das creches para a área da educação.

eu fiz Serviço Social, mas eu fiz pedagogia também, e eu tive... eu trabalhei numa creche, que com o meu trabalho, e o trabalho daqueles profissionais, essa creche se transformou em Educação Infantil.(...) (Andria, PSB)

Boa parte das entrevistadas apontou que, após a descoberta do significado social da profissão, passou a se identificar com a mesma. A perspectiva de um trabalho dinâmico também foi apontado como algo motivador.

eu sou movida a dinamismo. Então, eu gosto... eu acho que o que me motiva a gostar mais ainda da profissão é porque você não esgota as possibilidades. Você se depara com uma situação e nela você vai aprofundando, aprofundando, você vai ganhando espaço e muita ação pra ser feita... não consigo olhar uma situação, é isso é isso, acabou! Acabou ali. Então, é... situações que requeiram dinamismo, sabe, que gerem adrenalina, eu era movida neste sentido.” (Márcia, PSB)

E adoro minha profissão, amo o que faço, apesar de eu ter sido muito ingênua no início, claro. Eu pensei que com os meus braços fininhos (...) que eu fosse revolucionar o mundo, que as coisas fossem mudar, que eu conseguiria mudar tudo. (Andria, PSB)

Alguns destes profissionais apontaram uma perspectiva crítica de leitura de mundo e da possibilidade de ir além do que está posto, determinado, construindo junto com os usuários formas de afiançar direitos.

mas também dentro, dentro dessa, vamos dizer, dessa determinação do Estado, meio que de repente não explícito, não escrito em lei... mas intrínseco a isto, tem também uma possibilidade, tem um outro olhar que você pode levar para esta família. Tem outro processo de trabalho que você pode desenvolver junto com esta família, que aí você consegue não só entrar na coisa do Judiciário, não só na coisa da lei e da norma, e sim de outras possibilidades. (Mariana, PSE)

a nossa dimensão educativa perpassa tudo. Mesmo que, de repente, tenha uma determinação, ou tenha aí uma expectativa de um controle muito forte, do controle, eu digo, das famílias, o controle de sua maneira de ser, o controle das relações que elas estabelecem, é possível a gente desenvolver um outro trabalho, que não seja este controle fiscalizatório. É possível dialogar com a família sobre isto, é... desde explicar uma lei, o que que é uma lei, porque que existe a lei, o processo histórico da lei, até porque ela está naquele serviço. Acho que não tem uma parte do nosso trabalho que não esteja envolvida nessa relação educativa. (Mariana, PSE)

Esses pais também, se a gente for trabalhar com todos esses pais, eles também são vítimas... Eles também não estudaram, eles também tiveram o mesmo tipo de educação, não é... Às vezes, eles não fazem, é, eles estão reproduzindo aquilo que eles, a educação que eles tiveram, eles estão reproduzindo aquilo. Então, desconstruir isso tudo demora. Então, assim, e a criança não pode ficar no abrigo tanto tempo esperando que isto seja desconstruído, sabe!? Então, assim, é muito difícil o trabalho, por isso que eu falo que é desgastante emocionalmente, assim, é muito tempo de trabalho. Eu gostaria de atender todos semanalmente, mas é impossível (Dagma, PSE)

Além disso, a postura aberta para construir o trabalho a partir da parceria com outros profissionais e serviços foi apontada como condição para enriquecer o movimento de pensar e repensar a realidade. Alguns profissionais demonstraram essa capacidade:

Tem a ver com o processo de trabalho da nossa equipe. O por quê disso? É, aqui a gente tem procurado sempre fazer o trabalho em equipe, sentar junto e planejar, então a gente entende que pra gente ter um trabalho efetivo e concreto, a gente precisa trabalhar junto, trabalhar em equipe, né. Não é só o eu. Acho que por isso que muitas vezes a minha fala reflete a gente, porque a gente senta junto, a gente está sempre discutindo essa questão da prática profissional, de como é que a gente pode implantar novas metodologias de trabalho, de como é que a gente pode tá executando o P.A.I.F., de como é que a gente pode tá aprendendo, aprimorando mesmo, o nosso trabalho” (Lucila, PSB)

3.4. A apreensão da Dimensão educativa pelos assistentes sociais de Santos

3.4.1. O que é dimensão educativa

Parte das profissionais trouxe a apreensão de que a dimensão educativa é inerente a todas as práticas sociais, em conformidade com as idéias trazidas por Brandão no primeiro capítulo. A compreensão de que o educativo está presente em todas as ações profissionais foi apontado:

Então, pra mim, a dimensão educativa é tudo. São desde os valores que a gente aprende e reproduz dentro da família, dentro... dentro de um bairro, com os amigos, com os parentes, dentro da nossa relação de trabalho, né?! Eu acho que a gente aprende todos os dias, quando a gente senta com um colega de trabalho, conversa sobre a dimensão educativa. Eu acho que esta troca, esta troca de vivências. É observar! Muitas vezes, a dimensão educativa está só no observar o outro... Eu acho que é ... bem... fazer uma definição assim... Pra mim, é algo que perpassa tudo! (Mariana, PSE)

E no processo educativo, ele, pra mim, não tem muito tamanho. Ele acontece o tempo todo, em várias direções. Quando eu tô num grupo, num processo educativo, quando eu tô conversando com a representante da escola, quando

eu tô conversando com os meus funcionários, com a minha equipe..., tudo tem um processo educativo. (Márcia, PSB)

Houve a identificação, por parte de uma entrevistada, de que a profissão, carrega uma dimensão educativa como algo intrínseco, inerente a ela, assim como destacou que o profissional se educa o tempo todo no movimento de busca de respostas quanto à realidade, quanto aos direitos que ele mesmo desconhece etc.

A profissão em si ela é muito... totalmente voltada pro educativo, porque quando o profissional não sabe, e ele também não é detentor de todo o saber, nada impede que ele vá pesquisar, que ele vá se informar, e que ele mesmo faça um processo – “Ai, não tô entendendo o benefício, são sei o quê, tanta coisa, que lei é essa, pra eu ligar, ir na defensoria, conversar lá com...” A situação tá tão complicada, tem tantos agravantes, que eu não sei se é pra cá, se é pra lá. Eu não sei se é lá mesmo. (Márcia, PSB)

Todavia, para duas entrevistadas, a existência da dimensão educativa foi condicionada aos resultados das ações profissionais, demarcados por mudanças na vida dos usuários.

A dimensão educativa, eu concebo a partir do momento que a pessoa tem mudanças, projeta mudanças na sua vida. Então, se houve mudança, eu acho que a dimensão educativa, ela aconteceu. (Andria, PSB)

É desenvolvida a partir da nossa conversa, a partir da reflexão, a partir das dinâmicas que a gente traz. E essa dinâmica, ela sempre traz uma reflexão posterior, eu acho que sim. Então, um dos meninos, que falou que ele ficava jogando bola, a partir da nossa conversa, a partir da discussão que a gente fez, a partir dos exemplos que a gente traz, ele retornou pra escola. Ele tá estudando. (Andria, PSB)

Também a ideia de que a dimensão educativa no trabalho ocorre não só com os usuários, mas também com parceiros e com a rede de serviços se fez muito presente entre as entrevistadas. Interessante observar que uma delas citou até o processo de sensibilização da própria gestão da Secretaria Municipal quanto à realidade como um processo educativo.

essa dimensão educativa ela acontece o tempo inteiro, que seja com minha própria Secretaria, com essa minha coordenadora, é... mostrando pra ela que território é esse, o que caracteriza (...) mas esse processo ele é constante. (Márcia, PSB)

(...) você senta com essa rede durante várias ocasiões (...) e que eles trazem um diagnóstico da questão da segurança grave, você não pode tá falando só entre nós da questão da segurança, nós não resolveremos. Então, você faz todo um trabalho educativo, é a Guarda Municipal, é a Polícia Militar (...) ela não tem base fixa, portanto ficam essas lacunas, esses buracos, que permitem que a questão da insegurança ocorra, é... junta os parceiros e vamos até a Secretaria de Segurança Municipal. (Márcia, PSB)

A gente tem, também, tem esse papel, não só orientar o usuário, mas também orientar a rede de atendimento, quanto o nosso papel enquanto C.R.E.A.S. (Dagma, PSE)

e mostrar seja pro Conselho seja pro juiz, falar: "Oh, então, não... né!" De repente, não é que não teve agressão, mas de repente esta pessoa não é uma agressora, mas há algo por de trás que a gente pode reverter esta situação, pode superar esta situação. (Mariana, PSE)

Algumas estabeleceram uma relação direta da dimensão educativa com a socialização de informações, trazendo a ideia de que o assistente social pode ser o detentor do saber que será transferido à população (perspectiva de educação bancária trazida por Paulo Freire). Todavia, as mesmas entrevistadas trouxeram, em momentos diferentes, a ideia de que não são detentoras do saber e a necessidade de se contruir junto com os usuários dos serviços, o que denota o quanto há perspectivas contraditórias na apreensão da dimensão educativa por um mesmo profissional: às vezes ele é o detentor do saber, às vezes se reconhece como educando no processo.

É passar o conhecimento, de forma que esse conhecimento possa ir gerando alguma ação positiva (...). Mas é você pegar um telefone, ligar, explicar, ver

dia, ver horário, explicar tudo pra eles, escrever, ele levar por escrito, dar um curso pra ele viabilizar aquilo – eu acho que isto é educativo! (Márcia, PSB)

Em alguns momentos, algumas entrevistadas estabeleceram a relação entre dimensão educativa com fortalecimento da população para o viabilizar o acesso a direitos, delimitando aqui que educativo estaria atrelado às práticas de socialização das informações, o que algumas qualificam, inclusive, como ações de cunho “emancipatório”.

eu trabalho as demandas que a população me traz, de forma de garantir que elas tenham acesso à informação, a garantir a questão do direito, eu trabalho a dimensão socioeducativa; porque o que é socioeducativa na minha concepção? É você ter acesso à informação, ter acesso aos direitos, e ter a concepção de como você faz isso, de como é que você chega, como é que você garante o seu direito, como é que você tem acesso a ele (...). Garantir que as pessoas tenham acesso à informação e tenham condições de agir de forma a efetivar os seus direitos. (Lucila, PSB)

Há no sentido de você explicar em relação a questão dos direitos do usuário, em questão da legislação. Muitos vêm aqui e já sabem que tem o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas não sabem o que está escrito lá, não sabe o que quer dizer, não sabe o quê que isso implica. Não é uma questão de legislação, mas de explicar porque que existe aquela lei (...) (Dagma, PSE)

Eu nunca esqueço o primeiro usuário que eu atendi. Era uma senhorinha já idosa, na época, que ela não sabia sair do bairro. Ela só circulava dentro do bairro. Hoje, ela bate essa cidade em tudo quanto é lugar... lá na Defensoria da União, tentar um BPC. (Márcia, PSB)

“Eu penso que aqui, na hora da orientação, da informação. Eu acho que esse é o trabalho educativo. É aqui na sala, no atendimento individual, porque aqui a gente só faz o atendimento individual. Eu acho que é nesse momento! Que aí é que se dá esse trabalho educativo do assistente social. Informativo, educativo...” (Rose, PSE)

A compreensão de que a dimensão educativa perpassa a inculcação de valores, o processo de reprodução social foi trazido por uma das entrevistadas que

tem estudado sobre a temática. Interessante observar que ela tem clareza que educativo, não necessariamente, é emancipatório.

É, pra mim, a dimensão educativa envolve tudo, desde, é..., valores construídos, é... leitura de mundo, entendimento de vida, é... significados... É, eu entendo que tudo pode ser aprendido. A gente pode reafirmar valores, através do processo educacional, a gente pode mudar valores, e podemos chegar até a transformar algumas relações mais objetivas através do processo educacional. (Mariana, PSE)

A preocupação com a instrumentalização da população não só para conhecer seus direitos, mas também poder agir na busca dos mesmos também foi apontada.

E de todo um processo onde a comunidade ela não quer queimar pneu, ela não quer ainda chamar a TV, você entendeu? Ela não quer fazer alarde, estardalhaço, sensibilizar... ainda! Então, você tenta mostrar pra ela que tem etapas, que antecedem, que dá pra você ir... É claro que se lá na frente nada disso funcionar, ela já sabe o que ela tem que fazer. (Márcia, PSB)

Então, porque, não basta você apenas falar, transmitir a informação pra pessoa, isso não é nem sempre é garantia de emancipação, nem de trabalho socioeducativo. Trabalho socioeducativo, você busca fazer com que a população tenha acesso à informação, mas que ela ainda tenha acesso a meios de como agir pra ter acesso a isso. (Lucila, PSB)

Também foi trazido por algumas a preocupação de construir o processo em conjunto com a população de forma horizontal e à medida em que a realidade for se desvelando, numa lógica de troca de conhecimentos e experiências.

Nosso trabalho também acho que não tem nada de um plano de atendimento que tenha algo já pré-determinado. Primeiro, porque ele vai ser construído junto com a família, a gente vai ter que entender. E as causas destas relações violentas, enfim, não envolvem nunca uma só coisa, envolve muitas coisas... (Mariana, PSE)

Não há neutralidade nas ações desenvolvidas e há diferentes projetos pessoais, profissionais e sociais que estão atrelados ao processo de trabalho do assistente social e, conseqüentemente, interferem na dimensão educativa. Essa apreensão também foi apresentada:

É... não acredito no nosso trabalho enquanto um trabalho neutro. Não existe neutralidade. Então, a partir do momento que a gente tem uma intencionalidade, tem um direcionamento, tem uma proposta política, eu entendo que ele , ele entra na dimensão educativa. (Mariana, PSE).

Então, acho que a dimensão educativa no trabalho do assistente social tem a ver com o perfil do profissional. (Márcia, PSB)

Todavia, é preciso cuidado para não se fazer uma leitura endógena do Serviço Social, caindo na lógica de culpabilização do trabalhador pelo direcionamento do trabalho. Conforme apontado anteriormente, há diferentes elementos da realidade material e concreta, assim como diferentes projetos pessoais, profissionais e pessoais que interferem neste processo. Mas esta perspectiva não é assimilada por uma profissional.

o que que facilita ou dificulta o trabalho educativo? É o perfil que o profissional tem que ter. Se é um profissional que não mede esforços pra alcançar o objetivo de atender bem aquele usuário, e atender bem não é aquela acolhida, a escuta, mas é atender naquela demanda, naquele direito que está sendo negado, no acesso que ele não está conseguindo, e vai se empenhar nessa direção, então não importa se precisa o usuário retornar uma, duas vezes... eu vou ter o tempo necessário para eu ligar, verificar, para pesquisar. (Márcia, PSB)

Conforme já apontado, no processo de trabalho, este tipo de lógica pode funcionar como armadilha para os trabalhadores na medida em que leva a situações de responsabilização dos mesmos, gerando sofrimentos e até mesmo adoecimento do profissional. Vale mencionar que muitos gestores de diferentes áreas do mundo do trabalho reforçam esta lógica,

A preocupação com o fortalecimento dos usuários na participação dos espaços públicos e na compreensão do funcionamento dos diferentes serviços

também foram trazidas como próprias da dimensão educativa, reiterando possibilidades de ação da população na participação social da vida pública enquanto sujeito histórico e social.

acho que implica nesse sentido, no sentido também de promover esses usuários a participar dos espaços públicos que existem, acho que é um papel nosso aqui do C.R.E.A.S... (Dagma, PSE)

eu percebo tudo como um trabalho educativo, desde a gente discutir o que é cada serviço, de repente um outro serviço que a família não gostou do atendimento, porque teve alguma situação da gente ir dialogar com esta família, e explicar, como funciona, porque que de repente aconteceu aquilo... eu acho que a todo momento a gente tem esse trabalho educativo. (Mariana, PSE)

Houve também quem apresentasse a preocupação com o movimento e tempo dos usuários, que não são, necessariamente, os mesmos dos profissionais e dos serviços. É o processo de paciência histórica e de respeito ao movimento do outro e à condição de sujeito histórico no trabalho profissional.

no tempo dele, às vezes é difícil ele entender naquele momento, então o educativo ele dá mais trabalho. (...) Às vezes, ele não entende, mesmo assim aí ele volta, num fez... ou fez um pedaço, não entendeu... não concebeu todo... você repete, vê onde ele parou, refaz. Agora, não fazer por ele. São coisas pra facilitar o caminho dele, até porque o caminho dele é grande geralmente. (Márcia, PSB)

Ele saiu com uma informação, que agora ele vai buscar sozinho. Ele vai caminhar com as próprias pernas. (Márcia, PSB)

O processo de trabalho do assistente social comprometido com a atenção qualificada às diferentes questões demandadas pelos usuários é denso e requer uma série de processos, saberes e ações que transcendem o preenchimento simples de um cadastro ou o atendimento de uma atividade burocrática. A dimensão educativa e qualitativa do trabalho se expressa em todas as ações que permeiam o exercício profissional, que perpassam desde uma escuta qualificada, a troca de

informações com sujeitos envolvidos e o estabelecimento de estratégias de ação. Mas uma entrevistada faz a leitura deste processo de forma a confundir trabalho qualificado, competente com dimensão educativa.

Ele tem direito à programa, à benefício, de o direito é meu, tá dentro dos critérios... essa é a parte mais fácil. Agora, você entender essa pessoa, saber das dificuldades, de como ele enxerga, de como ele não enxerga, as coisas, de voltar a estudar ou dele se capacitar melhor... que potencial que ele tem? Você precisa de tempo com ele, não vai ser num dia, numa, duas, três...E aí, fazer alguma coisa que possa transformar de fato aquela pessoa que você está vendo diante de você. Isso é mágico? Isso dá trabalho? Isso é educativo? Isso é muito educativo. (Márcia, PSB)

3.4.2. Como é desenvolvida a dimensão educativa no processo de trabalho

No município de Santos, um dos elementos que mais chamou a atenção na pesquisa foi a perspectiva que trazem no atrelamento da dimensão educativa à conquista da autonomia econômica dos usuários, garantida por inserção no mundo do trabalho após a realização de cursos profissionalizantes. Esta preocupação está tão introjetado pelos assistentes sociais que foram entrevistados que apareceu em, praticamente, todas as entrevistas, destacando-se que estas foram realizadas, inclusive, com assistentes sociais que trabalham com crianças e adolescentes.

É, normalmente, a gente fala um pouquinho sobre os cursos que estão disponíveis, da importância delas tarem se capacitando, da questão da educação também, que a gente sabe que hoje em dia o mercado de trabalho tá difícil, então é importante. (Lise, PSB)

O estudo da categoria mundo do trabalho numa abordagem crítica se faz necessária no município para se evitar movimentos de responsabilização dos usuários pelas condições de desemprego estrutural que demarcam a realidade atual. Aliás, salienta-se, esta ação se faz primordial não só no município, mas em

todo o Brasil, já que esta perspectiva está preconizada no próprio Sistema Único de Assistência Social.

A compreensão sobre cidadania também interfere no direcionamento dos trabalhos e na dimensão educativa. Alguns profissionais trouxeram uma concepção de cidadania liberal, atrelada ao cumprimento de direitos e deveres, durante a entrevista e desvelaram como isso se relaciona com o trabalho cotidiano.

E, principalmente, nessa questão da violação de direitos, que eles compreendam o que é o direito deles, o que é o deveres, e compreendo o quanto isso é importante pra eles, pra viver na sociedade, para que os direitos deles sejam respeitados e aprender a respeitar o direito das outras pessoas também. (Cristiane, PSE)

O que é ser cidadão? O que é ser sujeito? Ser cidadão, você está sendo assim cobrado do Estado, que você tem acesso aos direitos, só que você também tem os seus deveres, enquanto cidadão. (Lucila, PSB)

Vale observar que esta concepção de cidadania é útil e necessária para a reprodução da ordem capitalista vigente, na medida em que não põe em questão se tais direitos e deveres são, de fato, efetivados e, principalmente, se atendem às necessidades de uma sociedade mais justa, respaldada em valores como liberdade e igualdade (social, econômica, política etc). Por isso se faz necessária a qualificação do conceito de cidadania e do aspecto tático de sua ação.

Em consonância com o SUAS, o trabalho educativo na proteção social básica deve se dar no sentido de prevenir situações de risco e fortalecer as famílias para que não tenham seus direitos violados e acessem direitos.

O objetivo do nosso trabalho... É trabalhar preventivamente pra que a família não chegue num processo, que ela tenha os seus direitos violados, os seus laços familiares e comunitários rompidos. É trabalhar a conscientização, a emancipação, o acesso e garantia de direitos. Esses são os objetivos principais do nosso trabalho. Trabalhar o preventivo e o proativo. (Lucila, PSB)

Todavia, várias profissionais apontaram que muitas famílias já chegam aos serviços com essa condição de direitos violados e em grande parte das vezes, não

depende da família o acesso ou não a determinado serviço ou direito, pois o Estado é o principal descumpridor dos mesmos. Isso aponta uma realidade repleta de contradições para os profissionais que, muitas vezes, acabam por trabalhar com as urgências e emergências demandadas por órgãos como Conselho Tutelar e se veem perdidos quanto ao significado do que é prevenção.

Nos CRAS, há entrevistadas que apontaram a tentativa de mudança de estratégias de trabalho do âmbito individual para coletivo, por meio de grupos. Na verdade, coexistem as estratégias de trabalho individuais e as grupais.

No grupo, a gente sempre tende a trabalhar esta questão dos direitos, dos Serviços, dos Programas. A gente pede sempre que as pessoas, é, falem no coletivo as suas dúvidas, não o seu problema particular, né, a situação individual que pode expor alguma situação da família, a gente pede que ela converse depois individualmente com a gente, mas toda dúvida que era referente a direitos, a benefícios, à Programas, a gente pede que ela se exponha no coletivo, e a gente explica de forma coletiva, porque a dúvida de um pode ser a dúvida do outro, e mesmo que o outro não tenha essa dúvida, ele vai estar informado sobre aquele determinado assunto. E aí, no segundo momento, a gente faz uma individual, que é pra aquelas famílias que querem colocar uma situação, né, mais particular, e aí a gente vai orientando esta família. (Lucila, PSB)

No ano passado, a gente tinha só o grupo de recepção e o grupo do programa Nossa Família, que é o de transferência de renda daqui do município de Santos, que é mensal, e o grupo de recepção a cada quinze dias, que são as pessoas que vêm e aí a gente faz aquele grupo orientando sobre o C.R.A.S., sobre o que tem aqui, sobre os programas, sobre o cadastro, sobre os benefícios... (Lise, PSB)

é uma coisa que mudou também, que antes o trabalho muito individualizado. Então, a gente trabalha a dimensão educativa em grupos... sempre! Então, são sempre grupos, que a gente tá tentando estruturar, de acordo com o que pede hoje o P.A.I.F.. Então, a gente, a partir disso, a gente criou vários grupos, pra gente trabalhar de forma coletiva essas famílias, e é sempre assim. (Lucila, PSB)

Todavia, ficou evidenciado que estes se dão, na maioria dos casos, com participação obrigatória por parte de algum representante das famílias que estão vinculadas a um programa de transferência de renda, seja municipal, estadual ou federal. A propósito, foram raras as entrevistas que apontaram a existência de grupos e atividades para além da vinculação destes programas.

Então, a gente vai trabalhando com elas, é mais focado na questão da Educação, do mercado de trabalho – como é que tá o mercado de trabalho hoje? O quê que ele tá exigindo? O quê que elas podem tá fazendo para melhorarem? Os cursos, que elas querem fazer, são elas que escolhem, a gente procura não interferir nesse processo. A gente faz que, de certa forma lá, a troca de referências, uma vai falando: “Olha, fiz o curso tal, na instituição tal, lá é interessante!” Aí, elas mesmas vão fazendo essa questão de fazer a informação a ir adiante, de multiplicar as informações. Isso é muito interessante. Então, o PNF é mais um grupo... o grupo do PNF é mais focado nestas questões. (Lucila, PSB)

Outro grupo que a gente tem é o acompanhamento do Bolsa Família, das pessoas que estão em descumprimento de condicionalidades. É um grupo também que a gente faz de forma mensal. E aí, a gente vai tentando trabalhar com as famílias, tentando identificar os motivos da evasão escolar, que a maioria, 99% dos casos, que as famílias recebem algum tipo de advertência, de bloqueio, de suspensão do Bolsa Família, o motivo é a evasão, é a baixa frequência escolar, principalmente dos adolescentes a partir de 14 anos. Isto a gente já tem até identificado pelas listas que a gente pega. Então, a gente também procura tá conversando qual que é a dificuldade que a família tem, se tem alguma particularidade que a família entenda que tá prejudicando a questão do jovem, do adolescente. Então, a gente vai tentando identificar essas situações, né, vai tentando trabalhar isso de forma coletiva, e a gente passa ao grupo, que a gente procura fazer uma visita domiciliar, em alguns casos a gente chama propriamente pro individual, pra gente tá de fato fazendo o acompanhamento.(Lucila, PSB)

Além de dificultar a apreensão dos serviços da Assistência como direitos sociais inalienáveis, este tipo de atividade condicionada fere a liberdade das famílias em desejar ou não participar de tais atividades, além de concretizar, para as

mesmas, a responsabilidade individual e/ ou familiar pelas condições vividas. Além disso e, principalmente, demarca um papel controlador/moralizador do Estado para com as famílias.

Por exemplo, (...) tem uma família que tá faltando na escola, por isso ela tá sofrendo uma sanção, está descumprindo a condicionalidade do Bolsa Família, e ela pode até perder esse benefício. A criança não tá indo pra escola, mas por que que esta criança não está indo pra escola? Ela tá enfrentando algum problema na escola? Ou, ela tá com algum problema de saúde, e foi no Posto de Saúde, e não se forneceu um atestado. Só que a criança não tinha condições físicas de ir pra escola por isso faltou. Muitas vezes, a gente não tem essa totalidade, não tem essas informações.(Lucila, PSB)

Algumas profissionais demonstraram a preocupação com as questões da realidade da população que inviabilizam o cumprimento de tais condicionalidades, mas foram em número reduzido.

Como são grupos de participação obrigatória, um desafio encontrado pelas profissionais é a baixa adesão das famílias. Isso é relevante para se pensar as ações da Assistência Social e o próprio movimento do usuário, sujeito de sua história e acaba por culminar em sofrimento para os profissionais que não conseguem compreender o motivo de pouca participação e se desgasta na busca de diferentes alternativas para atrair as famílias, pois sabe que a mão de ferro do Estado poderá puni-las ainda mais caso não atendam as expectativas sociais.

O que que a gente enfrentou? Uma baixa adesão das famílias. Então, a gente tinha 60 famílias, em descumprimento de condicionalidades. A gente... a gente fez o quê? Qual que foi o processo? A gente mandou carta, a gente tem aqui em Santos os pesquisadores, eles foram pessoalmente entregar, depois as...o comunicado, eu fiz a pauta de reunião para todas as famílias na casa delas. E aí, a gente teve uma baixa adesão. E assim iam 5, 4, 10, famílias, no máximo, nas reuniões. E aí, diante disso, o que que a gente fez? Diante disso, a gente fez uma visita domiciliar. E a gente também não teve um bom resultado. Digamos assim, quando a gente fazia a visita, muitas vezes os pais, os genitores, não estavam na casa, os responsáveis, a gente deixava lá o comunicado, conversava com algum vizinho, conversava com o próprio filho, que tava lá, mas a gente teve uma baixa adesão, enquanto

participação do acompanhamento do descumprimento de condicionalidades. Então, a gente enfrentou essa dificuldade, a baixa adesão das famílias nesse grupo. (Lucila, PSB)

Também são desenvolvidas formas de controle das famílias pela via individual, tanto nos atendimentos realizados nos serviços quanto nas visitas domiciliares, conforme aponta a entrevistada a seguir:

A gente sabe que uma criança tá fora da escola, a gente sabe pelo programa. Chega uma listagem pra gente. Então, a gente vai até a casa da pessoa, vai perguntar, a gente marca também um grupo, a gente marca essa... uma reunião pra que a gente esteja conversando, pra ver o que tá acontecendo, e depois numa outra etapa, nesse mesmo mês, a gente marca a reunião com aqueles adolescentes, pra conversar com eles, pra orientar, pra oferecer cursos, pra perguntar... pra ouvi-los também. Perguntar o que que eles desejam da vida. E é um trabalho bastante prazeroso. (Andria, PSB)

Apesar do trabalho com as famílias ter a participação obrigatória definida pela própria P.N.A.S., as profissionais buscam formas alternativas para tornar as relações entre profissionais e participantes mais democráticas e agradáveis. Uma das entrevistadas demonstrou a preocupação, no trabalho com grupos, com a forma como as pessoas sentam, instituindo a roda. Vale destacar que este tipo de formação do grupo favorece relações mais horizontalizadas.

geralmente, a gente procura fazer em forma de círculo, mas se a reunião ela é muito grande não tem como você fazer círculo, mas em formato de auditório – uma cadeira atrás da outra. A gente procura fazer o círculo, até pela própria questão da roda, para as pessoas estarem todas se vendo, se olhando... isso, a gente considera importante. Porque em forma uma sentada atrás da outra parece que é muito formal, as pessoas ficam mais retraídas. Na roda, elas se soltam mais. (Lucila, PSB)

Há também o cuidado em buscar estratégias pedagógicas diferenciadas para tornar o trabalho mais interessante para as famílias. Trabalha-se o sentido do lugar, de pertencimento e apropriação do espaço vivido e o rompimento com barreiras sociais impostas pela própria organização da cidade. Isso pode favorecer o

fortalecimento das pessoas enquanto sujeitos que refletem a realidade do município de forma crítica e da necessidade de transformação da mesma.

E quando a gente usa outros instrumentos mais lúdicos, mais dinâmicos, a gente sente que a participação das famílias são maiores, até isso a gente tem procurado no planejamento de pensar que a reunião, ela não precisa ser sempre naquele espaço, o próprio P.A.I.F. preconiza que a gente faça atividades externas, então a gente pode fazer o trabalho socioeducativo fora, por exemplo, no Horto, que tem aqui. A gente pode fazer o trabalho socioeducativo com a família através dela estar vendo um filme por exemplo... até mesmo dela entrar na praia, por exemplo. Tem famílias, que moram aqui, que não conhecem, nunca foram à praia, que não transgrediram a Zona Noroeste, que só conhecem a Zona Noroeste. Então, a gente pode fazer com que a população, de certa forma, se sinta pertencente, conheça os locais que têm aqui no município, os pontos turísticos... Muitas famílias não conhecem os pontos turísticos da própria cidade aqui onde elas moram... e pode fazer com que elas tenham esse sentimento de pertencimento fortalecido e estar trabalhando outras questões socioeducativas, trabalhar essa dimensão socioeducativa... e trabalhar o sentimento de pertencimento. Eu pertencço a este lugar, eu tenho que me apropriar desse lugar. (Lucila, PSB).

A perspectiva de ter o usuário como sujeito no processo foi apontado por uma profissional na medida em que desenvolvem estratégias nos grupos atendendo as expectativas das famílias, mesmo considerando-se a contradição da obrigatoriedade de participação na atividade.

Grupos: normalmente a gente faz uma dinâmica... normalmente é assim, né, onde as famílias participam né, assim tudo... é uma participação bem ativa assim, para que elas possam falar um pouco do cotidiano delas. E depois, em cima da dinâmica, a gente entra um pouco com o tema, que a gente vai abordar. E normalmente a gente finaliza, como eu tenho todo mês, a gente finaliza a expectativa delas... as expectativas delas, né, para o próximo grupo, se elas têm alguma sugestão. Normalmente, é assim, tá, do PNF. Do Ação Jovem a gente fica mais direcionado pra questão de tá aqui pra programa, que aqui não sei o quê..., de condicionalidades assim... por mais que as condicionalidades... mas fica um negócio imposto, né, não é espontâneo. (Lise, PSB)

Num dos CRAS houve o apontamento da tentativa de se buscar o trabalho em grupo de forma a ter como referência dos mesmos mais de um profissional. Segundo a entrevistada, a equipe percebeu o quanto o trabalho realizado desta forma trouxe benefícios para a equipe e, principalmente, para as famílias atendidas.

antes, fazia individualmente, só que tava faltando alguma coisa, e aí a gente decidiu, fazer uma mudança, a gente começou a trabalhar em dupla. Então, os grupos, a gente faz em dupla. O PNF, o Bolsa Família, teve uma época, que a gente chegou a fazer os quatro juntos. O por quê? Pra gente refletir a mesma fala, porque muitas vezes, é, um usuário vem e “Olha, o profissional tal falou isso, mas o profissional tal falou aquilo, falou coisas contraditórias”. E a gente tá no local, e a gente tem que refletir e passar informações adequadas pra população e não informações que sejam um pouco divergentes. Então, às vezes, a forma como o profissional também se expressa e a forma como o usuário entende aquilo às vezes causam contradições.(Lucila, PSB)

Apenas uma das entrevistadas da proteção social básica apontou a preocupação com as condições das famílias como próprias da estrutura social mais ampla e a necessidade de estabelecer um constante movimento de repensar o trabalho profissional de forma crítica e cuidadosos.

Por que suas condições de sustento da família não estão garantidas? O que que está acontecendo? São situações da família, mas são situações que tem a ver com a própria organização da nossa sociedade e do nosso Estado. Eu não posso pensar só no micro, só na família... culpabilizar a família é uma coisa que a gente tem que tomar muito cuidado também hoje, porque muitas vezes a gente tem um discurso, mas a nossa prática está sendo executada de forma diferente, por isso é importante a práxis, né?, Tá sempre pensando a sua ação, revendo a sua ação, porque senão a gente fica muito na posição legalista, na posição policialesca, e a gente para de enxergar a família, como um ser que tem as suas potencialidades, mas que também tem algumas questões particulares, que precisam ser trabalhadas.(Lucila, PSB)

Apontou, ainda, as possibilidades trazidas pelo trabalho com grupos como estratégia de aglutinação das pessoas para pensarem a realidade de forma

ampla e coletiva, saindo da percepção de que questões de ordem social/ estrutural não são de responsabilidade individual de cada família. Isso favorece organização coletiva na construção de outra sociabilidade.

então, a gente tem que aprender a trabalhar coletivamente, tem que procurar fazer com que a população perceba a importância de se trabalhar coletivamente algumas questões da própria comunidade, de reivindicar coletivamente, que elas enquanto coletivo têm uma força muito grande, tem um poder de transformação muito grande dentro da sua comunidade, dentro da própria sociedade. Então, tem... tá todo focado nisso, né, trabalhar o socioeducativo de forma coletiva, para que demandas... as demandas não fiquem só no individual, que a gente pense no macro, não fique só no micro, né, que a gente ficar pensando só no micro, a gente vai perder a noção do todo, a gente vai tá novamente apagando o fogo, lidando só com aquilo que é específico, mas aquilo que é específico de alguma família pode ser o problema de outras famílias, então, elas precisam se unir, pensar essa problemática, buscar soluções e agir.(Lucila, PSB)

No CREAS, centro de referência especializado da proteção social especial de média complexidade, há diferentes formas de realização do trabalho, conforme a realidade dos usuários. Há, por exemplo, os casos em que há acolhimento familiar e as famílias, acompanhadas pelo PAEFI, chegam para um primeiro acolhimento.

E existe o outro, que é o fato, é os acolhimentos institucionais, que são feitos pela Saúde. A Saúde encaminha relatório pro Judiciário, eles pedem acolhimento (...). São pessoas que nunca vieram ao C.R.E.A.S., aí é outra, o atendimento inicial, eu apresento o que é o serviço, o objetivo do serviço. Normalmente, é um atendimento muito difícil, porque elas já chegam abaladas pela situação do acolhimento, tento explicar o serviço e depois eu passo para os outros atendimentos. (Dagma, PSE)

Também há as situações em que as famílias são encaminhadas pelos órgãos da justiça ou conselho tutelar e busca-se realizar um acolhimento inicial às famílias por meio da escuta qualificada.

É... este atendimento, a gente faz um primeiro acolhimento, faz uma escuta, a gente já recebe geralmente um relatório de algum órgão, seja principalmente

o Conselho Tutelar, o Judiciário. Então, ele vem, sei lá, com uma denúncia X, com uma situação X, e só que o primeiro momento é escutar esta família, né. (Mariana, PSE)

E foi apontada, também, a experiência de trabalho com grupos neste nível de proteção, principalmente com os adolescentes em acompanhamento pelo serviço de medidas sócioeducativas.

Tem um grupo de adolescentes, neste momento, que os técnicos começaram a fazer. A gente tem uma proposta de construir, já teve no C.R.E.A.S. em algum outro momento. Acho que a Lígia fez. A nossa chefia fez o ano passado também, mas focou mais na situação da exploração sexual, foi um grupo mais focado. É... com as famílias, neste momento, não tem. Tem esse dos adolescentes, dentro do Medidas geralmente se trabalha muito com os adolescentes em grupos. (Mariana, PSE)

Há a apreensão dos profissionais de que desempenham um papel de controle das famílias, assim determinado pelo Estado e pela sociedade.

O que eu posso dizer, enquanto eu, enquanto profissional, enquanto muitos colegas profissionais, a gente tem uma clareza mesmo de papel, a gente tem, eu posso dizer, que tem uma clareza sim do Estado enquanto este papel regulatório mesmo, das famílias de lá, é... monitorar, acompanhar (Mariana, PSE)

A dimensão educativa neste trabalho foi apontada, justamente, como a possibilidade de viabilizar estratégias que possibilitem aos usuários a compreensão de que questões que enfrentam são reproduzidas socialmente e ao longo de gerações e que há novas possibilidades de sociabilidade.

De repente, é alguma outra atividade, a pessoa, ela não... há anos, a pessoa tem uma rotina de cuidar dos filhos, de cuidar de casa, casa-filho-filho-escola, mostrar outras possibilidades. É aquela família que sempre vivenciou situações de violência, gerações e gerações, mas não identifica como situação de violência, identifica como um processo educacional. E, de alguma maneira, isso é através do diálogo também, é através destes atendimentos,

mas é também através de você acionar a rede e mostrar outras possibilidades pra essa família. (Mariana, PSE)

Interessante que justamente neste serviço houve o apontamento da necessidade e possibilidade de se respeitar o desejo do usuário de não ser atendido.

Sim! (...) um caso recente, de uma usuária, que falou que não queria os atendimentos do C.R.E.A.S. – “Não, não quero!” – Eu já atendo ela há um ano, ela falou pra mim – “Não, D., eu venho aqui, você sempre me fala a mesma coisa, você vai me falar a mesma coisa.” Já é a segunda vez que os filhos dela são acolhidos. Falei: “Pois, é, C.!” Ela falou: “Não, eu não quero mais vir!” Eu coloquei o relatório pro Judiciário, que ela estava finalizando, então eu respeitando a autonomia do usuário. A gente não tem como obrigar ninguém a vir ao Serviço. (Dagma, PSE)

Por isso, que eu até coloquei, fiz questão de fazer este relatório, colocando pra eles, é, coloquei até alguns artigos da NOB S.U.A.S., agora que saiu 2012, colocando que existe esta questão da autonomia, e que a gente tem que respeitar. O C.R.E.A.S. não é um serviço em que é obrigatório o comparecimento de usuários. A gente tem que respeitar a autonomia. Eu tenho que respeitar tanto pela NOB S.U.A.S., quanto pelo meu código de ética mesmo. Não tem... a gente não tem que obrigá-lo, ele não quer vir... A gente tem que respeitar, que existe um fator cultural. O usuário tem valores, ou até ele tem um limite de entender aquelas orientações. Se ele não quer, ele tem todo o direito de não querer receber. (Dagma, PSE).

Todavia, o controle do Estado para com a família se dá por diferentes vias e sabe-se que outros órgãos, diante de um relatório que aponta o não comparecimento do usuário ao serviço, tende a puni-lo, inclusive por vias legais. É o caso, por exemplo, dos serviços da justiça.

Na instituição de acolhimento de adultos em situação de rua houve o apontamento de trabalhos individuais voltados para a acolhida, escuta e articulação de rede. A perspectiva de tirar as pessoas da circulação pelas ruas e o cuidado com a saúde das mesmas teve destaque.

“Então, o meu trabalho aqui é com a população de rua, e o que a gente faz é... o que a gente quer é tirar essas pessoas da rua, resgatar os vínculos familiares, quando eles têm, que são poucos os que têm. Acolher as pessoas que não têm família. Aqui em Santos tem muitas pessoas que estão doentes fisicamente... Tem a questão que a gente encaminha, a gente recebe, faz o primeiro atendimento, ouve a história, tem a escuta, e a gente faz os encaminhamentos... aqui a gente acolhe e vai fazendo os encaminhamentos.” (Rose, PSE)

Já nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, o trabalho das relações entre os acolhidos foi apontado como forma de se desenvolver a dimensão educativa.

“A gente consegue fazer isto, a gente tá em outra condição, e eles não, né. Qualquer coisa, para eles, é um motivo de brigar, de discutir, até por conta dessa situação que eles estão de vulnerabilidade. E aí, eu acho que isto é um trabalho Educativo.” (Rose, PSE)

Também foi apontada a mudança ocorrida na transição da gestão e como isso influenciou a compreensão do papel do “abrigo” de fazer um trabalho educativo mais rígido e que esclareça as regras da sociedade.

Na questão educativa... Teve mudança sim. A gente tava com uma estrutura, um grupo gestor na secretaria que tinha um entendimento da questão relacionada aos direitos dos meninos, de talvez criar um espaço talvez como se fosse uma república pra esses adolescentes com menos imposição de regras dentro do abrigo. E, neste momento, com essa mudança, tá mais rígido. Entende-se que as crianças exigem mesmo limite pela própria adequação ou pela própria preocupação de que eles... no processo educacional deles, que vão daqui alguns meses estar na rua, voltar pra família, ou vão completar 18 anos e vão ser desabrigados. Então, deles entenderem mais claro a regra pra convivência em sociedade. (Cristiane, PSE)

Interessante observar, mais uma vez, como as condições materiais e concretas, assim como os vários direcionamentos ídeo-políticos, valores, projetos

profissionais e sociais interferem na condução de uma política e na dimensão educativa do trabalho do assistente social.

O trabalho em rede, de forma organizada, foi apontado pelas profissionais de todos os níveis de proteção social de forma a favorecer a dimensão educativa no trabalho com as famílias.

Quando você conhece de fato este que você está encaminhando, você já conhece, seja porque é outro colega de trabalho, seja porque você teve uma conversa, uma reunião, algo foi explicado, foi detalhado, seja porque você participou de alguma reunião de rede, porque a gente faz uma reunião de rede com todos os serviços pra aquele serviço entender determinada coisa. Então, no momento do atendimento com a família, você consegue, de fato, dar uma orientação mais qualificada, consegue entender os recursos, até com mais propriedade, para discutir e debater com a família. (Mariana, PSE).

Os principais pontos elencados pelas entrevistadas que dificultam a realização dos trabalhos diz respeito à falta de condições concretas para o mesmo se dar. Isso foi expresso tanto no acúmulo de trabalho que é intensificado por uma série de cadastros, planilhas que tem de ser preenchidos, como pelo número expressivo de famílias a serem acompanhadas. Também foi apontada a insuficiência de recursos materiais e físicos, como transporte e prédios inapropriados para o trabalho.

E para isso a gente tem o recurso de uma perua, de uma Kombi, que nos ajuda duas vezes por semana. Nas outras vezes, a gente vai de barca e de ônibus.”... (Márcia, PSB)

Outro fator elencado foi a relação, por vezes fácil, por vezes difícil, com profissionais da psicologia, que, em certas ocasiões, chegam perdidos quanto ao seu papel dentro da Política Pública de Assistência Social.

Não é um trabalho, ou não deveria, não posso dizer com propriedade, mas durante as reuniões, posso te falar o que a gente discute durante as reuniões, que não é um trabalho individualizado, não é um trabalho clínico, a entender aquele ser social de trabalhar dentro da perspectiva do SUS. (Mariana, PSE)

A gente tem a psicóloga, que ela também é recém-formada... e esse processo de colocação de psicólogos nos C.R.A.S. tem causado ainda muitos pontos de interrogação. O que que é o trabalho do psicólogo dentro do C.R.A.S.? (Lucila, PSB)

A falta de estímulo concreto para a formação continuada também é um fator que apareceu como dificultador do processo de trabalho, levando os profissionais a buscarem, por iniciativa própria, o atendimento de tal demanda.

Às vezes, a gente tem que procurar se capacitar por vontade própria, só que isso demanda tempo, a gente também tem vida pessoal. E eu vejo, assim, muitos profissionais... às vezes, a gente fica meio que deprimido com a realidade que a gente vê, só que a culpa ela não é só nossa. E a gente também tem que pensar nisso, né?! A... e de certa forma não se acomodar com isso, e procurar que também seja oferecida... a nova NOB RH garante que a gente tem que ter a capacitação continuada, só que na prática isso não ocorre, isso não se efetiva, não se concretiza, e muitas vezes a gente fica sem referencial com aquele trabalho com as famílias, (Lucila, PSB)

Tanto nos casos da proteção social básica quanto especial, a construção do vínculo com os usuários foi considerada indispensável no processo de trabalho e, portanto, interferindo na dimensão educativa para o estabelecimento de relações mais horizontalizadas. Quando ele existe, isso facilita o trabalho.

Um dos fatos apontados por profissionais de CRAS como facilitador do processo é a postura da gestora da proteção social básica para com os mesmos, o que acabou por viabilizar a construção de novos valores e parâmetros de trabalho, já que esta possibilitou a quebra de estruturas verticalizadas de poder e uma maior participação de todos no processo de construção da política de atendimento. Isso foi destacado pelas entrevistadas.

Mudou a questão de capacitação, mudou a questão das reuniões, que nós antigamente, antes (...) as reuniões de departamento aconteciam só com as chefias do C.R.A.S., depois a M. levou, chamou, os técnicos pra participar, que foi... ampliou a questão da capacitação, o pessoal que foi pela DRADS, chamou o pessoal da recepção também pra ta. Eu acho que ela incentivou,

porque a partir do momento que a gente vai lá e faz essa troca, e a gente conversa, a gente automaticamente vai tá transferindo pras famílias. (Lise, PSB)

Por fim, outro fator demarcado como facilitador é justamente o trabalho em equipe e as possibilidades de troca entre os diferentes profissionais e saberes.

Bom, o que facilita, que eu já até mencionei anteriormente, é a questão do trabalho em equipe, de pensar conjuntamente, é, estratégias de ação com a população, para que a gente consiga garantir os objetivos que o S.U.A.S. preconiza. Então, o trabalho em equipe é uma coisa que facilita bastante.(Lucila, PSB)

CONCLUSÃO

A partir dos estudos e análises realizados no curso desta pesquisa, pôde-se concluir que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e possui três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional. Essas sofrem implicações do processo social mais amplo, bem como do direcionamento político dado à profissão pela categoria dos assistentes sociais.

O trabalho profissional do assistente social se dá, principalmente, pela prestação de serviços assistenciais, do qual a dimensão educativa é inerente.

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social houve o fortalecimento da necessidade de se pensar a dimensão educativa no trabalho dos assistentes sociais envolvidos, relacionando com elementos da realidade social e do perfil profissional. Isso se deu por diferentes razões, dentre as quais pela política pública se concretizar numa proposta de organização da Assistência Social enquanto política pública, direito do cidadão e dever do Estado, e que deve fortalecer sujeitos de direitos.

Com isso, houve, em tese, novas possibilidades de atuação para o assistente social na medida em que suscitou a desconstrução do modelo, historicamente, segmentado e focalizado da Assistência, bem como viabilizou a assimilação de novos valores e paradigmas, contribuindo para que se repensasse a relação pedagógica estabelecida entre profissionais e população atendida.

Todas as assistentes sociais entrevistadas se perceberam enquanto educadoras, embora, para algumas, a dimensão educativa não estivesse presente em todas as suas ações.

Algumas assistentes sociais trouxeram alguns elementos contraditórios na percepção do seu papel pedagógico na medida em que fizeram a defesa dos serviços como direitos e, neste caso, se colocaram como facilitadoras do acesso aos

mesmos e, por outro lado, se puseram na perspectiva de controlar a população, tentando garantir a contrapartida das condicionalidades previstas nos programas de transferência de renda. Aliás, esta é uma contradição trazida pela própria Política Nacional de 2004.

As assistentes sociais, na sua maioria, se vêem como educadoras no sentido de poderem viabilizar, em conjunto com a população, diferentes espaços de reflexão e crítica acerca da realidade, tendo em vista a construção de ações que viabilizem a melhoria da sua qualidade de vida. Estas podem se dar, também, no sentido de questionar e reivindicar providências junto ao poder público, já que as melhorias são vistas como direitos.

Para algumas profissionais, este papel educativo se dá, também, na possibilidade de poder contribuir para gerar mudanças de valores e idéias a partir da percepção crítica da influência da ideologia dominante na sociedade, contribuindo para o fortalecimento das classes populares.

O trabalho desenvolvido em Santos traz elementos das idéias de Paulo Freire, quando toma por base a relação de horizontalidade, o respeito pela cultura do outro e a realidade como base do processo educativo.

Todavia, as questões ficaram centradas, basicamente, nas possibilidades de defesa de direitos sociais e quase nada foi feito de referência à contribuição para a construção de outra sociabilidade diferente da capitalista.

Isso porque pouco se falou, de acordo com as defesas de Gramsci, quanto à necessidade de depuramento das visões de mundo, auxiliando as classes subalternas a perceberem o que há de massificado e imposto pelas classes dominantes no seu cotidiano, para, aos poucos, ir construindo seus próprios projetos, fortalecendo a sua hegemonia.

Apesar das grandes possibilidades de atuação dentro de uma perspectiva crítica de sociedade, os gestores da Assistência não só em Santos, mas no geral e seguindo as próprias normativas da política, não priorizaram as possibilidades de uma dimensão educativa política no trabalho dos profissionais, determinando a estes o papel mais controlador do Estado junto aos sujeitos eleitos pela política: as famílias.

E há, ainda, muito que se conquistar, pois o trabalho educativo ficou prejudicado, principalmente, pelos poucos recursos físicos, materiais, apesar do município de Santos ter investido, nos últimos anos, na contratação de servidores públicos para compor as equipes de trabalho nos seus serviços, ação esta digna de reconhecimento pelo valor que tem no processo de responsabilização do Estado pela política pública.

Interessante observar o quanto as ações da política estão marcadas pelo controle das ações dos pobres, muitas vezes responsabilizados pelas expressões da questão social a que estão sujeitos. Algumas profissionais deram conta desta visão e vivem o movimento de diálogo com esta realidade, tentando transpor o que está posto pelos diferentes níveis de governo. E, claro, isso interfere diretamente na apreensão da dimensão educativa dos assistentes sociais no seu cotidiano de trabalho.

REFERÊNCIAS

Depoimentos

1. Depoimentos orais de 09 assistentes sociais que trabalhavam, diretamente, nos serviços públicos da Assistência Social do município de Santos nos níveis de proteção social básica e especial e de duas gestoras locais: gravados entre 14/12/2012 a 04/03/2013 e transcritos. (arquivo da autora)

Entrevistadas:

Andréa Paula P. Trigo - CREAS

Bruna Silva dos Santos – CREAS

Camila Inácia C. da Mota – CRAS Bom Retiro

Dalila Viana Matoso – CRAS Rádio Clube

Eliane de Oliveira Pereira – Seabrigo CA

Luciana Figueiredo Rocha – CRAS Nova Cintra

Magali Leite de Freitas – gestora Proteção Social Básica

Maria de Jesus Rosário Andrade – CRAS Centro

Maria Libânia Vital Santos – CRAS São Bento

Rosana Aparecida Caruso – Gestora da Proteção Social Especial

Selma Maria do Carmo – Seacolhe AIF

Dados Estatísticos

FUNDAÇÃO IBGE. <http://www.ibge.gov.br>

Observatório das metrópoles.

www.observatoriodasmetropoles.net/download/ibeu_baixadasantista.pdf.

Wikipédia. http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Litoral_Sul_Paulista

Bibliografia

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. – São Paulo: Cortez, 2002. 240p.

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5ª. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1998. 152 p.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 50. p. 78 – 86, 1996.
- BARROCO, Maria Lúcia. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001. 222 p
- BARROCO, Maria Lúcia. O projeto político profissional. (palestra da autora no Encontro CFESS/CRESS). Belém, 1997 (mimeogr.)
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. – 23.ed. – São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica / Serviço Social; v.2) 213p.
- BRANDÃO, Marinez Villela Macedo. SANTOS, André da Rocha. MORELL, Maria Graciela Gonzalez de. SOUZA, Felipe Granado de. Índice de Bem-Estar Urbano na Baixada Santista: crescimento econômico e desigual. Observatório das Metrópoles, 27/11/2013.
www.observatoriodasmetropoles.net/download/ibe_u_baixadasantista.pdf. (pesquisa em 24/01/2015)
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. – São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos; 20). 116p.
- BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital Curso de Capacitação em Direitos Sociais e Competências Profissionais. Unb/ CFESS-CRESS, Brasília, 2009
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. Reproblematisando o(s) conceito(s) de Educação Popular. In: V.V.A.A. (vários autores). Educação Popular Hoje. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 123 – 149
- CARDOSO, F. G. e MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. In: Curso de Capacitação em serviço Social e política social, módulo , Brasília, 2000. p. 139 – 149.
- CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Código de Ética Profissional do Assistente Social, 1993.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 63-143

- COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, SILVA, Maria Ozanira da Silva e, RAICHELIS, Raquel. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. – São Paulo: Cortez, 2010. 301 p.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, p. 9-39, 1996.
- FERRARI, Márcio. A pedagogia começa na Grécia Antiga. In: A Revista do Professor Nova Escola. Grandes Pensadores. São Paulo, . Edição especial. p. 6-8, 2004.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 184p.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura). 148p.
- FREIRE, Paulo. NOGUEIRA, Adriano. Que fazer: teoria e prática em educação popular. – Petrópolis, R.J.: Ed. Vozes, 1989. 68p.
- GONSALVES, Elisa Pereira. Educação Popular: entre a modernidade e a pós-modernidade. In: V.V.A.A. (vários autores). Educação Popular Hoje. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 213 - 234
- GOUVÊA, Maria das Graças. Educação Popular. 2003. Franca. Disciplina ministrada no curso de Pós Graduação em Serviço Social. UNESP, FHDSS, 2003. mimeogr.
- GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. (tradução de Carlos Nelson Coutinho). 4^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 117-157
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. v. 1 (tradução de Carlos Nelson Coutinho). 4^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 63 - 143
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. v. 2 (tradução de Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 5 – 53
- GUIMARÃES, Antônio Monteiro (org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1988. (edição em Língua Portuguesa). p. 177-178 e 263-264
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992. p. 65 – 85.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2008. 495p.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: Curso de Capacitação em serviço Social e política social, módulo 1, Brasília, 1999. p. 111 -128.

- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. Curso de Capacitação em Direitos Sociais e Competências Profissionais. Unb/ CFESS-CRESS, Brasília, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003. 326 p.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003. 326 p.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no serviço Social: Ensaio crítico. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. 216 p.
- KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 72, São Paulo, p. 22-50, nov. 2002.
- LOPES, Márcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. . Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, nº 87, 2006, p. 76-95
- LUZ, Luziene Aparecida da. A dimensão educativa na prática profissional do assistente social no trabalho com comunidades em Campinas, S.P.: 2001 – 2004. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Franca- UNESP, 2005.
- MANFREDI, Sílvia M. Paulo Freire e a “Educação Popular”. In: MANFREDI, Sílvia M. Política: Educação Popular. São Paulo: Edições Símbolo, 1978 (Col. Ensaio e memória). p. 63 - 60
- MANFREDI, Sílvia M. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci. In: COSTA, M. A. B., BRANDÃO, C. R., WANDERLEY, L.E. (org.). A questão política da Educação Popular. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 40-121.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1991.
- MINAYO, Maria Cecília (org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 80 p.
- MOTA, Ana Elizabete (org). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. – 4. Ed. – São Paulo:Cortez, 2010 255p.
- MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. Curso de Capacitação em Direitos Sociais e Competências Profissionais. Unb/ CFESS-CRESS, Brasília, 2009.

- NASCIMENTO, Severina Ilza do. Repensando a Educação Popular no processo de metamorfose da sociedade global – novas problemáticas. In: V.V.A.A. (vários autores). Educação Popular Hoje. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 235 – 255
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social.- notas para uma Análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1986.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Curso de Capacitação em serviço Social e política social, módulo 1, Brasília, 1999. p. 111 -128.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Leitura freireanas sobre educação. – São Paulo: Editora UNESP, 2003. – (Série Paulo Freire / direção Ana Maria Araújo Freire). 119p.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Concepção Freireana de Educação Popular. Indaiatuba, S.P., 19/06/2004 (palestra).
- PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, nº 87, 2006, p. 5-24
- PALUDO, Conceição. Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular. – Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp 2001. – 272p.
- PELLEGRINI, Denise. Aprenda com eles e ensine melhor. In: A Revista do Professor Nova Escola, São Paulo, n. 139, p. 18-25, jan. fev. 2001.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. Perspectivas teóricas sobre questão social no Serviço Social. In: Revista Temporalis, CFESS, 2003.
- PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 04, Brasília; CEAD, Universidade de Brasília, 2000. p. 35-50.
- REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Cortez Editora, n. 77, março 2004. 199 p.
- SADER, E. e GENTILI, P. (orgs). Pós – neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205 p.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (org). Território: Globalização e Fragmentação. 5 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002. p. 15 – 20.

- SEMERARO, Giovanni. Cultura e Educação para a Democracia: Gramsci e a sociedade civil. – Cultura e educação para a cidadania. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1.999. p. 69 - 178
- SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Um Novo fazer profissional. In: Curso de Capacitação em Serviço em Serviço Social e Política Social, módulo 04, Brasília; CEAD, Universidade de Brasília, 2000. p. 111 124.
- SILVA, Marta Barbosa da. A assistência social e seus usuários – entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. Curso de Capacitação em Direitos Sociais e Competências Profissionais. Unb/ CFESS-CRESS, Brasília, 2009.
- SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. – Florianópolis; ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995. 278p.
- SPOSATI, Aldaiza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez Editora, nº 87, 2006, p. 96-122
- SPOSATI, Aldaiza. A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social. – 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 84 p.
- SPOSATI, Aldaiza. Assistência Social: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional.RBDC. São Paulo, n. 10 – jul./dez 2007. p. 435 - 458
- SOUZA, João Francisco de. Educação Popular para o terceiro milênio – desafios e perspectivas. In: V.V.A.A. (Vários autores). Educação Popular hoje. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p11 – 36)
- TAPAJÓS, Luziele, CRUS, José Ferreira da, ALBUQUERQUE, Simone Aparecida (orgs). SUAS: Sistema Único de Assistência Social - Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007. 40 p.
- TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. Curso de Capacitação em Direitos Sociais e Competências Profissionais. Unb/ CFESS-CRESS, Brasília, 2009.
- VASCONCELOS, Ana Maria. O trabalho ao assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. In: Curso de Capacitação em Serviço em Serviço Social e Política Social, módulo 04, Brasília; CEAD, Universidade de Brasília, 2000. p. 125-137.
- VIEIRA, Evaldo. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2004. 222p.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Perspectivas do Profissional na atual conjuntura In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 2, p. 72 – 81, 1980.

WANDERLEY, Luiz Eduardo (org.). A questão política da educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1987 7ª ed., p. 40-61.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Movimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos. In: Encontros com a Civilização Brasileira. n. 25, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. p. 107 - 131

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: Curso de Capacitação em Serviço em Serviço Social e Política Social, módulo 04, Brasília; CEAD, Universidade de Brasília, 2000. p. 19-34.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social – São Paulo: Cortez, 1996. 96 p

YAZBEK, Maria Carmelita. A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da Questão Social. Cadernos Abong Políticas de Assistência Social, São Paulo: Abong, 1995.

Legislações, Normas e Documentos

BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei n. 8742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

V Conferência Nacional de Assistência Social

Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil
Brasília, 8/12/2005 (dez direitos socioassistenciais)

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. V Conferência Nacional de Assistência Social, SUAS-Plano 10, realizado em Brasília, de 5 a 8 de dezembro de 2005/CNAS, site www.mds.gov.br

LOAS. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei Federal 8.742 de 07/12/93.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Tipificação Nacional de

Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Norma operacional Básica
de Recursos Humanos /SUAS, Brasília, 2006

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Norma operacional Básica
NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de
Assistência Social, Brasília, julho de 2005

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Política Nacional de
Assistência Social, 2004

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Lei complementar N.º 667 de 29 de
dezembro de 2009. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura municipal
de Santos e dá outras providências.

<https://www.egov.santos.sp.gov.br/legis/document/?down=2864>

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEAS. Perfil: Assistência social
(atualizado em 07/2012) – Prefeitura Municipal de Santos. documento fornecido pela
gestão da proteção social básica

ANEXOS

**REDE DE ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS FINANCIADAS, COM RECURSOS DO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – EXERCÍCIO 2012**

Vigência: Janeiro a Dezembro de 2012

1- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Serviço, Programa e Projeto	Território	Público	Unidade	Técnico
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Zona Noroeste	07 a 14 anos	Creche Comunitária Cantinho da Criança	Claudia Maria Parra
	Centro	07 a 14 anos	Casa Vó Benedita UNIDADE II	Roberta Paulino
	Centro	15 a 17 anos	Associação POIESIS	Paula Galotti
	Zona Noroeste	15 a 17 anos	Projeto Educacional de Conscientização e Orientação - PROECO	Adriana Neves
Inclusão Produtiva	Centro	Família	Associação Brasileira de Educação e Cultura ABEC	Josenice Porfírio
	Centro	Família	Grupo Amigo do Lar Pobre GALP	Lenir Calixto
	Centro	Família	Educandário Santista	Adriana Santos
	Centro	Família	Cruzada das Senhoras Católicas	Liliane Amorim

	Centro	Família	Associação de Assistência à Infância “Estrela Guia”	Silvia
	Centro	Família	Pró Viver Obras Sociais e Educacionais	Fernanda

2 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

2.1 - PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Serviço, Programa e Projeto	Território	Público	Unidade	Técnico
------------------------------------	-------------------	----------------	----------------	----------------

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idoso e suas Famílias. (PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE)	Município	Pessoa com Deficiência	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santos - APAE	Lucilene Martorelli
	Município	Pessoa com Deficiência	Centro Espírita Beneficente “30 de Julho”	Márcia Rebelo

Serviço Especializado em Abordagem Social	Município	Pop de Rua	Centro Espírita Ismênia de Jesus	Fernanda Bernadete
	Município	Pop de Rua	Associação Prato de Sopa Monsenhor Moreira	Raquel Nunes

2.2 - PISO ALTA COMPLEXIDADE

Serviço, Programa e Projeto	Território	Público	Unidade	Técnico
Serviço de Acolhimento Institucional	Município	Criança e adolescente	Casa Vó Benedita Educandário Anália Franco Associação Casa da	Maria Fernanda
	Município	Criança e adolescente	Lar Santos Expedito	Maísa Fernandes
	Município	Criança e adolescente	Sociedade São Vicente de	Maria Salet
	Município	Criança e adolescente		Inês
	Município	Idoso		Marciléia

Serviço de Acolhimento Institucional	Município	Pessoa com	Lar Espírita Mensageiros	Maria Aparecida
	Município	Pessoa com	Casa do Paraplégico	Vânia Zanelato
	Município	Pop de Rua	Sociedade Amiga dos Pobres Alberque	Rosalice Rosário

QUESTÕES PARA ENTREVISTA COM ASSISTENTE SOCIAL

Primeira parte: História de vida: Como foi sua vida? Aponte algumas lembranças que você considera significativa e que tenham relação com o fato de estar trabalhando como assistente social na prefeitura de Santos hoje.

Entrevista semi-estruturada: Sobre o trabalho na prefeitura de Santos:

- 1) Qual é o seu trabalho?
- 2) Como ele é desenvolvido?
- 3) Qual é o objetivo do seu trabalho?
- 4) Qual é a população com a qual você trabalha?
- 5) No seu tempo de trabalho na prefeitura, você vivenciou ou não mudanças significativas no direcionamento e operacionalização do trabalho? Se sim, quais?
- 6) Se trabalhava na área da Assistência Social antes de 2005, percebe alguma diferença entre o que você fazia e o que faz agora com a implantação do S.U.A.S.? Se sim, qual (s)?
- 7) Há ou não uma dimensão educativa em seu trabalho? Se sim, como ela é desenvolvida?
- 8) No seu modo de entender, o que facilita e/ou dificulta o seu trabalho?

FICHA DO INFORMANTE

Nome: _____ D.N. ____ / ____ / ____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Serviço/ Programa em que trabalha: _____

CRAS/CREAS: _____

Estado civil: _____

Desde quando trabalha na Secretaria de As. Social de Santos? _____

Local de graduação em Serviço Social: _____

Ano de graduação: _____

Principais leituras realizadas nos últimos 02 anos: _____

Principais cursos/ eventos que participou nos últimos 02 anos: _____

Participou (a) de alguma comissão / órgão colegiado / conselho / sindicato / movimento social, etc? Se sim, qual? _____

QUESTÕES PARA ENTREVISTA COM GESTORAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Primeira parte: História de vida: Como foi sua vida? Aponte algumas lembranças que você considera significativa e que tenham relação com o fato de estar trabalhando como assistente social na prefeitura de Santos hoje.

Entrevista semi-estruturada: Sobre o trabalho na prefeitura de Santos:

- 1) Qual é o seu trabalho?

- 2) Como ele é desenvolvido?

- 3) Qual é o objetivo do seu trabalho?

- 4) Você considera que há alguma diferença no trabalho na área da Assistência Social com a implantação do S.U.A.S.? Se sim, qual (s)?

- 5) Há ou não uma dimensão educativa no trabalho dos assistentes sociais? Se sim, como ela é desenvolvida?

- 6) No seu modo de entender, o que facilita e/ou dificulta o trabalho na área da Assistência Social hoje?